

**Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A.**  
CNPJ Nº 13.365.015/0001-03

**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024** *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024		
Caixa e equivalentes de caixa	7	89.904	131.061	319.259	309.328	Fornecedores	14	9.284	21	19.056	6.720
Contas a receber de clientes	8	14	-	31.044	28.609	Provisões	15	-	-	96.602	112.332
Contas a receber de partes relacionadas	9	919	813	-	-	Financiamentos	-	27.390	-	119.497	92.295
Dividendos a receber	9	5.194	2.859	-	-	Obrigações sociais e trabalhistas	9	-	-	652	835
Despesas antecipadas	-	296	-	1.148	981	Contas a pagar à partes relacionadas	-	937	813	937	813
Adiantamentos a fornecedores	-	1	-	757	851	Adiantamento de clientes	-	-	-	105	-
Tributos e contribuições a compensar	-	2.022	306	6.048	1.655	Passivo de arrendamento mercantil	-	-	-	17	18
Outros ativos	-	-	-	1.085	1.085	Obrigações fiscais	-	726	361	2.293	1.414
<b>Total do ativo circulante</b>	-	<b>98.350</b>	<b>135.040</b>	<b>359.341</b>	<b>342.508</b>	Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-	-	3.373	2.327
Despesas antecipadas	-	-	-	18	-	<b>Total do passivo circulante</b>	-	<b>38.336</b>	<b>1.195</b>	<b>242.532</b>	<b>216.754</b>
Depósitos judiciais	-	-	-	11.989	11.985	Provisões	-	-	-	22.151	16.667
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	-	12.886	11.360	Financiamentos	-	15	-	761.072	810.457
Investimentos	-	-	-	-	-	Tributos diferidos	-	-	-	2.931	1.854
Imobilizado	-	-	-	1.716.030	1.698.285	Passivo de arrendamento mercantil	-	-	-	2.245	2.262
Ativo de direito de uso	-	-	-	1.892	1.958	<b>Total do passivo não circulante</b>	-	-	-	<b>788.400</b>	<b>831.441</b>
Intangível	-	-	-	105	-	Capital social	-	-	-	1.120.666	1.120.666
<b>Total do ativo não circulante</b>	-	<b>1.011.317</b>	<b>884.068</b>	<b>1.742.921</b>	<b>1.723.599</b>	Prejuízos acumulados	-	-	-	(49.335)	(102.753)
						<b>Total do patrimônio líquido</b>	-	<b>16</b>	<b>1.071.331</b>	<b>1.071.331</b>	<b>1.017.913</b>
						<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	-	<b>1.109.667</b>	<b>1.019.108</b>	<b>2.102.262</b>	<b>2.066.107</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024** *(Em milhares de Reais)*

Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida de venda de energia	17	-	-	279.113	243.427
Custo da geração de energia	18	(5)	-	(163.938)	(145.734)
<b>Lucro bruto</b>	-	<b>(5)</b>	<b>-</b>	<b>115.176</b>	<b>97.693</b>
Despesas gerais e administrativas operacionais, líquidas	18	(118)	(100)	(7.660)	(8.009)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>	-	<b>(1.307)</b>	<b>(1.072)</b>	<b>111.419</b>	<b>88.975</b>
Despesas financeiras	19	(348)	(1.323)	(83.962)	(93.263)
Receitas financeiras	19	17.250	20.048	44.650	35.132
<b>Resultado antes dos impostos</b>	-	<b>16.902</b>	<b>18.725</b>	<b>(39.312)</b>	<b>(58.131)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	11	41.494	(262)	-	-
<b>Resultado antes dos impostos</b>	-	<b>57.089</b>	<b>17.391</b>	<b>72.107</b>	<b>30.844</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	(3.671)	(4.177)	(17.682)	(17.629)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	-	-	(1.006)	(1)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	-	<b>53.418</b>	<b>13.213</b>	<b>53.418</b>	<b>13.213</b>
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)	-	0,0005	0,0001	0,0005	0,0001

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024** *(Em milhares de Reais)*

Lucro líquido do exercício	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	-	53.418	13.213	53.418	13.213
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>	-	<b>53.418</b>	<b>13.213</b>	<b>53.418</b>	<b>13.213</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024** *(Em milhares de Reais)*

Saldo em 31 de dezembro de 2023	Nota	Capital Social		Prejuízos Acumulados	Total
		2025	2024		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	1.120.666	(115.966)	-	1.004.700
Lucro líquido do exercício	-	-	-	13.213	13.213
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	-	<b>1.120.666</b>	<b>(102.753)</b>	<b>-</b>	<b>1.017.913</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	53.418	53.418
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	-	<b>1.120.666</b>	<b>(49.334)</b>	<b>-</b>	<b>1.071.332</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024** *(Em milhares de Reais)*

Lucro líquido do exercício	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
<b>Lucro líquido do exercício</b>	-	<b>53.418</b>	<b>13.213</b>	<b>53.418</b>	<b>13.213</b>
<b>Ajustes para:</b>	-	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	11	(41.494)	262	-	-
Depreciação e amortização	12	-	-	74.602	71.782
Provisão para ressarcimento	14	-	-	12.473	22.832
Despesas com juros	15	-	-	72.005	75.244
Juros de arrendamentos	13	-	-	193	195
Amortização de custos de transação	15	-	-	1.014	1.014
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	3.671	4.177	17.682	17.629
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	-	-	1.006	1
<b>Total</b>	-	<b>15.995</b>	<b>17.653</b>	<b>232.394</b>	<b>201.910</b>
<b>Variáveis em:</b>	-	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	8	(14)	-	(2.434)	3.582
Despesas antecipadas	9	(296)	-	(186)	164
Adiantamentos a fornecedores	9	(1)	-	93	8.317
Tributos e contribuições a compensar	9	(1.716)	(72)	(4.393)	(404)
Outros ativos	-	-	-	-	(123)
Depósitos judiciais	-	-	-	-	(4)
Outros resultados	-	-	-	-	(11.985)
Fornecedores	14	9.283	-	12.336	(371)
Provisões	14	-	-	(22.920)	(10.467)
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	-	(183)	(193)
Adiantamento de clientes	-	-	-	105	-
Obrigações fiscais	-	(702)	(4.320)	(2.939)	(6.607)
Tributos diferidos	-	-	-	71	1
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>	-	<b>22.146</b>	<b>16.445</b>	<b>212.063</b>	<b>179.658</b>
Impostos pagos sobre o lucro	-	(2.605)	-	(12.818)	(11.177)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	-	<b>19.542</b>	<b>16.445</b>	<b>199.245</b>	<b>168.481</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento:</b>	-	-	-	-	-
Integralização de capital nas controladas	11	-	(125.939)	-	-
Dividendos recebidos	9	2.859	7.411	-	-
Aquisição de imobilizado	12	(90.845)	-	(92.271)	(107.659)
Aquisição de intangível	-	(103)	-	(105)	43
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>	-	<b>(88.089)</b>	<b>(118.528)</b>	<b>(92.376)</b>	<b>(107.616)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento:</b>	-	-	-	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	13	-	-	(1.526)	4.324
Arrendamentos	13	-	-	(211)	(211)
Financiamentos obtidos	15	26.496	-	26.496	-
Juros capitalizados e variações monetárias	15	894	-	894	-
Pagamento de principal sobre financiamentos	15	-	-	(47.820)	(45.879)
Pagamento de juros sobre financiamentos	15	-	-	(74.771)	(77.398)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento</b>	-	<b>27.390</b>	<b>-</b>	<b>(96.939)</b>	<b>(119.163)</b>
<b>Aumento líquido (Redução) de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	-	<b>(41.157)</b>	<b>(102.083)</b>	<b>9.931</b>	<b>(58.299)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	-	<b>131.061</b>	<b>233.144</b>	<b>309.328</b>	<b>367.627</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	-	<b>89.904</b>	<b>131.061</b>	<b>319.259</b>	<b>309.328</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**1. Contexto operacional**

O Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A. ("Complexo Lagoa do Barro" ou "Companhia"), com sede na Avenida das Nações Unidas 14.171, em São Paulo-SP, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 8 de agosto de 2014. As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo") e tem como objeto social a exploração de atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica bem como comercialização dos créditos derivados da redução de emissões de carbono. O Grupo está focado no desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica proveniente de fontes renováveis, como parques eólicos. As companhias controladas diretamente pelo Grupo são:

Participação acionária %	2025	2024
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S.A.	100%	100%

Companhia	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]
Lagoa do Barro I	27	A-5/2014	AW3000-3MW-HH120m	309	03/07/2015	02/07/2050	14,2	15,5	15,5
Lagoa do Barro II	44,100	N/A	LR8-66HGD-615M LR8-66HGD-620M	2.785	10/08/2023	09/08/2058	-	-	-
Lagoa do Barro III	27	A-5/2014	AW3000-3MW-HH120m	310	03/07/2015	02/07/2050	11,3	15,0	15,0
Lagoa do Barro IV	33	A-5/2014	AW3000-3MW-HH120m-GWH171-6.0	311	03/07/2015	02/07/2050	13,5	14,8	15,3
Lagoa do Barro V	24	A-5/2014	AW3000-3MW-HH120m	312	03/07/2015	02/07/2050	12,9	14,8	15,1
Lagoa do Barro VI	27	A-5/2014	AW3000-3MW-HH120m	313	03/07/2015	02/07/2050	10,3	13,2	13,2
Lagoa do Barro VII	33	A-5/2014	AW3000-3MW-HH120m	314	03/07/2015	02/07/2050	11,9	14,8	14,8
Lagoa do Barro VIII	9	A-5/2014	GWH171-6.0	315	03/07/2015	02/07/2050	13,8	14,5	14,3
Lagoa do Barro IX	32,2	A-6/2019	AW3000-3MW-HH120m	316	03/07/2015	02/07/2050	4,5	5,1	5,1
Lagoa do Barro X	50,6	A-6/2019	GW155-4.5 MW-HH110m	208	05/05/2020	05/05/2055	3,4	16,7	11,3
Lagoa do Barro X	50,6	A-6/2019	GW155-4.5 MW-HH110m	207	04/05/2020	05/05/2055	4,0	25,5	13,2

A Complexo Lagoa do Barro possui como acionista e controladora direta, a Atlantic Energias Renováveis S.A., e indiretamente, a CGN Brasil Energia e Participações S.A., ambas possuem relevante experiência complementar em diferentes setores, destacando-se: engenharia, infraestrutura e energia renovável, incluindo energia eólica, o que agrega significativo valor no desenvolvimento dos projetos.

**2. Base de preparação - Declaração de conformidade** - As demonstrações financeiras do Grupo foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. O Grupo também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras do Grupo estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria do Grupo em 27 de março de 2026. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

**3. Moeda funcional e moeda de apresentação** - As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**4. Uso de estimativas e julgamentos** - Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração do Grupo representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica do Grupo e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa 12** - Imobilizado (Impairment ativo imobilizado); **Nota explicativa 14** - Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

**5. Base de mensuração** - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

**6. Resumo das principais políticas contábeis** - O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário.

**a. Base de consolidação - (i) Controladas** - Controladas são todas as Companhias investidas nas quais a Companhia está exposta ou detém o direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento, e ainda quando a Companhia possui a habilidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido nas Companhias investidas. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, observando-se o percentual de participação societária. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os investimentos em participações em sociedades controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. **(ii) Transações eliminadas na consolidação** - Saldos e transações entre partes relacionadas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre partes relacionadas do Grupo são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com controladas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Controladora na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **b. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente** - A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia e suas controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabeleceu um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida

somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida por suas controladas é vendida de duas formas: (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre

**NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO**

ação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificados. Quando partes significativas de um item do mobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de mobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do mobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. **(ii) Custos subsequentes** - Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia. **(iii) Depreciação** - Os bens do ativo mobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL, das quais são revisadas periodicamente, é utilizada a menor taxa entre a sugerida pelo manual e o prazo de concessão, sendo essas práticas avaliadas pelo Grupo e aceitas pelo mercado como vidas úteis econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os demais bens do ativo mobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil. **Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados**

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação	10%
Móveis e utensílios	10%	
Equipamentos de informática	20%	
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%	
Sistemas de geração	3%	
Sistemas de transmissão e conexão	4%	

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

**f. Arrendamentos** - No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2). **(i) Como arrendatário** - No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços apresentados. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizar os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário no desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ao restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo de direito de uso. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US\$ 5 mil). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. A Companhia avalia o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos das usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato de a maioria desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada complexo, a CPC 06(R2) não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de uso relacionados a esses contratos. **g. Provisões** - As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do reconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. Ressarcimento - Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes. **h. Benefícios a empregados** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **i. Capital social** - As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. **j. Instrumentos financeiros - Reconhecimento e mensuração inicial** - O contábil a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contábil a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJORA (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contábil a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente** - O reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento patrimonial; ou ao VJORA (valor justo através do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJORA: - É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. - Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJORA: - É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. - Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio** - A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o reconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os modelos de negócios são os seguintes:

Modelo de Negócio	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo)
<b>Mantido para recebimento</b> A Companhia detém ativos financeiros decorrentes de seu negócio de geração de energia elétrica. O objetivo do modelo de negócios para esses instrumentos financeiros é obter receita através dos contratos de venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e/ou no Ambiente de Contratação Livre (ACL). A Companhia também detém uma carteira de títulos de dívida corporativa com o objetivo de manter um perfil de taxa de juros amplamente fixo para gerenciar sua exposição ao risco de taxa de juros. A Companhia mantém uma carteira de títulos de dívida corporativa para fins de gerenciamento de liquidez.				
<b>Mantido para recebimento e venda</b> A Companhia não possui ativos financeiros mantidos para negociação.				
<b>Mantido para negociação</b> A Companhia não possui ativos financeiros mantidos para negociação.				

**Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são SPPI** - A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: - Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; - Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; - O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e - Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados no desempenho de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. A Companhia não tinha ativos financeiros mantidos fora dos modelos de negócios comerciais que não passaram na avaliação do SPPI.

**Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas**  
**Ativos financeiros a VJORA** - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

**Ativos financeiros a custo amortizado** - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. Arealização de juros, ganhos e perdas com base no impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

**Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA**

**Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas** - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJORA são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento - Ativos financeiros**: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros**: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação** - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **k. Valor recuperável de ativos ("impairment") - (i) Ativos financeiros não-derivativos** - Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: - Inadimplência ou atrasos do devedor; - Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais - Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; - Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; - O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento ou; - Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. **(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado** - A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. **(iii) Ativos não financeiros** - A Companhia e suas controladas tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa - UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **l. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas** - Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou essas normas na preparação de demonstrações financeiras. **CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis** - O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: - As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará - As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. - Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa a apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **Outras Normas Contábeis** - Não se espera que as seguintes novas normas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: - Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 48 e CPC 40); - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

**Ativos financeiros a custo amortizado** - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. Arealização de juros, ganhos e perdas com base no impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. (f) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco BTG Pactual, Banco do Nordeste - BNB, Banco Santander, Banco Bradesco e Banco da China Brasil, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa de remuneração da aplicação no Banco BTG Pactual, Banco do Nordeste - BNB, Banco Santander, Banco Bradesco e Banco da China Brasil foi de 95% do CDI nos dois exercícios.

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. (f) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco BTG Pactual, Banco do Nordeste - BNB, Banco Santander, Banco Bradesco e Banco da China Brasil, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa de remuneração da aplicação no Banco BTG Pactual, Banco do Nordeste - BNB, Banco Santander, Banco Bradesco e Banco da China Brasil foi de 95% do CDI nos dois exercícios.

8. Contas a receber de clientes (consolidado)		2025	2024
Contas a receber		31.044	28.609
		31.044	28.609

O contábil a receber decorre do fornecimento de energia efetuado no mês de dezembro de 2025 recebido em janeiro de 2026. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

**9. Partes relacionadas** - A Companhia possui operações entre as companhias do mesmo grupo econômico relativas a ração de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as companhias e gestão de recursos financeiros.

Controladora	2025	2024
<b>Ativo circulante</b>		
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A (a)	81	75
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A (a)	84	75
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A (a)	103	92
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A (a)	103	92
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A (a)	75	67
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A (b)	223	-
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A (a)	84	75
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A (a)	103	92
Lagoa do Barro IX Energias Renováveis S/A (a)	28	25
Lagoa do Barro X Energias Renováveis S/A (a)	102	96
Lagoa do Barro XI Energias Renováveis S/A (b)	2.273	1.733
Lagoa do Barro XII Energias Renováveis S/A (a)	158	136
Lagoa do Barro XIII Energias Renováveis S/A (a)	2.897	1.126
Lagoa do Barro XIV Energias Renováveis S/A (b)	6.113	3.672
	2025	2024
<b>Passivo circulante</b>		
Atlantic Energias Renováveis S/A. (a)	937	813
	937	813

(a) Os saldos de contas a receber e contas a pagar a partes relacionadas de curto prazo referem-se ao ração de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as companhias e a controladora direta. (b) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a receber. Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os dividendos recebidos e pagos são apresentados nas atividades de investimento e financiamento, respectivamente. As transações entre partes relacionadas, são realizadas de acordo com os termos e condições acordados entre as partes, conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber/pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

Consolidado	2025	2024
<b>Passivo circulante</b>		
Atlantic Energias Renováveis S/A. (a)	937	813
	937	813

(a) Os saldos de contas a pagar a partes relacionadas de curto prazo referem-se ao ração de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as companhias e a controladora direta. Remuneração do pessoal chave da Administração - Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2025, foi aprovado o montante máximo global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2025, no valor de até R\$ 7.500, a ser distribuído entre os membros da Administração conforme deliberação interna e de acordo com o Estatuto Social da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram reconhecidas despesas com remuneração dos membros-chave da Administração no montante de R\$ 5.862 (R\$ 6.383 em 2024). A Companhia não possui planos de benefícios pós-emprego, remuneração baseada em ações ou outras participações societárias.

10. Aplicações financeiras vinculadas (consolidado)		2025	2024
Aplicações financeiras vinculadas		12.886	11.360
		12.886	11.360

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) com restrição de movimento para atendimento aos covenants e a garantia de pagamento das prestações conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNB (nota explicativa 15). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco BNB e ao Banco Bradesco e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNB. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

**11. Investimentos (controladora)**

**11.1. Informações das companhias controladas**

Controladas	2025			
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo)
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S.A.	215.929	104.113	111.816	31.584 (1.329)
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S.A.	163.773	109.529	54.244	22.137 (4.391)
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S.A.	220.659	117.874	102.785	30.110 5.452
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S.A.	211.200	115.925	95.275	29.968 3.157
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S.A.	160.009	87.204	72.805	26.050 5.686
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S.A.	169.213	114.581	54.632	25.428 5.189
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S.A.	222.127	117.766	104.361	31.212 6.291
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S.A.	57.347	38.777	18.570	8.978 466
Lagoa do Barro IX Energias Renováveis S.A.	200.739	77.783	122.978	29.492 9.571
Lagoa do Barro X Energias Renováveis S.A.	302.044	119.139	182.905	44.174 11.357
	<b>1.923.040</b>	<b>1.002.671</b>	<b>920.369</b>	<b>279.113 41.494</b>

Controladas	2024			
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo)
Lagoa do Barro I Energias Renováveis S.A.	220.590	107.445	113.145	27.594 (1.041)
Lagoa do Barro II Energias Renováveis S.A.	172.066	113.431	58.635	25.315 (5.02)
Lagoa do Barro III Energias Renováveis S.A.	225.232	127.899	97.333	22.129 (3.996)
Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S.A.	217.228	125.110	92.118	24.129 (3.595)
Lagoa do Barro V Energias Renováveis S.A.	160.610	83.280	67.330	23.670 (3.079)
Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S.A.	169.957	120.514	49.443	21.845 (4.044)
Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S.A.	221.640	123.571	98.070	23.609 (1.495)
Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S.A.	57.825	39.753	18.072	8.499 (708)
Lagoa do Barro IX Energias Renováveis S.A.	193.817	78.140	115.678	26.761 7.266
Lagoa do Barro X Energias Renováveis S.A.	295.775	121.529	174.246	39.878 4.742
	<b>1.934.740</b>	<b>1.050.672</b>	<b>884.068</b>	<b>243.427 (262)</b>

**11.2. Participações em companhias controladas** - Os investimentos e as respectivas movimentações nas controladas, apresentados nas demonstrações financeiras individuais, estão demonstrados abaixo:

Documento assinado e certificado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal do JORNAL POLO BRASIL aponte a câmera do celular para o QR Code. Para acessar o site: www.jornalpolobrasil.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

Table with columns: Participação, Saldo inicial, Integralização capital, Adiantamento para futuro aumento de capital, Dividendos\*, Equivalência patrimonial, Saldo final. Rows for 2025 and 2024 showing financial data for various energy projects.

Text explaining the payment of the annual reparation and the recognition of the energy delivery relative to the previous period. Includes details about the CCEAR and the regulated environment.

(\* Os dividendos recebidos são apresentados nas demonstrações dos fluxos de caixa das atividades de investimento em função dos retornos sobre estes investimentos.

12. Imobilizado (consolidado)

O saldo do imobilizado está composto pelos seguintes valores:

(i) Composição do saldo

Table showing the composition of fixed assets by category: Móveis e utensílios, Equipamentos de informática, Edificações, etc., with columns for 2025 and 2024.

(ii) Movimentação do custo

Table showing the movement of the cost of fixed assets, including additions, disposals, and transfers, for 2025 and 2024.

(iii) Movimentação da depreciação

Table showing the movement of depreciation, including additions and disposals, for 2025 and 2024.

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)

Text explaining the impairment test performed on the fixed assets, based on their fair value less costs to sell.

13. Arrendamentos

Text explaining the lease arrangements, including the recognition of lease liabilities and the impact on the income statement.

Table showing the lease liability schedule, including the interest rate and the period of the lease.

Text explaining the provisions for the reparation, including the recognition of the liability and the impact on the balance sheet.

Text explaining the provisions for the dismantling, including the recognition of the liability and the impact on the balance sheet.

Text explaining the provisions for contingencies, including the recognition of the liability and the impact on the balance sheet.

Text explaining the provisions for the reparation, including the recognition of the liability and the impact on the balance sheet.

Text explaining the provisions for the dismantling, including the recognition of the liability and the impact on the balance sheet.

Text explaining the provisions for contingencies, including the recognition of the liability and the impact on the balance sheet.

abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrienal à CCEE. o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual.

Table with columns: Cenários, Montante Contratado, Resultados. Rows for scenarios like 'Abaixo de 90%', 'Entre 90% a 100%', and 'Entre 100% a 130%'.

15. Financiamentos (consolidado)

Table showing the consolidated financing details, including the company name, operations, index and taxes, and maturity dates.

(a) Lagoa do Barro I Energias Renováveis S/A. Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 100.138...

(b) Lagoa do Barro II Energias Renováveis S/A. Em 29 de junho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 31.581...

(c) Lagoa do Barro III Energias Renováveis S/A. Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 100.023...

(d) Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S/A. Em 26 de julho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 31.785...

(e) Lagoa do Barro V Energias Renováveis S/A. Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 102.864...

(f) Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S/A. Em 29 de junho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 32.738...

(g) Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S/A. Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 123.414...

(h) Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S/A. Em 31 de março de 2023 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor de R\$ 78.537...

(i) Lagoa do Barro IX Energias Renováveis S/A. Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor de R\$ 78.537...

(j) Lagoa do Barro X Energias Renováveis S/A. Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 101.743...

(k) Lagoa do Barro XI Energias Renováveis S/A. Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 100.502...

(l) Lagoa do Barro XII Energias Renováveis S/A. Em 26 de julho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 32.232...

(m) Lagoa do Barro XIII Energias Renováveis S/A. Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 101.743...

(n) Lagoa do Barro XIV Energias Renováveis S/A. Em 29 de junho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 32.232...

(o) Lagoa do Barro XV Energias Renováveis S/A. Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 101.743...

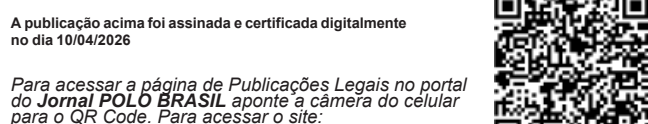
(ii) Provisão para desmantelamento - Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações...

15.1. Movimentação (consolidado)

Table showing the consolidated movement of financing, including the balance sheet and the income statement.

Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os juros pagos são apresentados nas atividades de financiamentos.

Este documento foi assinado digitalmente pelo(s) signatário(s) na lista de protocolo de assinatura(s). Para validar as assinaturas acesse: https://sdocs.safeweb.com.br/portal/Validador?publicid=7b7b55fb-61c9-407a-b07-7144defc5a3



NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

**15.2. Covenants** - O Grupo contratou financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNB, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financeiro, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

**15.2.1. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida** - O Grupo possui covenants financeiros em contrato junto ao BNB, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida superior a 1,30, contudo esse índice deverá ser considerado somente na conclusão física e financeira (completion). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 todas as condições foram atendidas referentes às Cláusulas Restritivas do referido contrato. O Grupo possui covenants financeiros em contrato junto ao Banco Santander como fador, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida superior a 1,20. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 todas as condições foram atendidas referentes às Cláusulas Restritivas do referido contrato.

**15.3. Outras garantias** - As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

**16. Patrimônio líquido**

**a. Capital social** - O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 1.120.666 dividido em 98.751.599,501 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

	2025	2024
<b>Acionista</b>		
Atlantic Energias Renováveis S.A. ("Atlantic")	1.120.666	1.120.666
<b>Controladora e controlador final</b> - As ações da Companhia são 100% controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. ("Grupo CGN Brasil").		
<b>b. Reserva legal</b> - A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.		
<b>c. Dividendos</b> - Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.		
<b>d. Reserva de lucros</b> - A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.		
<b>e. Lucro básico e diluído</b> - Não há diluição de ações ordinárias para o cálculo de lucro diluído. O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.		

	2025	2024
Lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias (básico e diluído)	53.418	13.213
Ações ordinárias (básico e diluído)	98.751.600	98.751.600
Resultado por ação ordinária (básico e diluído)	0,0005	0,0001

	2025	2024
<b>17. Receita líquida de venda de energia (consolidado)</b>		
Receita bruta venda de energia	302.630	276.339
Ressarcimento de energia (1)	(12.473)	(22.832)
(-) PIS e COFINS	(11.044)	(10.080)
	<b>279.113</b>	<b>243.427</b>

	2025	2024
<b>18. Gastos por natureza (consolidado)</b>		
Custo de geração de energia	(163.936)	(145.734)
Despesas gerais e administrativas	(7.660)	(8.009)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	3.502	(710)
	<b>(167.694)</b>	<b>(154.453)</b>
Encargos de transmissão e conexão	(17.601)	(17.163)
Compra de energia	(11.570)	(11.131)
Liquidação financeira negativa - CCEE	(16.670)	(10.580)
Despesa com pessoal	(8.896)	(7.345)
Serviços de terceiros	(4.092)	(2.456)
Depreciação	(74.602)	(71.782)
Arrendamento	(4.053)	(3.534)
Manutenção	(30.169)	(24.778)
Aluguel	(518)	(629)
Materiais	(95)	(80)
Outras despesas administrativas	(2.797)	(3.170)
Viagens e estadas	(209)	(325)
Penalidade por insuficiência de lastro	-	(377)
Outros	3.378	(1.123)
	<b>(167.694)</b>	<b>(154.453)</b>

	2025	2024
<b>19. Resultado financeiro (consolidado)</b>		
Despesas bancárias	(584)	(582)
IOF	(117)	(1.273)
Juros de financiamentos	(72.005)	(75.244)
Amortização do custo de captação	(1.014)	(1.014)
Juros e multa de mora	(261)	(3)
Custo de estruturação da dívida	(6.650)	(13.475)
Outras despesas financeiras	(3.330)	(1.891)
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(83.962)</b>	<b>(93.263)</b>
Juros recebidos	18	-
Receita de aplicação financeira	44.524	35.132
Outras receitas financeiras	108	-
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>44.650</b>	<b>35.132</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(39.312)</b>	<b>(58.131)</b>

**20. Imposto de renda e contribuição social (consolidado)** - A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

	2025	2024
<b>Regime de tributação pelo lucro presumido</b>		
Receitas com vendas de energia	300.684	276.301
Outras receitas	14.524	15.063
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	38.739	37.351
Base de cálculo CSLL 12% (**)	50.739	48.378
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	10.377	9.957
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	3.634	3.495
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>14.011</b>	<b>13.452</b>
Taxa efetiva	15,60%	15,69%
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos (***)</b>	<b>1.006</b>	<b>1</b>

(\*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões de receita registradas dentro de suas devidas competências. (\*\*\*) O saldo refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento.

	2025	2024
<b>Regime de tributação pelo lucro real</b>		
Resultado antes do IRPJ e CSLL	57.089	17.391
(+) Adições	-	262
(-) Exclusões	(41.563)	-
Compensação de prejuízo fiscal anos anteriores limitado a 30%	(4.658)	(5.296)
Base de cálculo IRPJ e CSLL	10.868	12.357
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	2.608	2.966
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	1.063	1.212
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>3.671</b>	<b>4.177</b>
Taxa efetiva	33,78%	33,81%

**21. Instrumentos financeiros** - O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração do Grupo. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e pre-

visão de fluxo de caixa futuros. **a. Classificação contábil e valores justos de instrumentos financeiros** - Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil nas rubricas de caixa e bancos, contas a receber de clientes, partes relacionadas, financiamentos e fornecedores.

	2025		2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo

	2025		2024	
	Custo amortizado (*)	Nível 2	Custo amortizado (*)	Nível 2

Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e bancos	2.458	-	615	-
Aplicações financeiras	-	316.801	-	308.713
Contas a receber de clientes	31.044	-	28.609	-
<b>Não circulante</b>				
Aplicações financeiras vinculadas	-	12.886	-	11.360
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	18.550	-	6.720	-
Financiamentos (nota 15)	119.497	-	92.295	-
<b>Não circulante</b>				
Financiamentos (nota 15)	761.072	-	810.457	-

(\*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

- **Caixa e bancos:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. - **Aplicações financeiras:** elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais. - **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. - **Financiamentos:** referem-se a passivos financeiros, para fins de divulgação, estimados mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue: - **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem prontos e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. - **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio. - **Nível 3. Sem mercado ativo:** inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o Grupo não possui nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

**22. Gerenciamento integrado de riscos (consolidado)** - A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos do Grupo. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios do Grupo e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos do Grupo. **(i) Risco operacional** - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração do Grupo mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico. **(ii) Risco de crédito** - Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco do Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contato com clientes e demais instrumentos financeiros ativos do Grupo. Para mitigar o risco de crédito, o Grupo efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, o Grupo realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito do Grupo.

	Valor contábil	
	2025	2024
Aplicações financeiras	316.801	308.713
Aplicações financeiras vinculadas	12.886	11.360
Contas a receber de clientes	31.044	28.609
<b>(iii) Risco de liquidez</b> - Risco de liquidez é o risco do Grupo não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, o Grupo monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez do Grupo.		
Valor contábil		
	2025	2024
Financiamentos	890.569	902.752
Fornecedores	18.550	6.720

**(iv) Risco de mercado** - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Grupo, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração do Grupo não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. **Exposição ao risco de taxa de juros** - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2025	2024
<b>Ativo</b>		
Aplicações financeiras	316.801	308.713
Aplicações financeiras vinculadas	12.886	11.360
	<b>329.687</b>	<b>320.073</b>

**Passivo**  
Financiamentos 890.569 902.752  
O Grupo efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado do Grupo advindos da variação do CDI e do IPCA, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

**Em 31 de dezembro de 2025**

	Valor exposto	Risco	25%	50%
<b>Operação</b>				
Aplicações financeiras	329.687	Redução do CDI (*)	36.842	24.562
Financiamentos	353.227	Aumento do IPCA (**)	18.809	22.571

(\*) Os índices de CDI considerados foram de 14,90% a.a. (\*\*) Os índices de IPCA considerados foram de 4,26% a.a.

**Em 31 de dezembro de 2024**

	Valor exposto	Risco	25%	50%
<b>Operação</b>				
Aplicações financeiras	320.073	Redução do CDI (*)	29.167	19.444
Financiamentos	373.557	Aumento do IPCA (**)	22.553	27.064

(\*) Os índices de CDI considerados foram de 12,15% a.a. (\*\*) Os índices de IPCA considerados foram de 4,83% a.a.

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Aos Administradores e Acionistas da **Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A.** - São Paulo - SP

**Opinião** - Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A. ("Companhia") e suas controladas, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Curitiba, 27 de março de 2026.



KPMG Auditores Independentes Ltda. Almir Eduardo Bertoneiro  
CRC SP-014428/O-8 F-PR Contador CRC PR-052082/O

**DIRETORIA**

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora  
Yu Guan - Diretor  
Raffael Ubarana Mohamed - Contador CRC RJ - 077398/O

Documento assinado e certificado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

A autenticação pode ser conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal POLO BRASIL aponte a câmera do celular para o QR Code. Para acessar o site: [www.jornalpolobrasil.com.br](http://www.jornalpolobrasil.com.br)



## Lagoa Do Barro I Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 21.951.779/0001-09

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)			Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)				
	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	7	11.396	8.047	Fomecedores		441	250
Contas a receber de clientes	8	3.636	3.472	Provisões	12	9.555	9.552
Despesas antecipadas		97	101	Financiamentos	13	11.248	11.382
Adiantamentos a fornecedores		526	694	Obrigações sociais e trabalhistas		59	80
Tributos e contribuições a compensar		149	10	Contas a pagar à partes relacionadas	9	81	75
Outros ativos		1.085	1.085	Adiantamento de clientes		1	-
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>16.889</b>	<b>13.409</b>	Obrigações fiscais		129	129
Despesas antecipadas		3	-	Imposto de renda e contribuição social a pagar		199	259
Aplicações financeiras vinculadas	10	948	847	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>21.714</b>	<b>21.727</b>
Imobilizável	11	198.089	206.335	Provisões	12	4.974	2.616
Intangível		0	-	Financiamentos	13	77.133	82.880
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>199.040</b>	<b>207.181</b>	Tributos diferidos		292	223
				<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>82.399</b>	<b>85.718</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>215.929</b>	<b>220.590</b>	Capital social		147.540	147.540
				Prejuízos acumulados		(35.724)	(34.395)
				<b>Total do patrimônio líquido</b>	14	<b>111.816</b>	<b>113.145</b>
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>215.929</b>	<b>220.590</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1 Contexto operacional

A Lagoa do Barro I Energias Renováveis S.A. ("LDB I" ou "Companhia"), com sede na Avenida das Nações Unidas 14.171, em São Paulo-SP, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 12 de maio de 2015 e tem como objeto social a geração de energia elétrica, mediante exploração do Parque Eólico Aura Lagoa do Barro 01, na cidade de Lagoa do Barro do Piauí-PI, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A LDB I foi vencedora do Leilão de Energia A-5/2014 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos e assinou contrato de fornecimento de energia em 01 de janeiro de 2019 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em 27 de outubro de 2018 com a produção anual estimada de 14,2 MWh (não auditado). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Companhia	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero AW3000-	Outorga
Lagoa do Barro I	27	A-5 2014	3MW-HH120m	309

### 2 Base de preparação

**Declaração de conformidade:**As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 27 de março de 2026. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

**Continuidade operacional e dependência econômica -** As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de financiamentos conforme os prazos divulgados na nota explicativa 13. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu um prejuízo de R\$ 1.329 (R\$ 1.041 em 2024) e os passivos circulantes excedem os ativos circulantes em R\$ 4.825 (R\$ 8.318 em 2024). Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para o Grupo CIGN Brasil, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 20 anos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a Administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

**3 Moeda funcional e moeda de apresentação -** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**4 Uso de estimativas críticas e julgamentos -** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 11 -** Imobilizado (*Impairment* do ativo imobilizado);
- **Nota explicativa nº 12 -** Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

**5 Base de mensuração -** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

**6 Resumo das políticas contábeis materiais -** O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário.

**a. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente -** A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas: (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior à garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 12 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS, COFINS e Ressarcimento. **b. Receitas financeiras e despesas financeiras -** As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados. **c. Impostos**

**(i) Impostos e contribuições sobre as receitas:** As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica. **(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro:** Em 2025 e 2024, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(iii) Despesas**



### de imposto de renda e contribuição social corrente:

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **d. Imobilizado - (i) Reconhecimento e mensuração -** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Empresa inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

**(ii) Custos subsequentes -** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia. **(iii) Depreciação -** A depreciação, reconhecida no resultado, é calculada para amortizar o custo do ativo imobilizado baseada na vida útil estimada dos itens utilizando o método linear.

Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de informática	20%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%
Sistema de geração	3%
Sistemas de transmissão e conexão	4%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

**e. Provisões -** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **Ressarcimento -** Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes. **f. Benefícios a empregados -** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **g. Capital social -** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. **h. Instrumentos financeiros - Reconhecimento e mensuração inicial -** O contatista a receber de clientes partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contatista a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contatista a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente -** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR. • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR. • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio -** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os modelos de negócios são os seguintes:

**Mantido para recebimento** A Companhia detém ativos financeiros decorrentes de seu negócio de geração de energia elétrica. O objetivo do modelo de negócios para esses instrumentos financeiros é obter receita

Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

		Nota	2025	2024
Receita líquida de venda de energia		15	31.564	27.594
Custo da geração de energia		16	(23.067)	(17.403)
<b>Lucro bruto</b>			<b>8.496</b>	<b>10.191</b>
Despesas gerais e administrativas		16	(1.052)	(1.008)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		16	(179)	(26)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>			<b>7.266</b>	<b>9.157</b>
Despesas financeiras		17	(8.676)	(9.804)
Receitas financeiras		17	1.329	806
<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>			<b>(7.347)</b>	<b>(8.997)</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>			<b>(81)</b>	<b>160</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		18	(1.189)	(1.197)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		18	(58)	(4)
<b>Prejuízo do exercício</b>			<b>(1.329)</b>	<b>(1.041)</b>
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)			(0,0089)	(0,0070)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

		2025	2024
Prejuízo do exercício		(1.329)	(1.041)
Outros resultados abrangentes		-	-
<b>Resultado abrangente total</b>		<b>(1.329)</b>	<b>(1.041)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

		Capital social	Prejuízo acum.	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>147.540</b>	<b>(33.354)</b>	<b>114.186</b>
Prejuízo do exercício		-	(1.041)	(1.041)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>147.540</b>	<b>(34.395)</b>	<b>113.145</b>
Prejuízo do exercício		-	(1.329)	(1.329)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>147.540</b>	<b>(35.724)</b>	<b>111.816</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

		Nota	2025	2024
<b>Prejuízo do exercício</b>			<b>(1.329)</b>	<b>(1.041)</b>
<b>Ajustes para:</b>				
Depreciação e amortização		11	9.162	9.322
Provisão ressarcimento de energia		12	3.036	1.876
Juros e variações monetárias		13	7.406	7.926
Amortização de custos de transação		13	159	159
Imposto de renda e contribuição social correntes		18	1.189	1.197
Imposto de renda e contribuição social diferidos		18	58	4
			<b>19.682</b>	<b>19.442</b>

Variáveis em:

			2025	2024
Contas a receber de clientes		(163)	511	
Despesas antecipadas		2	(9)	
Adiantamentos a fornecedores		168	2	
Tributos e contribuições a compensar		(140)	-	
Outros ativos		-	(124)	
Partes relacionadas	9	6	(997)	
Fomecedores		191	(225)	
Provisões	12	(675)	(71)	
Obrigações sociais e trabalhistas		(20)	(20)	
Adiantamento de clientes		1	-	
Obrigações fiscais		(128)	(118)	
Tributos diferidos		11	5	

**Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais**

Impostos pagos sobre o lucro

**Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento:**

Aquisição de imobilizado

Aquisição de intangível

**Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento**

**Fluxo de caixa das atividades de financiamento:**

Aplicações financeiras vinculadas

Pagamento de principal sobre financiamentos

Pagamento de juros sobre financiamentos

**Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento**

**Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa**

**Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício**

**Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

através dos contratos de venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e/ou no Ambiente de Contratação Livre (ACL). A Companhia também detém uma carteira de títulos de dívida corporativa com o objetivo de manter um perfil de taxa de juros amplamente fixo para gerenciar sua exposição ao risco de taxa de juros.

**Mantido para recebimento e venda** A Companhia mantém uma carteira de títulos de dívida corporativa para fins de gerenciamento de liquidez.

**Mantido para negociação** A Companhia não possui ativos financeiros mantidos para negociação.

**Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são SPPI -** A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. A Companhia não tinha ativos financeiros mantidos fora dos modelos de negócios comerciais que não passaram na avaliação do SPPI.

**Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas**

**Ativos financeiros a VJR** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

**Ativos financeiros a custo amortizado** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento é reconhecido no resultado.

**Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA** A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

**Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas -** Os

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal POLO BRASIL aponte a câmera do celular para o QR Code. Para acessar o site: [www.jornalpolobrasil.com.br](http://www.jornalpolobrasil.com.br)



NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial.

interna e de acordo com o Estatuto Social da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram reconhecidas despesas com remuneração dos membros-chave da Administração no montante de R\$ 5.662 (R\$ 6.363 em 2024). A Companhia não possui planos de benefícios pós-emprego, remuneração baseada em ações ou outras participações societárias.

conduzidas pelas entidades responsáveis, com atualização pela variação do IPCA. A composição do saldo de provisões é como segue:

10 Aplicações financeiras vinculadas

Table with 3 columns: Aplicações financeiras vinculadas, 2025, 2024. Total 948 for 2025 and 847 for 2024.

Table with 3 columns: Provisão para resarcimento curto prazo, Provisão para resarcimento longo prazo, Saldo em 31 de dezembro de 2023, Saldo em 31 de dezembro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da Conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) com restrição de movimento para atendimento ao covenants e a garantia de pagamento das prestações conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo.

11 Imobilizado (i) Composição do saldo

11 Imobilizado (i) Composição do saldo

Table with 4 columns: Depre. acumulada, Saldo líquido, 2025, 2024. Categories: Móveis e utensílios, Equipamentos de informática, Edificações, obras civis e benfeitorias, Sistema de geração, Sistemas de transmissão e conexão, Imobilizado em andamento.

(ii) Provisão para desmantelamento - Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão.

(ii) Movimentação do custo

Table with 5 columns: Saldo em 2024, Adições, Baixas, Transf., Saldo em 2025. Categories: Móveis e utensílios, Equipamentos de informática, Edificações, obras civis e benfeitorias, Sistema de geração, Sistemas de transmissão e conexão, Peças de manutenção.

Table with 5 columns: Operações (moeda nacional), Indexador e taxas anuais de juros, Vencimento final, 2025, 2024. Categories: BNB (a), BNB (b), Custo com captação.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo.

Table with 5 columns: Saldo em 2023, Adições, Baixas, Transf., Saldo em 2024. Categories: Móveis e utensílios, Equipamentos de informática, Edificações, obras civis e benfeitorias, Sistema de geração, Sistemas de transmissão e conexão, Peças de manutenção.

(a) Em 29 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 100,136, com vencimento final para abril de 2037.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo.

Table with 5 columns: Saldo em 2023, Adições, Baixas, Transf., Saldo em 2024. Categories: Móveis e utensílios, Equipamentos de informática, Edificações, obras civis e benfeitorias, Sistema de geração, Sistemas de transmissão e conexão, Peças de manutenção.

Passivo circulante: 11.248, 11.382. Passivo não circulante: 77.133, 82.890.

(iii) Movimentação da depreciação

Table with 5 columns: Saldo em 2024, Adições, Baixas, Transf., Saldo em 2025. Categories: Móveis e utensílios, Equipamentos de informática, Edificações, obras civis e benfeitorias, Sistema de geração, Sistemas de transmissão e conexão.

13.1 Movimentação: Saldo inicial, Pagamento de juros, Pagamento de principal, Despesas com juros, Custos de captação amortizados, Saldo final.

(iii) Movimentação da depreciação

Table with 5 columns: Saldo em 2023, Adições, Baixas, Transf., Saldo em 2024. Categories: Móveis e utensílios, Equipamentos de informática, Edificações, obras civis e benfeitorias, Sistema de geração, Sistemas de transmissão e conexão.

13.2 Covenants - A Companhia contratou financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNB, de perhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios.

(iii) Movimentação da depreciação

Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment) - A Administração anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados do Complexo Lagoa do Barro, o qual a Companhia faz parte e que representa sua Unidade Geradora de Caixa - UGC. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados. O fluxo de caixa projetado levou em consideração fatores internos e externos, ajustando fatores como o volume de vendas, preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia.

13.3 Outras garantias - As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

7. Caixa e equivalentes de caixa

O pagamento do resarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o resarcimento quadrinial, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Com o encerramento do ciclo do resarcimento quadrinial, o saldo é transferido do longo prazo para o curto prazo. Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida ("constrained-off") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS.

14 Patrimônio líquido: Capital social - O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 147.540, dividido em 149.062.481 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

7. Caixa e equivalentes de caixa

Table with 2 columns: Geração x, Resultados. Categories: Abaixo de 90%, Entre 90% a 100%, Entre 100% a 130%, Acima de 130%.

14.1 Capital social - O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 147.540, dividido em 149.062.481 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

7. Caixa e equivalentes de caixa

O pagamento do resarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o resarcimento quadrinial, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Com o encerramento do ciclo do resarcimento quadrinial, o saldo é transferido do longo prazo para o curto prazo. Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida ("constrained-off") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS.

14.2 Patrimônio líquido: Capital social - O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 147.540, dividido em 149.062.481 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

7. Caixa e equivalentes de caixa

O pagamento do resarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o resarcimento quadrinial, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Com o encerramento do ciclo do resarcimento quadrinial, o saldo é transferido do longo prazo para o curto prazo. Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida ("constrained-off") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS.

14.3 Patrimônio líquido: Capital social - O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 147.540, dividido em 149.062.481 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

7. Caixa e equivalentes de caixa

O pagamento do resarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o resarcimento quadrinial, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Com o encerramento do ciclo do resarcimento quadrinial, o saldo é transferido do longo prazo para o curto prazo. Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida ("constrained-off") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS.

15 Receita líquida de venda de energia

7. Caixa e equivalentes de caixa

O pagamento do resarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o resarcimento quadrinial, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Com o encerramento do ciclo do resarcimento quadrinial, o saldo é transferido do longo prazo para o curto prazo. Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida ("constrained-off") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS.

15 Receita líquida de venda de energia

7. Caixa e equivalentes de caixa

O pagamento do resarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o resarcimento quadrinial, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Com o encerramento do ciclo do resarcimento quadrinial, o saldo é transferido do longo prazo para o curto prazo. Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida ("constrained-off") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS.

16 Gastos por natureza

7. Caixa e equivalentes de caixa

O pagamento do resarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o resarcimento quadrinial, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Com o encerramento do ciclo do resarcimento quadrinial, o saldo é transferido do longo prazo para o curto prazo. Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida ("constrained-off") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS.

16 Gastos por natureza

7. Caixa e equivalentes de caixa

O pagamento do resarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o resarcimento quadrinial, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Com o encerramento do ciclo do resarcimento quadrinial, o saldo é transferido do longo prazo para o curto prazo. Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida ("constrained-off") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS.

16 Gastos por natureza

7. Caixa e equivalentes de caixa

O pagamento do resarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o resarcimento quadrinial, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Com o encerramento do ciclo do resarcimento quadrinial, o saldo é transferido do longo prazo para o curto prazo. Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida ("constrained-off") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS.

16 Gastos por natureza

7. Caixa e equivalentes de caixa

O pagamento do resarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o resarcimento quadrinial, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Com o encerramento do ciclo do resarcimento quadrinial, o saldo é transferido do longo prazo para o curto prazo. Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida ("constrained-off") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS.

16 Gastos por natureza

7. Caixa e equivalentes de caixa

O pagamento do resarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o resarcimento quadrinial, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Com o encerramento do ciclo do resarcimento quadrinial, o saldo é transferido do longo prazo para o curto prazo. Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida ("constrained-off") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS.

16 Gastos por natureza

7. Caixa e equivalentes de caixa

O pagamento do resarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o resarcimento quadrinial, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Com o encerramento do ciclo do resarcimento quadrinial, o saldo é transferido do longo prazo para o curto prazo. Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida ("constrained-off") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS.

16 Gastos por natureza

7. Caixa e equivalentes de caixa

O pagamento do resarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o resarcimento quadrinial, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Com o encerramento do ciclo do resarcimento quadrinial, o saldo é transferido do longo prazo para o curto prazo. Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida ("constrained-off") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS.

16 Gastos por natureza

7. Caixa e equivalentes de caixa

O pagamento do resarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o resarcimento quadrinial, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Com o encerramento do ciclo do resarcimento quadrinial, o saldo é transferido do longo prazo para o curto prazo. Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida ("constrained-off") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS.

16 Gastos por natureza



NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO																																																																																			
<b>17 Resultado financeiro</b>																																																																																			
	<b>2025</b>	<b>2024</b>																																																																																	
Despesas bancárias	(65)	(62)																																																																																	
IOF	(24)	-																																																																																	
Juros de financiamentos	(7.406)	(7.926)																																																																																	
Amortização do custo de captação	(159)	(159)																																																																																	
Juros e multas de mora	(1)	(1)																																																																																	
Custo da estruturação da dívida	(590)	(1.434)																																																																																	
Outras despesas financeiras	(431)	(221)																																																																																	
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(8.676)</b>	<b>(9.804)</b>																																																																																	
Juros recebidos	3	-																																																																																	
Receita de aplicação financeira	1.324	806																																																																																	
Outras receitas financeiras	2	-																																																																																	
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>1.329</b>	<b>806</b>																																																																																	
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(7.347)</b>	<b>(8.997)</b>																																																																																	
<b>18 Imposto de renda e contribuição social</b> - A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:																																																																																			
<b>Regime de tributação pelo lucro presumido</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>																																																																																	
Receita com venda de energia (*)	35.619	30.458																																																																																	
Outras receitas	317	806																																																																																	
Base de cálculo IRPJ 8% (**)	3.192	3.269																																																																																	
Base de cálculo CSLL 12% (**)	4.613	4.483																																																																																	
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	894	894																																																																																	
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	295	303																																																																																	
<b>Imposto de renda e contribuição social correntes</b>	<b>1.189</b>	<b>1.197</b>																																																																																	
Taxa efetiva	15,24%	15,44%																																																																																	
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)</b>	<b>58</b>	<b>4</b>																																																																																	
(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões de receita registradas dentro de suas devidas competências. (**) O saldo refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento.																																																																																			
<b>19 Instrumentos financeiros</b> - A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros. <b>a. Classificação contábil e valores justos de instrumentos financeiros</b> - Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação ocorre em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil nas rubricas de caixa e bancos, contas a receber de clientes, partes relacionadas, financiamentos e fornecedores.																																																																																			
	<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Descrição</th> <th colspan="2">2025</th> <th colspan="2">2024</th> </tr> <tr> <th>Valor contábil</th> <th>Valor justo</th> <th>Valor contábil</th> <th>Valor justo</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>Ativos financeiros</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Circulante</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Caixa e bancos</td> <td>65</td> <td>-</td> <td>14</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>-</td> <td>11.311</td> <td>-</td> <td>8.033</td> </tr> <tr> <td>Contas a receber de clientes</td> <td>3.636</td> <td>-</td> <td>3.472</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td><b>Não circulante</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras vinculadas</td> <td>-</td> <td>948</td> <td>-</td> <td>847</td> </tr> <tr> <td><b>Passivos financeiros</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Circulante</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>441</td> <td>-</td> <td>250</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Financiamentos (nota 13)</td> <td>11.248</td> <td>-</td> <td>11.382</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Partes relacionadas (nota 9)</td> <td>81</td> <td>-</td> <td>75</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td><b>Não circulante</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Financiamentos (nota 13)</td> <td>77.133</td> <td>-</td> <td>82.880</td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table>		Descrição	2025		2024		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	<b>Ativos financeiros</b>					<b>Circulante</b>					Caixa e bancos	65	-	14	-	Aplicações financeiras	-	11.311	-	8.033	Contas a receber de clientes	3.636	-	3.472	-	<b>Não circulante</b>					Aplicações financeiras vinculadas	-	948	-	847	<b>Passivos financeiros</b>					<b>Circulante</b>					Fornecedores	441	-	250	-	Financiamentos (nota 13)	11.248	-	11.382	-	Partes relacionadas (nota 9)	81	-	75	-	<b>Não circulante</b>					Financiamentos (nota 13)	77.133	-	82.880	-		
Descrição	2025			2024																																																																															
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo																																																																															
<b>Ativos financeiros</b>																																																																																			
<b>Circulante</b>																																																																																			
Caixa e bancos	65	-	14	-																																																																															
Aplicações financeiras	-	11.311	-	8.033																																																																															
Contas a receber de clientes	3.636	-	3.472	-																																																																															
<b>Não circulante</b>																																																																																			
Aplicações financeiras vinculadas	-	948	-	847																																																																															
<b>Passivos financeiros</b>																																																																																			
<b>Circulante</b>																																																																																			
Fornecedores	441	-	250	-																																																																															
Financiamentos (nota 13)	11.248	-	11.382	-																																																																															
Partes relacionadas (nota 9)	81	-	75	-																																																																															
<b>Não circulante</b>																																																																																			
Financiamentos (nota 13)	77.133	-	82.880	-																																																																															
(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo. • <b>Caixa e bancos</b> são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. • <b>Aplicações financeiras</b> : elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais. • <b>Aplicações financeiras vinculadas</b> : referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. • <b>Financiamentos</b> : referem-se a passivos financeiros, para fins de divulgação, estimados mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo																																																																																			
prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue: • <b>Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado</b> - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem prontamente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. • <b>Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de Avaliação</b> - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio. • <b>Nível 3. Sem mercado ativo</b> : Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não possuiu nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.																																																																																			
<b>20 Gerenciamento integrado de riscos</b> - A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia. (i) <b>Risco operacional</b> - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico. (ii) <b>Risco de crédito</b> - Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia.																																																																																			
	<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Aplicações financeiras</th> <th colspan="2">Valor contábil</th> </tr> <tr> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Aplicações financeiras vinculadas</td> <td>948</td> <td>847</td> </tr> <tr> <td>Contas a receber de clientes</td> <td>3.636</td> <td>3.472</td> </tr> </tbody> </table>		Aplicações financeiras	Valor contábil		2025	2024	Aplicações financeiras vinculadas	948	847	Contas a receber de clientes	3.636	3.472																																																																						
Aplicações financeiras	Valor contábil																																																																																		
	2025	2024																																																																																	
Aplicações financeiras vinculadas	948	847																																																																																	
Contas a receber de clientes	3.636	3.472																																																																																	
(iii) <b>Risco de liquidez</b> - Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia.																																																																																			
	<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Fornecedores</th> <th colspan="2">Valor contábil</th> </tr> <tr> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>441</td> <td>250</td> </tr> <tr> <td>Financiamentos</td> <td>88.381</td> <td>94.262</td> </tr> </tbody> </table>		Fornecedores	Valor contábil		2025	2024	Fornecedores	441	250	Financiamentos	88.381	94.262																																																																						
Fornecedores	Valor contábil																																																																																		
	2025	2024																																																																																	
Fornecedores	441	250																																																																																	
Financiamentos	88.381	94.262																																																																																	
(iv) <b>Risco de mercado</b> - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. <b>Exposição ao risco de taxa de juros</b> - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:																																																																																			
	<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Ativo</th> <th colspan="2">2025</th> <th colspan="2">2024</th> </tr> <tr> <th>Valor exposto</th> <th>Risco</th> <th>25%</th> <th>50%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>12.259</td> <td>Redução do CDI (**)</td> <td>1.370</td> <td>913</td> </tr> <tr> <td>Financiamentos</td> <td>21.240</td> <td>Aumento do IPCA (**)</td> <td>1.131</td> <td>1.357</td> </tr> </tbody> </table>		Ativo	2025		2024		Valor exposto	Risco	25%	50%	Aplicações financeiras	12.259	Redução do CDI (**)	1.370	913	Financiamentos	21.240	Aumento do IPCA (**)	1.131	1.357																																																														
Ativo	2025			2024																																																																															
	Valor exposto	Risco	25%	50%																																																																															
Aplicações financeiras	12.259	Redução do CDI (**)	1.370	913																																																																															
Financiamentos	21.240	Aumento do IPCA (**)	1.131	1.357																																																																															
A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e do IPCA, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%. <b>Em 31 de dezembro de 2025</b>																																																																																			
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Operação</th> <th colspan="2">Valor exposto</th> <th colspan="2">Risco</th> <th rowspan="2">25%</th> <th rowspan="2">50%</th> </tr> <tr> <th>Valor exposto</th> <th>Risco</th> <th>25%</th> <th>50%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>12.259</td> <td>Redução do CDI (**)</td> <td>1.370</td> <td>913</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Financiamentos</td> <td>21.240</td> <td>Aumento do IPCA (**)</td> <td>1.131</td> <td>1.357</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>					Operação	Valor exposto		Risco		25%	50%	Valor exposto	Risco	25%	50%	Aplicações financeiras	12.259	Redução do CDI (**)	1.370	913			Financiamentos	21.240	Aumento do IPCA (**)	1.131	1.357																																																								
Operação	Valor exposto		Risco			25%	50%																																																																												
	Valor exposto	Risco	25%	50%																																																																															
Aplicações financeiras	12.259	Redução do CDI (**)	1.370	913																																																																															
Financiamentos	21.240	Aumento do IPCA (**)	1.131	1.357																																																																															
(**) Os índices de CDI considerados foram de 14,90% a.a. (***) Os índices de IPCA considerados foram de 4,26% a.a.																																																																																			
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>																																																																																			
	<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Operação</th> <th colspan="2">Valor exposto</th> <th colspan="2">Risco</th> <th rowspan="2">25%</th> <th rowspan="2">50%</th> </tr> <tr> <th>Valor exposto</th> <th>Risco</th> <th>25%</th> <th>50%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>8.880</td> <td>Redução do CDI (**)</td> <td>809</td> <td>539</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Financiamentos</td> <td>23.093</td> <td>Aumento do IPCA (**)</td> <td>1.394</td> <td>1.873</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>		Operação	Valor exposto		Risco		25%	50%	Valor exposto	Risco	25%	50%	Aplicações financeiras	8.880	Redução do CDI (**)	809	539			Financiamentos	23.093	Aumento do IPCA (**)	1.394	1.873																																																										
Operação	Valor exposto			Risco		25%	50%																																																																												
	Valor exposto	Risco	25%	50%																																																																															
Aplicações financeiras	8.880	Redução do CDI (**)	809	539																																																																															
Financiamentos	23.093	Aumento do IPCA (**)	1.394	1.873																																																																															
(**) Os índices de CDI considerados foram de 12,15% a.a. (***) Os índices de IPCA considerados foram de 4,83% a.a.																																																																																			
<b>RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>																																																																																			
<b>Aos Administradores e Acionistas da Lagoa do Barro I Energias Renováveis S.A.</b> São Paulo - SP																																																																																			
<b>Opinião</b> - Examinamos as demonstrações financeiras da Lagoa do Barro I Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lagoa do Barro I Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. <b>Base para opinião</b> - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras</b> - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. <b>Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras</b> - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.																																																																																			
Curtiba, 27 de março de 2026.																																																																																			
<b>KPMG</b>																																																																																			
KPMG Auditores Independentes Ltda. Almir Eduardo Bertoloncello CRC SP-014428/O-6 F-PR Contador CRC PR-052082/O																																																																																			
<b>DIRETORIA</b>																																																																																			
Sílvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora Yu Guan - Diretor																																																																																			
Raffael Ubarana Mohamed - Contador CRC RJ - 077398/O																																																																																			

https://sdocs.safeweb.com.br/portal/Validador?publicID=7b7b56fb-61c9-407a-b07-7144defc5a3  
Este documento foi assinado digitalmente pelo(s) signatário(s) na lista de protocolo de assinatura(s). Para validar as assinaturas acesse:



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal do **Jornal POLO BRASIL** aponte a câmera do celular para o QR Code. Para acessar o site: [www.jornalpolobrasil.com.br](http://www.jornalpolobrasil.com.br)



Lagoa Do Barro II Energias Renováveis S.A.  
CNPJ Nº 21.951.809/0001-79

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2025	2024
<b>Ativo</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	7	13.764	13.925
Contas a receber de clientes	8	3.172	2.972
Despesas antecipadas		96	100
Adiantamentos a fornecedores		16	5
Tributos e contribuições a compensar		341	145
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>17.390</b>	<b>17.147</b>
Despesas antecipadas		2	-
Depósitos judiciais		4	-
Aplicações financeiras vinculadas	10	1.025	920
Imobilizado	11	145.352	153.998
Intangível	0	-	-
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>146.383</b>	<b>154.919</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>163.773</b>	<b>172.066</b>

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2025	2024
<b>Passivo</b>			
Fornecedores		619	143
Provisões	12	12.689	12.925
Financiamentos	13	11.456	11.368
Obrigações sociais e trabalhistas		59	80
Contas a pagar à partes relacionadas		84	75
Adiantamento de clientes		0	-
Obrigações fiscais		230	113
Imposto de renda e contribuição social a pagar		204	272
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>25.340</b>	<b>24.976</b>
Provisões	12	3.069	1.863
Financiamentos	13	80.851	86.401
Tributos diferidos		269	191
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>84.189</b>	<b>88.455</b>
Capital social		89.279	89.279
Prejuízos acumulados		(35.035)	(30.644)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>14</b>	<b>54.244</b>	<b>58.635</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>163.773</b>	<b>172.066</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1 Contexto operacional**  
A Lagoa do Barro II Energias Renováveis S.A. ("LDB II" ou "Companhia"), com sede na Avenida das Nações Unidas 14.171, em São Paulo-SP, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 12 de fevereiro de 2015 e tem como objeto social a geração de energia elétrica, mediante exploração do Parque Eólico Aura Lagoa do Barro 02, na cidade de Lagoa do Barro do Piauí-PI, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A LDB II foi vencedora do Leilão de Energia A-5/2014 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos e assinou contrato de fornecimento de energia em 01 de janeiro de 2019 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em 13 de dezembro de 2018 com a produção anual estimada de 11,3 MWm (não auditado). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

(i) **Impostos e contribuições sobre as receitas:** As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica. (ii) **Impostos e contribuições sobre o lucro:** Em 2025 e 2024, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (iii) **Despesas**

Companhia	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga
Lagoa do Barro II	27	A-5 2014	3MW-HH120m	310

Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]
03/07/2015	02/07/2050	11,3	15,0	15,0

**2 Base de preparação**  
**Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 27 de março de 2026. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.  
**Continuidade operacional e dependência econômica -** As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de financiamentos conforme os prazos divulgados na nota explicativa 13. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu um prejuízo de R\$ 4.391 (R\$ 502 em 2024) e os passivos circulantes excedem os ativos circulantes em R\$ 7.951 (R\$ 7.829 em 2024). Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para o Grupo CGN Brasil, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 20 anos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.  
**3 Moeda funcional e moeda de apresentação -** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.  
**4 Uso de estimativas críticas e julgamentos -** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:  
**• Nota Explicativa nº 11 -** Imobilizado (*Impairment* do ativo imobilizado);  
**• Nota explicativa nº 12 -** Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

**de imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **d. Imobilizado - (i) Reconhecimento e mensuração -** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Empresa inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. **(ii) Custos subsequentes -** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia. **(iii) Depreciação -** A depreciação, reconhecida no resultado, é calculada para amortizar o custo do ativo imobilizado baseada na vida útil estimada dos itens utilizando o método linear.  
**Classe de imobilizado**  

	Taxa anual de depreciação
Equipamentos de informática	20%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%
Sistema de geração	3%
Sistemas de transmissão e conexão	4%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **e. Provisões -** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **Ressarcimento -** Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes. **f. Benefícios a empregados -** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **g. Capital social -** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. **h. Instrumentos financeiros - Reconhecimento e mensuração inicial -** O contatado a receber de clientes partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contatado a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contatado a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente -** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio -** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os modelos de negócios são os seguintes:  
**Mantido para recebimento** A Companhia detém ativos financeiros decorrentes de seu negócio de geração de energia elétrica. O objetivo do modelo de negócios para esses instrumentos financeiros é obter receita através dos contratos de venda de energia no Ambiente de

Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Receita líquida de venda de energia	15	22.137	25.315
Custo da geração de energia	16	(17.579)	(15.211)
<b>Lucro bruto</b>		<b>4.558</b>	<b>10.104</b>
Despesas gerais e administrativas	16	(687)	(669)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	27	28
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<b>3.898</b>	<b>9.463</b>
Despesas financeiras	17	(9.082)	(10.086)
Receitas financeiras	17	1.959	1.433
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(7.124)</b>	<b>(8.663)</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>(3.226)</b>	<b>800</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(1.099)	(1.293)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(86)	(9)
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(4.391)</b>	<b>(502)</b>
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		(0,0483)	(0,0055)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	2025	2024
Prejuízo do exercício	(4.391)	(502)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(4.391)	(502)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mudanças do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízo acum.	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>89.279</b>	<b>(30.142)</b>	<b>59.138</b>
Prejuízo do exercício	-	(502)	(502)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>89.279</b>	<b>(30.644)</b>	<b>58.635</b>
Prejuízo do exercício	-	(4.391)	(4.391)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>89.279</b>	<b>(35.035)</b>	<b>54.245</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(4.391)</b>	<b>(502)</b>
<b>Ajustes para:</b>			
Depreciação e amortização	11	8.647	8.694
Provisão ressarcimento de energia	12	7.101	734
Juros e variações monetárias	13	7.710	8.205
Amortização de custos de transação	13	133	133
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	1.099	1.293
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	66	9
		<b>20.365</b>	<b>18.586</b>
<b>Variações em:</b>			
Contas a receber de clientes		(200)	19
Despesas antecipadas		1	(10)
Adiantamentos a fornecedores		(11)	(2)
Tributos e contribuições a compensar		(196)	(2)
Depósitos judiciais		(4)	-
Partes relacionadas		9	(693)
Fornecedores		475	(153)
Provisões	12	(6.130)	(755)
Obrigações sociais e trabalhistas		(20)	(20)
Adiantamento de clientes		0	-
Obrigações fiscais		(83)	(249)
Tributos diferidos		11	10
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>		<b>14.216</b>	<b>16.713</b>
Impostos pagos sobre o lucro		(967)	(930)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>13.250</b>	<b>15.783</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento:</b>			
Aquisição de imobilizado	11	-	(23)
Aquisição de intangível		(0)	-
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>		<b>(0)</b>	<b>(23)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento:</b>			
Aplicações financeiras vinculadas		(105)	573
Pagamento de principal sobre financiamentos	13	(5.227)	(4.952)
Pagamento de juros sobre financiamentos	13	(8.079)	(8.222)
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>		<b>(13.410)</b>	<b>(12.901)</b>
<b>Aumento líquido (Redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(161)</b>	<b>2.860</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>		<b>13.925</b>	<b>11.065</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>		<b>13.764</b>	<b>13.925</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Contratação Regulada (ACR) e/ou no Ambiente de Contratação Livre (ACL). A Companhia também detém uma carteira de títulos de dívida corporativa com o objetivo de manter um perfil de taxa de juros amplamente fixo para gerenciar sua exposição ao risco de taxa de juros.

**Mantido para recebimento e venda** A Companhia mantém uma carteira de títulos de dívida corporativa para fins de gerenciamento de liquidez.

**Mantido para negociação** A Companhia não possui ativos financeiros mantidos para negociação.

**Ativos financeiros - avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais são SPPI -** A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e, • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento presente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal presente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. A Companhia não tinha ativos financeiros mantidos fora dos modelos de negócios comerciais que não passaram na avaliação do SPPI.

**Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas**  
**Ativos financeiros a VJR** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

**Ativos financeiros a custo amortizado** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

**Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA** A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.  
**Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas -** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um

Documento assinado e certificado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal POLO BRASILEIRO, aperte a câmera do celular para o QR Code. Para acessar o site: [www.jornalpolobrasil.com.br](http://www.jornalpolobrasil.com.br)



NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial...

de 2025, foram reconhecidas despesas com remuneração dos membros-chave da Administração no montante de R\$ 5.662 (R\$ 6.363 em 2024). A Companhia não possui planos de benefícios pós-emprego...

Table showing financial applications with columns for 2025 and 2024, and rows for applications of long term and 31st of December.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta Reserva de O&M (Operação e Manutenção) com restrição de movimento para atendimento aos covenants...

Table showing composition of net income with columns for 2025 and 2024, and rows for equipment, buildings, and transmission systems.

Table showing movement of cost with columns for 2025 and 2024, and rows for equipment, buildings, and transmission systems.

Table showing movement of depreciation with columns for 2025 and 2024, and rows for equipment, buildings, and transmission systems.

Table showing movement of depreciation with columns for 2025 and 2024, and rows for equipment, buildings, and transmission systems.

Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment) - A Administração anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados do Complexo Lagoa do Barro, o qual a Companhia faz parte e que representa sua Unidade Geradora de Caixa - UGC...

12 Provisões - (i) Provisão rescissória - A provisão para rescissão é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a entrada contratual. Esta provisão é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE...

Table showing generation x with columns for amount and results, and rows for different percentages.

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrinial, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR)...

Table showing generation x with columns for amount and results, and rows for different percentages.

Table showing provisions for short and long term with columns for 2025 and 2024.

(ii) Provisão para desmantelamento - Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis)...

(iii) Provisão para contingências - Suportada pelos advogados que assessoram a Companhia, a Administração concluiu que as chances de perda no final do processo são avaliadas como "possível"...

Table showing financial operations with columns for index and taxes, and rows for operations in national currency.

(a) Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 100.556...

Table showing interest and taxes with columns for index and taxes, and rows for interest and taxes.

13.1 Movimentação - Saldo inicial, Pagamento de juros, Pagamento de principal, Despesas com juros, Custos de captação amortizados.

13.2 Covenants - A Companhia contratou financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNB...

14 Patrimônio líquido - a. Capital social - O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 89.279, dividido em 90.935.477 ações ordinárias... b. Reserva legal - A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido...

Table showing profit attributable to shareholders with columns for 2025 and 2024.

Table showing revenue from energy sale with columns for 2025 and 2024.

Table showing expenses by nature with columns for 2025 and 2024, and rows for energy generation, administrative expenses, and other expenses.

Table showing financial result with columns for 2025 and 2024, and rows for expenses, interest, amortization, and other expenses.

Table showing cash and equivalents with columns for 2025 and 2026.

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa...

Table showing accounts to receive with columns for 2025 and 2024.

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2025 e com vencimento em janeiro de 2026. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024...

9 Partes relacionadas - A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

Table showing circulating passivo with columns for 2025 and 2024.

(a) Os saldos de contas a pagar à partes relacionadas de curto prazo referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as companhias e a controladora direta. As transações entre partes relacionadas, são realizadas de acordo com os termos e condições acordados entre as partes...

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal POLO BRASIL, aponte a câmera do celular para o QR Code. Para acessar o site: www.jornalpolo.com.br



Este documento foi assinado digitalmente pelo(s) signatário(s) na lista de protocolo de assinatura(s). Para validar as assinaturas acesse: https://sdocs.safeweb.com.br/portal/validador?publicid=7b7b56b6-61c9-407a-b077-7144dfcd5a3

NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO					RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS																																																																																																																																																																																																																							
<p><b>18 Imposto de renda e contribuição social</b> - A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Receita com venda de energia (*)</td> <td>30.051</td> <td>26.758</td> </tr> <tr> <td>Outras receitas</td> <td>568</td> <td>1.433</td> </tr> <tr> <td>Base de cálculo IRPJ 8% (*)</td> <td>2.984</td> <td>3.591</td> </tr> <tr> <td>Base de cálculo CSLL 12% (*)</td> <td>4.184</td> <td>4.658</td> </tr> <tr> <td>Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)</td> <td>824</td> <td>958</td> </tr> <tr> <td>Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses</td> <td>274</td> <td>335</td> </tr> <tr> <td><b>Imposto de renda e contribuição social correntes</b></td> <td><b>1.099</b></td> <td><b>1.293</b></td> </tr> <tr> <td>Taxa efetiva</td> <td>15,33%</td> <td>15,67%</td> </tr> <tr> <td><b>Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)</b></td> <td><b>66</b></td> <td><b>9</b></td> </tr> </tbody> </table> <p>A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões de receita registradas dentro de suas devidas competências. (**) O saldo refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento.</p> <p><b>19 Instrumentos financeiros</b> - A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros. <b>a. Classificação contábil e valores justos de instrumentos financeiros</b> - Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil nas rubricas de caixa e bancos, contas a receber de clientes, partes relacionadas, financiamentos e fornecedores.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Descrição</th> <th colspan="2">2025</th> <th colspan="2">2024</th> </tr> <tr> <th>Valor contábil</th> <th>Valor justo</th> <th>Valor contábil</th> <th>Valor justo</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td>Custo amortizado(*)</td> <td>Nível 2</td> <td>Custo amortizado(*)</td> <td>Nível 2</td> </tr> <tr> <td><b>Ativos financeiros</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Circulante</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Caixa e bancos</td> <td>279</td> <td>-</td> <td>48</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>-</td> <td>13.485</td> <td>-</td> <td>13.877</td> </tr> <tr> <td>Contas a receber de clientes</td> <td>3.172</td> <td>-</td> <td>2.972</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td><b>Não circulante</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras vinculadas</td> <td>-</td> <td>1.025</td> <td>-</td> <td>920</td> </tr> <tr> <td><b>Passivos financeiros</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Circulante</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>619</td> <td>-</td> <td>143</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Financiamentos (nota 13)</td> <td>11.456</td> <td>-</td> <td>11.388</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Partes relacionadas (nota 9)</td> <td>84</td> <td>-</td> <td>75</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td><b>Não circulante</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Financiamentos (nota 13)</td> <td>80.851</td> <td>-</td> <td>86.401</td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table> <p>(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo. <b>Caixa e bancos</b> são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. <b>Aplicações financeiras:</b> elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais. <b>Aplicações financeiras vinculadas:</b> referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. <b>Financiamentos:</b> referem-se a passivos financeiros, para fins de divulgação, estimados mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue: <b>Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado</b> - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem prontos e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. <b>Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de Avaliação</b> - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses</p>						2025	2024	Receita com venda de energia (*)	30.051	26.758	Outras receitas	568	1.433	Base de cálculo IRPJ 8% (*)	2.984	3.591	Base de cálculo CSLL 12% (*)	4.184	4.658	Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	824	958	Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	274	335	<b>Imposto de renda e contribuição social correntes</b>	<b>1.099</b>	<b>1.293</b>	Taxa efetiva	15,33%	15,67%	<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)</b>	<b>66</b>	<b>9</b>	Descrição	2025		2024		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		Custo amortizado(*)	Nível 2	Custo amortizado(*)	Nível 2	<b>Ativos financeiros</b>					<b>Circulante</b>					Caixa e bancos	279	-	48	-	Aplicações financeiras	-	13.485	-	13.877	Contas a receber de clientes	3.172	-	2.972	-	<b>Não circulante</b>					Aplicações financeiras vinculadas	-	1.025	-	920	<b>Passivos financeiros</b>					<b>Circulante</b>					Fornecedores	619	-	143	-	Financiamentos (nota 13)	11.456	-	11.388	-	Partes relacionadas (nota 9)	84	-	75	-	<b>Não circulante</b>					Financiamentos (nota 13)	80.851	-	86.401	-	<p>motivada por considerações do negócio. <b>Nível 3. Sem mercado ativo:</b> Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria. <b>20 Gerenciamento integrado de riscos</b> - A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia. <b>(i) Risco operacional</b> - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico. <b>(ii) Risco de crédito</b> - Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Valor contábil</th> </tr> <tr> <th></th> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>13.485</td> <td>13.877</td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras vinculadas</td> <td>1.025</td> <td>920</td> </tr> <tr> <td>Contas a receber de clientes</td> <td>3.172</td> <td>2.972</td> </tr> </tbody> </table> <p><b>(iii) Risco de liquidez</b> - Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Valor contábil</th> </tr> <tr> <th></th> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>619</td> <td>143</td> </tr> <tr> <td>Financiamentos</td> <td>92.307</td> <td>97.769</td> </tr> </tbody> </table> <p><b>(iv) Risco de mercado</b> - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. <b>Exposição ao risco de taxa de juros</b> - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">2025</th> <th colspan="2">2024</th> </tr> <tr> <th></th> <th>Valor exposto</th> <th>Risco</th> <th>25%</th> <th>50%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>Ativo</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>14.510</td> <td>Redução no CDI (*)</td> <td>1.621</td> <td>1.081</td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras vinculadas</td> <td>23.499</td> <td>Aumento no IPCA (**)</td> <td>1.251</td> <td>1.502</td> </tr> <tr> <td><b>Passivo</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Financiamentos</td> <td>92.307</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table> <p>A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e do IPCA, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.</p> <p><b>Em 31 de dezembro de 2025</b></p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Valor exposto</th> <th>Risco</th> <th>25%</th> <th>50%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>14.510</td> <td>Redução no CDI (*)</td> <td>1.621</td> <td>1.081</td> </tr> <tr> <td>Financiamentos</td> <td>23.499</td> <td>Aumento no IPCA (**)</td> <td>1.251</td> <td>1.502</td> </tr> </tbody> </table> <p>(*) Os índices de CDI considerados foram de 14,90% a.a. (**) Os índices de IPCA considerados foram de 4,26% a.a.</p> <p><b>Em 31 de dezembro de 2024</b></p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Valor exposto</th> <th>Risco</th> <th>25%</th> <th>50%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>14.797</td> <td>Redução no CDI (*)</td> <td>1.348</td> <td>899</td> </tr> <tr> <td>Financiamentos</td> <td>25.065</td> <td>Aumento no IPCA (**)</td> <td>1.513</td> <td>1.816</td> </tr> </tbody> </table> <p>(*) Os índices de CDI considerados foram de 12,15% a.a. (**) Os índices de IPCA considerados foram de 4,83% a.a.</p>						Valor contábil			2025	2024	Aplicações financeiras	13.485	13.877	Aplicações financeiras vinculadas	1.025	920	Contas a receber de clientes	3.172	2.972		Valor contábil			2025	2024	Fornecedores	619	143	Financiamentos	92.307	97.769		2025		2024			Valor exposto	Risco	25%	50%	<b>Ativo</b>					Aplicações financeiras	14.510	Redução no CDI (*)	1.621	1.081	Aplicações financeiras vinculadas	23.499	Aumento no IPCA (**)	1.251	1.502	<b>Passivo</b>					Financiamentos	92.307					Valor exposto	Risco	25%	50%	Aplicações financeiras	14.510	Redução no CDI (*)	1.621	1.081	Financiamentos	23.499	Aumento no IPCA (**)	1.251	1.502		Valor exposto	Risco	25%	50%	Aplicações financeiras	14.797	Redução no CDI (*)	1.348	899	Financiamentos	25.065	Aumento no IPCA (**)	1.513	1.816	<p>Aos Administradores e Acionistas da Lagoa do Barro II Energias Renováveis S. A. São Paulo - SP</p> <p><b>Opinião</b> - Examinamos as demonstrações financeiras da Lagoa do Barro II Energias Renováveis S. A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.</p> <p>Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lagoa do Barro II Energias Renováveis S. A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. <b>Base de opinião</b> - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditores de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras</b> - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. <b>Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras</b> - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p> <p>Curitiba, 27 de março de 2026.</p>				
	2025	2024																																																																																																																																																																																																																										
Receita com venda de energia (*)	30.051	26.758																																																																																																																																																																																																																										
Outras receitas	568	1.433																																																																																																																																																																																																																										
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	2.984	3.591																																																																																																																																																																																																																										
Base de cálculo CSLL 12% (*)	4.184	4.658																																																																																																																																																																																																																										
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	824	958																																																																																																																																																																																																																										
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	274	335																																																																																																																																																																																																																										
<b>Imposto de renda e contribuição social correntes</b>	<b>1.099</b>	<b>1.293</b>																																																																																																																																																																																																																										
Taxa efetiva	15,33%	15,67%																																																																																																																																																																																																																										
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)</b>	<b>66</b>	<b>9</b>																																																																																																																																																																																																																										
Descrição	2025		2024																																																																																																																																																																																																																									
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo																																																																																																																																																																																																																								
	Custo amortizado(*)	Nível 2	Custo amortizado(*)	Nível 2																																																																																																																																																																																																																								
<b>Ativos financeiros</b>																																																																																																																																																																																																																												
<b>Circulante</b>																																																																																																																																																																																																																												
Caixa e bancos	279	-	48	-																																																																																																																																																																																																																								
Aplicações financeiras	-	13.485	-	13.877																																																																																																																																																																																																																								
Contas a receber de clientes	3.172	-	2.972	-																																																																																																																																																																																																																								
<b>Não circulante</b>																																																																																																																																																																																																																												
Aplicações financeiras vinculadas	-	1.025	-	920																																																																																																																																																																																																																								
<b>Passivos financeiros</b>																																																																																																																																																																																																																												
<b>Circulante</b>																																																																																																																																																																																																																												
Fornecedores	619	-	143	-																																																																																																																																																																																																																								
Financiamentos (nota 13)	11.456	-	11.388	-																																																																																																																																																																																																																								
Partes relacionadas (nota 9)	84	-	75	-																																																																																																																																																																																																																								
<b>Não circulante</b>																																																																																																																																																																																																																												
Financiamentos (nota 13)	80.851	-	86.401	-																																																																																																																																																																																																																								
	Valor contábil																																																																																																																																																																																																																											
	2025	2024																																																																																																																																																																																																																										
Aplicações financeiras	13.485	13.877																																																																																																																																																																																																																										
Aplicações financeiras vinculadas	1.025	920																																																																																																																																																																																																																										
Contas a receber de clientes	3.172	2.972																																																																																																																																																																																																																										
	Valor contábil																																																																																																																																																																																																																											
	2025	2024																																																																																																																																																																																																																										
Fornecedores	619	143																																																																																																																																																																																																																										
Financiamentos	92.307	97.769																																																																																																																																																																																																																										
	2025		2024																																																																																																																																																																																																																									
	Valor exposto	Risco	25%	50%																																																																																																																																																																																																																								
<b>Ativo</b>																																																																																																																																																																																																																												
Aplicações financeiras	14.510	Redução no CDI (*)	1.621	1.081																																																																																																																																																																																																																								
Aplicações financeiras vinculadas	23.499	Aumento no IPCA (**)	1.251	1.502																																																																																																																																																																																																																								
<b>Passivo</b>																																																																																																																																																																																																																												
Financiamentos	92.307																																																																																																																																																																																																																											
	Valor exposto	Risco	25%	50%																																																																																																																																																																																																																								
Aplicações financeiras	14.510	Redução no CDI (*)	1.621	1.081																																																																																																																																																																																																																								
Financiamentos	23.499	Aumento no IPCA (**)	1.251	1.502																																																																																																																																																																																																																								
	Valor exposto	Risco	25%	50%																																																																																																																																																																																																																								
Aplicações financeiras	14.797	Redução no CDI (*)	1.348	899																																																																																																																																																																																																																								
Financiamentos	25.065	Aumento no IPCA (**)	1.513	1.816																																																																																																																																																																																																																								

Este documento foi assinado digitalmente pelo(s) signatário(s) na lista de protocolo de assinatura(s). Para validar as assinaturas acesse: <https://sdocs.safeweb.com.br/portal/Validador?publicId=7b7b56fb-61c9-407a-b0f7-7144defdc5a3>

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal do JORNAL POLO BRASIL aponte a câmera do celular para o QR Code. Para acessar o site: [www.jornalpolobrasil.com.br](http://www.jornalpolobrasil.com.br)



# Lagoa Do Barro III Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 21.951.750/0001-19

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)				Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	7	18.517	15.618	Fornecedores		1.046	1.069
Contas a receber de clientes	8	3.525	3.310	Provisões	12	21.355	25.559
Despesas antecipadas		96	118	Financiamentos	13	11.836	11.832
Adiantamentos a fornecedores		21	10	Obrigações sociais e trabalhistas		73	84
Tributos e contribuições a compensar		609	274	Contas a pagar à partes relacionadas	9	103	92
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>22.767</b>	<b>19.329</b>	Obrigações fiscais		250	119
Despesas antecipadas		2	-	Imposto de renda e contribuição social a pagar		226	239
Depósitos judiciais		3.995	3.995	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>34.889</b>	<b>38.993</b>
Aplicações financeiras vinculadas	10	993	892	Provisões	12	2.831	2.939
Imobilizado	11	192.902	201.016	Financiamentos	13	79.797	85.754
Intangível		0	-	Tributos diferidos		357	212
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>197.892</b>	<b>205.903</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>82.985</b>	<b>88.905</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>220.659</b>	<b>225.232</b>	Capital social		125.158	125.158
				Prejuízos acumulados		(22.373)	(27.825)
				<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>14</b>	<b>102.785</b>	<b>97.333</b>
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>220.659</b>	<b>225.232</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1 Contexto operacional**  
A Lagoa do Barro III Energias Renováveis S.A. ("LDB III" ou "Companhia"), com sede na Avenida das Nações Unidas 14.171, em São Paulo-SP, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 12 de fevereiro de 2015 e tem como objeto social a geração de energia elétrica, mediante exploração do Parque Eólico Aura Lagoa do Barro 03, na cidade de Lagoa do Barro do Piauí-PI, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A LDB III foi vencedora do Leilão de Energia A-5/2014 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos e assinou contrato de fornecimento de energia em 01 de janeiro de 2019 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em 21 de dezembro de 2018 com a produção anual estimada de 13,5 MWh (não auditado). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

	Nota	Capital social	Prejuízo acum.	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>83.178</b>	<b>(23.828)</b>	<b>59.350</b>
Integralização de capital	14	41.980	-	41.980
Prejuízo do exercício		-	(3.996)	(3.996)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>125.158</b>	<b>(27.824)</b>	<b>97.334</b>
Lucro líquido do exercício		-	5.452	5.452
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>125.158</b>	<b>(22.372)</b>	<b>102.786</b>

## Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
<b>Lucro líquido (Prejuízo) do exercício</b>		<b>5.452</b>	<b>(3.996)</b>
<b>Ajustes para:</b>			
Depreciação e amortização	11	8.210	7.061
Provisão ressarcimento de energia	12	543	6.299
Juros e variações monetárias	13	7.689	8.214
Amortização de custos de transação	13	134	134
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	1.069	1.024
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	133	6
		<b>23.228</b>	<b>18.743</b>

**Variáveis em:**  
Contas a receber de clientes (215) 332  
Despesas antecipadas 19 285  
Adiantamentos a fornecedores (11) 2.789  
Tributos e contribuições a compensar (334) (74)  
Depósitos judiciais - (3.995)  
Partes relacionadas 9 11 (676)  
Fornecedores (23) (199)  
Provisões 12 (4.855) (2.369)  
Obrigações sociais e trabalhistas (12) (16)  
Obrigações fiscais (14) (58)  
Tributos diferidos 11 7  
**Caixa proveniente das atividades operacionais 17.807 14.769**  
Impostos pagos sobre o lucro (937) (871)  
**Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais 16.870 13.898**  
**Fluxo de caixa das atividades de investimento:**  
Aquisição de imobilizado 11 (95) (34.964)  
Aquisição de intangível (0) 34  
**Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento (96) (34.930)**  
**Fluxo de caixa das atividades de financiamento:**  
Integralização de capital 14 41.980  
Aplicações financeiras vinculadas 13 (101) 613  
Pagamento de principal sobre financiamentos 13 (5.688) (5.300)  
Pagamento de juros sobre financiamentos 13 (8.086) (8.554)  
**Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento (13.876) 28.739**  
**Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa 2.899 7.707**  
**Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 15.618 7.911**  
**Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício 18.517 15.618**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Mantido para recebimento e venda**  
A Companhia mantém uma carteira de títulos de dívida corporativa para fins de gerenciamento de liquidez.

**Mantido para negociação**  
A Companhia não possui ativos financeiros mantidos para negociação.

**Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são SPPI**  
A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e, • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados no desempenho de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e de juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maioria, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. A Companhia não tinha ativos financeiros mantidos fora dos modelos de negócios comerciais que não passaram na avaliação do SPPI.

**Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:**  
**Ativos financeiros a VJR**  
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

**Ativos financeiros a custo amortizado**  
Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

**Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA**  
A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.  
**Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas**  
Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um

NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial.

Compensação - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Equipamentos de informática, Edificações, obras civis e benfeitorias, Sistema de geração, Sistemas de transmissão e conexão, Imobilizado em andamento.

Equipamentos de informática, Edificações, obras civis e benfeitorias, Sistema de geração, Sistemas de transmissão e conexão, Imobilizado em andamento.

Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa.

Contas a receber de clientes

Contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2025 e com vencimento em janeiro de 2026.

Partes relacionadas - A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

Passivo circulante - Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A. (a)

(a) Os saldos de contas a pagar à partes relacionadas de curto prazo referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as companhias e a controladora direta.

10 Aplicações financeiras vinculadas

Table with columns for 2025 and 2024, showing application of financial instruments.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) com restrição de movimento para atendimento aos covenants e a garantia de pagamento das prestações conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo.

11 Imobilizado

(i) Composição do saldo

Table showing composition of fixed assets for 2025 and 2024, including equipment and infrastructure.

(ii) Movimentação do custo

Table showing cost movement for 2025, including additions and disposals.

Table showing cost movement for 2024, including additions and disposals.

(iii) Movimentação da depreciação

Table showing depreciation movement for 2025, including additions and disposals.

Table showing depreciation movement for 2024, including additions and disposals.

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment) - A Administração anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados do Complexo Lagoa do Barro, o qual a Companhia faz parte e que representa sua Unidade Geradora de Caixa - UGC.

Table showing scenarios for impairment testing based on generation capacity.

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrinial, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR).

Table showing financial results for 2025 and 2024, including expenses and income.

(ii) Provisão para desmantelamento - Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão.

13 Financiamentos

Table showing financing operations and interest rates for 2025 and 2024.

Table showing circulating and non-circulating passives for 2025 and 2024.

Table showing movement of 2026 and 2027-2029 liabilities for 2025 and 2024.

13.1 Movimentação

Table showing initial and final balances for 2025 and 2024.

13.2 Covenants - A Companhia contratou financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNB, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios.

14 Patrimônio líquido

a. Capital social - O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 125.158, dividido em 125.993.439 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Acionistas - Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A. ("Holding") 125.158 125.158. Em 11 de junho de 2024, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 41.980.

Table showing liquid equity components for 2025 and 2024.

15 Receita líquida de venda de energia

Table showing net revenue from energy sales for 2025 and 2024.

(1) Vide nota explicativa 12(i).

16 Gastos por natureza

Table showing expenses by nature for 2025 and 2024.

17 Resultado financeiro

Table showing financial results for 2025 and 2024, including bank expenses and income.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser conferida no lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal POLO BRASIL aponte a câmera do celular para o QR Code. Para acessar o site: www.jornalpolobrasil.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO																																																																											
<b>18 Imposto de renda e contribuição social</b> - A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:																																																																											
<b>Regime de tributação pelo lucro presumido</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>																																																																									
Receita com venda de energia (*)	31.504	29.323																																																																									
Outras receitas	399	405																																																																									
Base de cálculo IRPJ 8% (**)	2.881	2.772																																																																									
Base de cálculo CSLL 12% (**)	4.138	3.941																																																																									
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	805	771																																																																									
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	284	253																																																																									
<b>Imposto de renda e contribuição social correntes</b>	<b>1.069</b>	<b>1.024</b>																																																																									
Taxa efetiva	15,23%	15,25%																																																																									
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)</b>	<b>133</b>	<b>6</b>																																																																									
(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões de receita registradas dentro de suas devidas competências. (***) O saldo refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento.																																																																											
<b>19 Instrumentos financeiros</b> - A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros. <b>a. Classificação contábil e valores justos de instrumentos financeiros</b> - Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil nas rubricas de caixa e bancos, contas a receber de clientes, partes relacionadas, financiamentos e fornecedores.																																																																											
	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">2025</th> <th colspan="2">2024</th> </tr> <tr> <th>Valor contábil</th> <th>Valor justo</th> <th>Valor contábil</th> <th>Valor justo</th> </tr> <tr> <th colspan="2">Custo</th> <th colspan="2">Custo</th> </tr> <tr> <th>amortizado(*)</th> <th>Nível 2</th> <th>amortizado(*)</th> <th>Nível 2</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="4"><b>Ativos financeiros</b></td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Circulante</b></td> </tr> <tr> <td>Caixa e bancos</td> <td>142</td> <td>-</td> <td>16</td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>-</td> <td>18.375</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Contas a receber de clientes</td> <td>3.525</td> <td>-</td> <td>3.310</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Não circulante</b></td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras vinculadas</td> <td>-</td> <td>993</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Passivos financeiros</b></td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Circulante</b></td> </tr> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>1.046</td> <td>-</td> <td>1.069</td> </tr> <tr> <td>Financiamentos (nota 13)</td> <td>11.836</td> <td>-</td> <td>11.832</td> </tr> <tr> <td>Partes relacionadas (nota 9)</td> <td>103</td> <td>-</td> <td>92</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Não circulante</b></td> </tr> <tr> <td>Financiamentos (nota 13)</td> <td>79.797</td> <td>-</td> <td>85.754</td> </tr> </tbody> </table>		2025		2024		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Custo		Custo		amortizado(*)	Nível 2	amortizado(*)	Nível 2	<b>Ativos financeiros</b>				<b>Circulante</b>				Caixa e bancos	142	-	16	Aplicações financeiras	-	18.375	-	Contas a receber de clientes	3.525	-	3.310	<b>Não circulante</b>				Aplicações financeiras vinculadas	-	993	-	<b>Passivos financeiros</b>				<b>Circulante</b>				Fornecedores	1.046	-	1.069	Financiamentos (nota 13)	11.836	-	11.832	Partes relacionadas (nota 9)	103	-	92	<b>Não circulante</b>				Financiamentos (nota 13)	79.797	-	85.754	
2025		2024																																																																									
Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo																																																																								
Custo		Custo																																																																									
amortizado(*)	Nível 2	amortizado(*)	Nível 2																																																																								
<b>Ativos financeiros</b>																																																																											
<b>Circulante</b>																																																																											
Caixa e bancos	142	-	16																																																																								
Aplicações financeiras	-	18.375	-																																																																								
Contas a receber de clientes	3.525	-	3.310																																																																								
<b>Não circulante</b>																																																																											
Aplicações financeiras vinculadas	-	993	-																																																																								
<b>Passivos financeiros</b>																																																																											
<b>Circulante</b>																																																																											
Fornecedores	1.046	-	1.069																																																																								
Financiamentos (nota 13)	11.836	-	11.832																																																																								
Partes relacionadas (nota 9)	103	-	92																																																																								
<b>Não circulante</b>																																																																											
Financiamentos (nota 13)	79.797	-	85.754																																																																								
(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo. <b>Caixa e bancos</b> são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. <b>Aplicações financeiras</b> : elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e o câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais. <b>Aplicações financeiras vinculadas</b> : referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. <b>Financiamentos</b> : referem-se a passivos financeiros, para fins de divulgação, estimados mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue: <b>Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado</b> - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. <b>Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de Avaliação</b> - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses																																																																											
motivada por considerações do negócio. <b>Nível 3. Sem mercado ativo</b> : Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria. <b>20 Gerenciamento integrado de riscos</b> - A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia. <b>(i) Risco operacional</b> - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico. <b>(ii) Risco de crédito</b> - Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetuou acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:																																																																											
	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Valor contábil</th> </tr> <tr> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>18.375</td> <td>15.602</td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras vinculadas</td> <td>993</td> <td>892</td> </tr> <tr> <td>Contas a receber de clientes</td> <td>3.525</td> <td>3.310</td> </tr> </tbody> </table>		Valor contábil		2025	2024	Aplicações financeiras	18.375	15.602	Aplicações financeiras vinculadas	993	892	Contas a receber de clientes	3.525	3.310																																																												
Valor contábil																																																																											
2025	2024																																																																										
Aplicações financeiras	18.375	15.602																																																																									
Aplicações financeiras vinculadas	993	892																																																																									
Contas a receber de clientes	3.525	3.310																																																																									
<b>(iii) Risco de liquidez</b> - Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:																																																																											
	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Valor contábil</th> </tr> <tr> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>1.046</td> <td>1.069</td> </tr> <tr> <td>Financiamentos</td> <td>91.833</td> <td>97.586</td> </tr> </tbody> </table>		Valor contábil		2025	2024	Fornecedores	1.046	1.069	Financiamentos	91.833	97.586																																																															
Valor contábil																																																																											
2025	2024																																																																										
Fornecedores	1.046	1.069																																																																									
Financiamentos	91.833	97.586																																																																									
<b>(iv) Risco de mercado</b> - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. <b>Exposição ao risco de taxa de juros</b> - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:																																																																											
	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">2025</th> <th colspan="2">2024</th> </tr> <tr> <th>Ativo</th> <th>Risco</th> <th>25%</th> <th>50%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>19.368</td> <td>2.164</td> <td>1.443</td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras vinculadas</td> <td>22.824</td> <td>1.215</td> <td>1.458</td> </tr> </tbody> </table>		2025		2024		Ativo	Risco	25%	50%	Aplicações financeiras	19.368	2.164	1.443	Aplicações financeiras vinculadas	22.824	1.215	1.458																																																									
2025		2024																																																																									
Ativo	Risco	25%	50%																																																																								
Aplicações financeiras	19.368	2.164	1.443																																																																								
Aplicações financeiras vinculadas	22.824	1.215	1.458																																																																								
(*) Os índices de CDI considerados foram de 14,90% a.a. (**) Os índices de IPCA considerados foram de 4,26% a.a.																																																																											
	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">2024</th> <th colspan="2">2025</th> </tr> <tr> <th>Ativo</th> <th>Risco</th> <th>25%</th> <th>50%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>16.494</td> <td>1.503</td> <td>1.002</td> </tr> <tr> <td>Financiamentos</td> <td>24.584</td> <td>1.484</td> <td>1.781</td> </tr> </tbody> </table>		2024		2025		Ativo	Risco	25%	50%	Aplicações financeiras	16.494	1.503	1.002	Financiamentos	24.584	1.484	1.781																																																									
2024		2025																																																																									
Ativo	Risco	25%	50%																																																																								
Aplicações financeiras	16.494	1.503	1.002																																																																								
Financiamentos	24.584	1.484	1.781																																																																								
(*) Os índices de CDI considerados foram de 12,15% a.a. (**) Os índices de IPCA considerados foram de 4,83% a.a.																																																																											

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas da Lagoa do Barro III Energias Renováveis S. A. São Paulo - SP

**Opinião** - Examinamos as demonstrações financeiras da Lagoa do Barro III Energias Renováveis S. A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lagoa do Barro III Energias Renováveis S. A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base de opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Curitiba, 27 de março de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda. Almir Eduardo Bertoncello  
CRC SP-014428/O-6 F-PR Contador CRC PR-052082/O

**DIRETORIA**

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora  
Yu Guan - Diretor  
Rafael Ubarana Mohamed - Contador CRC RJ - 077398/O

Documento assinado e certificado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal POLO BRASIL aponte a câmera do celular para o QR Code. Para acessar o site: [www.jornalpolobrasil.com.br](http://www.jornalpolobrasil.com.br)



Este documento foi assinado digitalmente pelo(s) signatário(s) na lista de protocolo de assinatura(s). Para validar as assinaturas acesse: <https://sdocs.safeweb.com.br/portal/Validador?publicId=7b7b56fb-61c9-407a-b07-7144defc5a3>



NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

	2025	2024			
<b>7. Caixa e equivalentes de caixa</b>					
Caixa e bancos	42	26			
Aplicações financeiras (i)	16.949	14.003			
	<b>16.991</b>	<b>14.029</b>			
Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. (i) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco BTG Pactual, Banco do Nordeste - BNB, Banco Santander, Banco Bradesco e Banco da China Brasil, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média de remuneração da aplicação no Banco BTG Pactual, Banco do Nordeste - BNB, Banco Santander, Banco Bradesco e Banco da China Brasil foi de 95% do CDI nos dois exercícios.					
<b>8 Contas a receber de clientes</b>					
Contas a receber	3.499	3.197			
	<b>3.499</b>	<b>3.197</b>			
O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2025 e com vencimento em janeiro de 2026. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.					
<b>9 Partes relacionadas - A</b> Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.					
<b>Passivo circulante</b>					
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S/A. (a)	103	92			
	<b>103</b>	<b>92</b>			
(a) Os saldos de contas a pagar a partes relacionadas de curto prazo referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as companhias e a controladora direta. As transações entre partes relacionadas, são realizadas de acordo com os termos e condições acordados entre as partes, conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros. <b>Remuneração do pessoal chave da Administração</b> - Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2025, foi aprovado o montante máximo global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2025, no valor de até R\$ 7.500, a ser distribuído entre os membros da Administração conforme deliberação interna e de acordo com o Estatuto Social da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram reconhecidas despesas com remuneração dos membros-chave da Administração no montante de R\$ 5.662 (R\$ 6.363 em 2024). A Companhia não possui planos de benefícios pós-emprego, remuneração baseada em ações ou outras participações societárias.					
<b>10 Aplicações financeiras vinculadas</b>					
Aplicações financeiras vinculadas	803	721			
	<b>803</b>	<b>721</b>			
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta Reserva de O&M (Operação e Manutenção) com restrição de movimento para atendimento aos convênios e a garantia de pagamento das prestações conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNB (nota explicativa 14). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco BNB e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNB. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.					
<b>11 Imobilizado</b>					
<b>(i) Composição do saldo</b>					
	2025	2024			
	Custo	Depre. acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido	
Equipamentos de informática	104	(14)	90	98	
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.780	(507)	2.274	2.355	
Sistema de geração	167.404	(30.979)	136.425	142.032	
Sistemas de transmissão e conexão	70.885	(25.973)	44.912	48.779	
	<b>241.173</b>	<b>(57.472)</b>	<b>183.701</b>	<b>193.264</b>	
<b>(ii) Movimentação do custo</b>					
	Movimentação em 2025				
	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2025
Equipamentos de informática	104	-	-	-	104
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.780	-	-	-	2.780
Sistema de geração	167.404	-	-	-	167.404
Sistemas de transmissão e conexão	70.885	-	-	-	70.885
	<b>241.173</b>	-	-	-	<b>241.173</b>
	Movimentação em 2024				
	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2024
Equipamentos de informática	20	-	-	84	104
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.583	198	-	-	2.780
Sistema de geração	128.322	21	-	39.060	167.404
Sistemas de transmissão e conexão	70.885	-	-	-	70.885
Imobilizado em andamento	3.711	35.433	-	(39.144)	-
	<b>205.521</b>	<b>35.652</b>	-	-	<b>241.173</b>
<b>(iii) Movimentação da depreciação</b>					
	Movimentação em 2025				
	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2025
Equipamentos de informática	(6)	(8)	-	-	(14)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(425)	(82)	-	-	(507)
Sistema de geração	(25.372)	(5.607)	-	-	(30.979)
Sistemas de transmissão e conexão	(22.106)	(3.867)	-	-	(25.973)
	<b>(47.909)</b>	<b>(9.563)</b>	-	-	<b>(57.472)</b>
	Movimentação em 2024				
	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2024
Equipamentos de informática	(1)	(4)	-	-	(6)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(349)	(76)	-	-	(425)
Sistema de geração	(20.924)	(4.448)	-	-	(25.372)
Sistemas de transmissão e conexão	(18.230)	(3.876)	-	-	(22.106)
	<b>(39.504)</b>	<b>(8.405)</b>	-	-	<b>(47.909)</b>
<b>a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)</b> - A Administração anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados do Complexo Lagoa do Barro, o qual a Companhia faz parte e que representa sua Unidade Geradora de Caixa - UGC. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados. O fluxo de caixa projetado levou em consideração fatores internos e externos, ajustando fatores como o volume de vendas, preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 10,20% a.a. (9,34% a.a. em 2024), elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC). O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução do valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.					
<b>12. Arrendamentos</b> - Os saldos relacionados aos arrendamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2025 são demonstrados conforme tabelas a seguir.					
	Taxa média anual de amortização	Saldo em 2024	Amortização	Saldo em 2025	
Terras e terrenos	9%	1.561	(52)	1.508	
		<b>1.561</b>	<b>(52)</b>	<b>1.508</b>	
<b>Passivo de arrendamento</b>					
		Saldo em 2024	Liquidações	Juros incorridos	Saldo em 2025
Terras e terrenos		1.816	(168)	154	1.802
		<b>1.816</b>	<b>(168)</b>	<b>154</b>	<b>1.802</b>
<b>13 Provisões - (i) Provisão ressarcimento</b> - A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerando suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual. Esta provisão é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE, relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida ("constrained-off"), em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. Ressarcimento anual à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrinial à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), tem as seguintes características: (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadriniais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadriniais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:					
	Genários	Montante Contratado	Resultados		
1	Abaixo de 90%		Ressarcimento Anual a CCEE		
2	Entre 90% a 100%		Ressarcimento Quadrinial		
3	Entre 100% a 130%		Gera saldo positivo na apuração quadrinial		
4	Acima de 130%		Gerarecebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual		
O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrinial, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Com o encerramento do ciclo do ressarcimento quadrinial, o saldo é transferido do longo prazo para o curto prazo. Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida ("constrained-off") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. O cálculo é realizado com base na metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de "constrained-off" de usinas eólicas objeto de CCEAR e CER disponibilizado pela CCEE conforme estabelecido no art. 8º da Resolução Normativa supracitada. Este componente é contido como abatimento nos valores de ressarcimento. O "curtailment", conforme classificação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), corresponde à restrição de geração e pode ocorrer por três razões: (i) Energética, quando há impossibilidade de alocação da geração na carga do sistema; (ii) Confiabilidade Elétrica, relacionada à confiabilidade de equipamentos externos às usinas; e (iii) Indisponibilidade Externa, decorrente de indisponibilidades em instalações externas às usinas. A Lei nº 15.269, sancionada em novembro de 2025, instituiu mecanismo de compensação para cortes classificados como Confiabilidade Elétrica e Indisponibilidade Externa, aplicável ao período de setembro de 2023 a novembro de 2025, conforme regulamentação. Em conformidade com a legislação aplicável, a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras a compensação referente aos cortes ocorridos no período elegível, mensurado com base em dados históricos do ONS e na sistemática de ressarcimento prevista na legislação. A apuração e liquidação dos valores serão conduzidas pelas entidades responsáveis, com utilização pela variação do IPCA. A composição do saldo de provisões é como segue:					
	<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>19.926</b>		
Constituição			3.800		
Baixa			(2.224)		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>			<b>21.502</b>		
Constituição			580		
Baixa			(4.408)		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>			<b>17.675</b>		
	2025		2024		
Provisão para ressarcimento curto prazo	15.324		18.674		
Provisão para ressarcimento longo prazo	2.352		2.829		
	<b>17.675</b>		<b>21.502</b>		
<b>(ii) Provisão para desmantelamento</b> - Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza e ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados. Adicionalmente, será facultado à SPE apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constituiria assim, um evento de significativa materialidade em comparação com potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19º, "são reconhecidas como provisão apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existem independentemente de ações futuras da entidade"; o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura da Companhia, e por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida. <b>(iii) Provisão para contingências</b> - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, reconhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação.					
<b>14. Financiamentos</b>					
	Indexador e taxas	Vencimento	2025	2024	
Operações (moeda nacional)	anuais de juros	final			
BNB (a)	10,14% (taxa fixa)	28/04/2037	72.411	76.692	
BNB (b)	IPCA + 2,08%	15/05/2037	23.333	25.084	
Custo com captação			(1.635)	(1.779)	
			<b>94.109</b>	<b>99.977</b>	
Passivo circulante			11.727	11.661	
Passivo não circulante			82.382	88.317	
(a) Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 102.664, com vencimento final para abril de 2037. (b) Em 29 de junho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 32.736, com vencimento final para maio de 2037. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:					
			2025	2024	
2026			11.727		
2027 a 2029			19.382		
2030 a 2032			22.354		
2033 a 2035			26.605		
2036 a 2038			14.041		
<b>Total</b>			<b>94.109</b>		
<b>14.1 Movimentação</b>					
			2025	2024	
<b>Saldo inicial</b>			<b>99.977</b>	<b>105.499</b>	
Pagamento de juros			(8.206)	(8.675)	
Pagamento de principal			(5.638)	(5.344)	
Despesas com juros			7.831	8.352	
Custos de captação amortizados			144	144	
<b>Saldo final</b>			<b>94.109</b>	<b>99.977</b>	
<b>14.2 Covenants</b> - A Companhia contratou financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNB, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. <b>14.2.1 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNB</b> - A Companhia possui covenants financeiros em contrato junto ao BNB, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida superior a 1,30, contudo esse índice deverá ser considerado somente na conclusão física e financeira (completion). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 todas as condições foram atendidas referente às Cláusulas Restritivas do referido contrato. <b>14.3 Outras garantias</b> - As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.					
<b>15 Patrimônio líquido</b>					
<b>a. Capital social</b> - O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 123.877, dividido em 124.976.103 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:					
			2025	2024	
<b>Acionistas</b>			123.877	123.877	
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A. ("Holding")					
Em 11 de junho de 2024, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 41.980, na proporção das respectivas participações acionárias vigentes naquela data. <b>Controladora e controlador final</b> - As ações da entidade são 100% do Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A., controlada pela Atlantic Energias					

Documento assinado e certificado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal POLO BRASIL, aponte a câmera do celular para o QR Code. Para acessar o site: [www.jornalpolobrasil.com.br](http://www.jornalpolobrasil.com.br)



NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. ("Grupo CGN Brasil"). **b. Reserva legal** - A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social. **c. Dividendos** - Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. **d. Reserva de lucros** - A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos dos dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada. **e. Lucro básico e diluído** - Não há diluição de ações ordinárias para o cálculo de lucro diluído. O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.

	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias (básico e diluído)	3.157	(3.595)
Ações ordinárias (básico e diluído)	124.976	124.976
Resultado por ação ordinária (básico e diluído)	0,0253	(0,0288)
<b>16 Receita líquida de venda de energia</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Receita bruta venda de energia	31.704	29.985
Ressarcimento de energia (1)	(580)	(3.800)
(-) PIS / COFINS	(1.156)	(1.056)
	<b>29.968</b>	<b>24.129</b>

(1) Vide nota explicativa 12(i).

	2025	2024
<b>17 Gastos por natureza</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Custo da geração de energia	(17.691)	(15.885)
Despesas gerais e administrativas	(863)	(760)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	28
	<b>(18.531)</b>	<b>(16.618)</b>
Encargos de transmissão e conexão	(1.623)	(1.611)
Compra de energia	(1.524)	(1.510)
Liquidação financeira negativa - CCEE	(371)	(1.140)
Despesa com pessoal	(965)	(738)
Serviço de terceiros	(563)	(918)
Depreciação	(9.616)	(8.459)
Amortamento	(291)	(193)
Manutenção	(3.257)	(2.331)
Aluguel	-	(1)
Outras despesas administrativas	(288)	(301)
Viagens e estadias	(3)	-
Penalidade por insuficiência de lastro	-	(127)
Outros	(32)	(26)
	<b>(18.531)</b>	<b>(16.618)</b>

	2025	2024
<b>18 Resultado financeiro</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Despesas bancárias	(65)	(62)
IOF	(19)	(3)
Juros de financiamentos	(7.831)	(8.352)
Amortização do custo de captação	(144)	(144)
Juros e multas de mora	-	(1)
Custo da estruturação da dívida	(617)	(1.510)
Outras despesas financeiras	(576)	(398)
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(9.253)</b>	<b>(10.470)</b>
Juros recebidos	3	-
Receitas de aplicações financeiras	2.138	365
Outras receitas financeiras	-	(1)
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>2.141</b>	<b>364</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(7.112)</b>	<b>(10.106)</b>

**19 Imposto de renda e contribuição social** - A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

	2025	2024
<b>Regime de tributação pelo lucro presumido</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Receita com venda de energia (*)	31.301	28.778
Outras receitas	407	357
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	2.927	2.687
Base de cálculo CSLL 12% (**)	4.177	3.835
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	815	748
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	269	245
<b>Imposto de renda e contribuição social correntes</b>	<b>1.084</b>	<b>993</b>
Taxa efetiva	15,26%	15,22%
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)</b>	<b>84</b>	<b>6</b>

(\*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões de receita registradas dentro de suas devidas competências. (\*\*\*) O saldo refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento.

**20 Instrumentos financeiros** - A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros. **a. Classificação contábil e valores justos de instrumentos financeiros** - Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil nas rubricas de caixa e bancos, contas a receber de clientes, partes relacionadas, financiamentos e fornecedores.

Descrição	2025		2024	
	Valor contábil amortizado(*)	Valor justo Nivel 2	Valor contábil amortizado(*)	Valor justo Nivel 2
<b>Ativos financeiros</b>				
<b>Circulante</b>				
Caixa e bancos	42	-	26	-
Aplicações financeiras	-	16.949	-	14.003
Contas a receber de clientes	3.499	-	3.197	-
<b>Não circulante</b>				
Aplicações financeiras vinculadas	-	803	-	721
<b>Passivos financeiros</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	1.331	-	1.084	-
Financiamentos (nota 14)	11.727	-	11.661	-
Partes relacionadas (nota 9)	103	-	92	-
<b>Não circulante</b>				
Financiamentos (nota 14)	82.382	-	88.317	-

(\*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo. **• Caixa e bancos** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **• Aplicações financeiras:** elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais. **• Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **• Financiamentos:** referem-se a passivos financeiros, para fins de divulgação, estimados mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue: **• Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem prontos e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. **• Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio. **• Nível 3. Sem mercado ativo:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não possui nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria. **21 Gerenciamento integrado de riscos** - A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia. **(i) Risco operacional** - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico. **(ii) Risco de crédito** - Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2025	2024
Aplicações financeiras	16.949	14.003
Aplicações financeiras vinculadas	803	721
Contas a receber de clientes	3.499	3.197
<b>(iii) Risco de liquidez</b> - Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:		

	Valor contábil	
	2025	2024
Fornecedores	1.331	1.084
Financiamentos	94.109	99.977
<b>(iv) Risco de mercado</b> - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos de dívida pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. <b>Exposição ao risco de taxa de juros</b> - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:		

Ativo	2025		2024	
	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	16.949	14.003		
Aplicações financeiras vinculadas	803	721		
	<b>17.752</b>	<b>14.724</b>		
<b>Passivo</b>				
Financiamentos	94.109	99.977		
A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e do IPCA, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.				
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>				
Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	17.752	Redução do CDI (*)	1.984	1.323
Financiamentos	23.333	Aumento do IPCA (**)	1.242	1.491
(*) Os índices de CDI considerados foram de 14,90% a.a.				
(**) Os índices de IPCA considerados foram de 4,26% a.a.				

Em 31 de dezembro de 2024

Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	14.724	Redução do CDI (*)	1.342	894
Financiamentos	25.064	Aumento do IPCA (**)	1.513	1.816

(\*) Os índices de CDI considerados foram de 12,15% a.a.  
(\*\*) Os índices de IPCA considerados foram de 4,83% a.a.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S. A. São Paulo - SP

**Opinião** - Examinamos as demonstrações financeiras da Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S. A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lagoa do Barro IV Energias Renováveis S. A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base de opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objeto de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 27 de março de 2026.

**KPMG**  
KPMG Auditores Independentes Ltda. Almir Eduardo Bertoncello  
CRC SP-014428/O-6 F-PR Contador CRC PR-052082/O

**DIRETORIA**

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora  
Yu Guan - Diretor  
Raffael Ubarana Mohamed - Contador CRC RJ - 077398/O

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal do JORNAL POLO BRASIL aponte a câmera do celular para o QR Code. Para acessar o site: [www.jornalpolobrasil.com.br](http://www.jornalpolobrasil.com.br)



Lagoa Do Barro V Energias Renováveis S.A.					CNPJ Nº 21.949.390/0001-10							
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)					Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)							
	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024		Nota	2025	2024	
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	7	20.446	15.530	Fornecedores		58	59	Receita líquida de venda de energia	16	26.050	23.670	
Contas a receber de clientes	8	2.856	2.655	Provisões	13	3.879	4.864	Custo da geração de energia	17	(12.794)	(11.139)	
Despesas antecipadas		86	89	Financiamentos	14	10.437	10.503	<b>Lucro bruto</b>		<b>13.257</b>	<b>12.531</b>	
Adiantamento a fornecedores		16	5	Obrigações sociais e trabalhistas		53	71	Despesas gerais e administrativas	17	(625)	(606)	
Tributos e contribuições a compensar		259	29	Passivo de arrendamento mercantil	12	4	4	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	19	25	
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>23.664</b>	<b>18.308</b>	Contas a pagar a partes relacionadas	9	75	67	<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<b>12.651</b>	<b>11.950</b>	
Despesas antecipadas		2	-	Dividendos a pagar	9	223	-	Despesas financeiras	18	(8.082)	(9.119)	
Aplicações financeiras vinculadas	10	757	678	Obrigações fiscais		99	98	Receitas financeiras	18	2.406	1.496	
Imobilizado	11	135.202	141.226	Imposto de renda e contribuição social a pagar		142	240	<b>Resultado financeiro</b>		<b>(5.676)</b>	<b>(7.623)</b>	
Intangível		0	-	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>14.970</b>	<b>15.906</b>	<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>6.974</b>	<b>4.328</b>	
Ativo de direito de uso	12	384	397	Provisões	13	26	26	Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(1.181)	(1.247)	
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>136.345</b>	<b>142.302</b>	Financiamentos	14	71.503	76.717	Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(95)	(2)	
<b>Total do ativo</b>		<b>160.009</b>	<b>160.610</b>	Passivo de arrendamento mercantil	12	456	460	<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>5.698</b>	<b>3.079</b>	
					Capital social	72.089	72.089	Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0780	0,0421	
					Reserva legal	47	-	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				
					Reserva de lucros	669	-	<b>Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)</b>				
					Prejuízos acumulados	-	(4.759)	Lucro líquido do exercício		2025	2024	
					<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>15</b>	<b>72.805</b>	Outros resultados abrangentes		5.698	3.079	
					<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>15</b>	<b>160.009</b>	Resultado abrangente total		5.698	3.079	
					As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							
<b>Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)</b>												
<b>1 Contexto operacional</b>				Lagoa Do Barro V Energias Renováveis S.A. ("LDBV" ou "Companhia"), com sede na Avenida das Nações Unidas 14.171, em São Paulo-SP, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 12 de fevereiro de 2015 e tem como objeto social a geração de energia elétrica, mediante exploração do Parque Eólico Aura Lagoa do Barro 05, na cidade de Lagoa do Barro do Piauí-PI, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A LDBV foi vencedora do Leilão de Energia A-5/2014 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos e assinou contrato de fornecimento de energia em 01 de janeiro de 2019 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em 02 de novembro de 2018 com a produção anual estimada de 10,3 MWm (não auditado). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.								
<b>2 Base de preparação</b>				Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 27 de março de 2026. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.								
<b>3 Moeda funcional e moeda de apresentação</b>				- As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.								
<b>4 Uso de estimativas críticas e julgamentos</b>				- Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:								
• Nota explicativa nº 11 - Imobilizado (Impairment do ativo imobilizado);												
• Nota explicativa nº 13 - Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).												
<b>5 Base de mensuração</b>				- As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.								
<b>6 Resumo das políticas contábeis materiais</b>				- O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário. <b>a. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente</b> - A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas: (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWm mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWm durante toda a vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 13 - e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS, COFINS e Ressarcimento. <b>b. Receitas financeiras e despesas financeiras</b> - As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados. <b>c. Impostos</b> - (i) <b>Impostos e contribuições sobre as receitas</b> : As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica. (ii) <b>Impostos e contribuições sobre o lucro</b> : Em 2025 e 2024, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, as alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de								
<b>Garantia Física Comercializada</b>				negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (iii) <b>Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente</b> - A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. <b>d. Imobilizado - (i) Reconhecimento e mensuração</b> - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável (impairment). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Empresa inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. (ii) <b>Custos subsequentes</b> - Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia. (iii) <b>Depreciação</b> - A depreciação, reconhecida no resultado, é calculada para amortizar o custo do ativo imobilizado baseada na vida útil estimada dos itens utilizando o método linear. <b>Reservas</b> - Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados <b>Classe de imobilizado</b> <b>Taxa anual de depreciação</b> Equipamentos de informática 20% Edificações, obras civis e benfeitorias 2% Sistema de geração 3% Sistemas de transmissão e conexão 4% Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. <b>Arrendamentos</b> - No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento do CPC 06(R2). (i) <b>Como arrendatário</b> - No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado o ativo subjacente a condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo de direito de uso. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução do valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remunerações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isonções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US\$ 5 mil). A norma define que um contrato é ou contém um arrendamento se o mesmo transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo, em troca de uma contraprestação. A Companhia avaliou o pronunciamento, principalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos das usinas eólicas, por apresentarem valores relevantes e por serem de longo prazo. Pelo fato de a maioria desses apresentarem remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada por cada complexo, a IFRS 16 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de uso relacionados a esses contratos. <b>f. Provisões</b> - As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. <b>Ressarcimento</b> - Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes. <b>g. Benefícios a empregados</b> - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. <b>h. Capital social</b> - As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. <b>i. Instrumentos financeiros - Reconhecimento e mensuração inicial</b> - O contas a receber de clientes partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de								
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)</b>				Lucros (Prejuízos) acúm. Total Saldos em 31 de dezembro de 2023 72.089 - - (7.838) 64.251 Lucro líquido do exercício - - - 3.079 3.079 Saldos em 31 de dezembro de 2024 72.089 - - (4.759) 67.330 Lucro líquido do exercício - - - 5.698 5.698 Constituição de reserva - - 47 (47) - Dividendos mínimo obrigatório - - - (223) (223) Retenção de lucros - - 669 (669) - Saldos em 31 de dezembro de 2025 72.089 47 669 - 72.805 As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.								
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto</b>												
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)												
<b>Lucro líquido do exercício</b>												
<b>Ajustes para:</b>												
Depreciação e amortização 11 6.063 6.122												
Provisão resarcimento de energia 13 (15) 10												
Juros e variações monetárias 14 6.912 7.380												
Juros de arrendamentos 12 39 40												
Amortização de custos de transação 14 119 119												
Imposto de renda e contribuição social correntes 19 1.181 1.247												
Imposto de renda e contribuição social diferidos 19 95 2												
20.092 17.999												
<b>Variações em:</b>												
Contas a receber de clientes (201) 420												
Despesas antecipadas 1 (8)												
Adiantamentos a fornecedores (11) (2)												
Tributos e contribuições a compensar (230) -												
Partes relacionadas 9 8 (616) -												
Fornecedores (1) (110)												
Provisões 13 (996) -												
Obrigações sociais e trabalhistas (18) (17)												
Obrigações fiscais (278) (223)												
Tributos diferidos 9 2												
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>												
Impostos pagos sobre o lucro (1.001) (945)												
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>												
Aquisição de imobilizado 11 (25) (21)												
Aquisição de intangível (0) -												
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>												
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento:</b>												
Aplicações financeiras vinculadas (79) 493												
Arrendamentos (43) (43)												
Pagamento de principal sobre financiamentos 14 (5.052) (4.748)												
Pagamento de juros sobre financiamentos 14 (7.258) (7.677)												
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>												
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>												
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>												
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>												
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.												
Financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. <b>Classificação e mensuração subsequente</b> - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • E mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • E mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA. <b>Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio</b> - A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os modelos de negócios são os seguintes:												
<b>Mantido para recebimento</b>				A Companhia detém ativos financeiros decorrentes de seu negócio de geração de energia elétrica. O objetivo do modelo de negócios para esses instrumentos financeiros é obter receita através dos contratos de venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e/ou no Ambiente de Contratação Livre (ACL). A Companhia também detém uma carteira de títulos de dívida corporativa com o objetivo de manter um perfil de taxa de juros amplamente fixo para gerenciar sua exposição ao risco de taxa de juros.								
<b>Mantido para recebimento e venda</b>				A Companhia mantém uma carteira de títulos de dívida corporativa para fins de gerenciamento de liquidez.								
<b>Mantido para negociação</b>				A Companhia não possui ativos financeiros mantidos para negociação.								
<b>Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são SPPI</b> - A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa												

https://sdocs.safeweb.com.br/portal/Validador?publicid=7b7b56fb-61c9-407a-b0f7-7144def6c5a3  
 Este documento foi assinado digitalmente pelo(s) signatário(s) na lista de protocolo de assinatura(s). Para validar as assinaturas acesse:

Documento assinado e certificado digitalmente  
 Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.  
 A autenticidade pode ser conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/04/2026



Para acessar a página de Publicações Legais no portal do JORNAL POLO BRASIL aponte a câmera do celular para o QR Code. Para acessar o site: [www.jornalpolobrasil.com.br](http://www.jornalpolobrasil.com.br)

NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa...

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Ativos financeiros a VJR

Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são mensurados inicialmente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos...

Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA: A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso...

Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento...

Passivos financeiros: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é extinta, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes...

Compensação - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenta a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente...

Ativos financeiros não otimizáveis: Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Movimentação do custo: Equipamentos de informática, Edificações, obras civis e benfeitorias, Sistema de geração, Sistemas de transmissão e conexão.

Movimentação da depreciação: Equipamentos de informática, Edificações, obras civis e benfeitorias, Sistema de geração, Sistemas de transmissão e conexão.

Arrendamentos: Os dados relacionados aos arrendamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2025 são demonstrados conforme tabelas a seguir.

Provisões - (i) Provisão ressarcimento - A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual.

Ativo financeiro: Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A. (a) e Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A. (b).

de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média de remuneração da aplicação no Banco BTG Pactual, Banco do Nordeste - BNB, Banco Santander, Banco Bradesco e Banco da China Brasil foi de 85% do CDI nos dois exercícios.

Contas a receber: 2025 2024 2.856 2.856

Contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2025 e com vencimento em janeiro de 2026. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Passivo circulante: Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A. (a) e Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A. (b).

Aplicações financeiras vinculadas: 2025 2024 757 678

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta Reserva de O&M (Operação e Manutenção) com restrição de movimento para atendimento aos covenants e a garantia de pagamento das prestações conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo...

Inmobilizado: Equipamentos de informática, Edificações, obras civis e benfeitorias, Sistema de geração, Sistemas de transmissão e conexão.

Movimentação do custo: Equipamentos de informática, Edificações, obras civis e benfeitorias, Sistema de geração, Sistemas de transmissão e conexão.

Movimentação da depreciação: Equipamentos de informática, Edificações, obras civis e benfeitorias, Sistema de geração, Sistemas de transmissão e conexão.

Arrendamentos: Os dados relacionados aos arrendamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2025 são demonstrados conforme tabelas a seguir.

Provisões - (i) Provisão ressarcimento - A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratual.

Ativo financeiro: Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A. (a) e Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A. (b).

energia; (ii) a CCEE realiza apurações anuais e quadriênis comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Table with columns: Geração x Montante Contratado, Resultados, Cenários (1, 2, 3, 4).

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadriênis, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR).

Saldo em 31 de dezembro de 2023: 4.879, Saldo em 31 de dezembro de 2024: 4.890

Provisão para ressarcimento curto prazo: 3.879, Provisão para ressarcimento longo prazo: 26

Provisão para desmantelamento - Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão.

Provisão para contingências - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação.

14 Financiamentos: Operações (moeda nacional), Indexador e taxas anuais de juros, Vencimento final.

Passivo circulante: 10.437, Passivo não circulante: 71.503

14.1 Movimentação: Saldo inicial 87.220, Pagamento de juros (7.258), Pagamento de principal (6.052), Despesas com juros 6.912, Custos de captação amortizados 119

14.2 Covenants - A Companhia contratou financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNB, de penhor ou greve sob quaisquer direitos, inclusive credícios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros.

14.3 Outras garantias - As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

15 Patrimônio líquido: a. Capital social: Opacital social subscrito em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 72.089, dividido em 73.088.399 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

Acionistas: Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A. (Holding): 72.089 / 72.089

Controladora e controlador final - As ações da entidade são 100% do Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A., controlada pela Atlântic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. (Grupo CGN Brasil).

Reserva legal - A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada à 20% do capital social.

Lucro líquido do exercício: 5.898, Absorção do prejuízo (4.759), Lucro líquido ajustado: 939, Constituição de reserva legal - 5%: 47

c. Dividendos - Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Este documento foi assinado digitalmente pelo(s) signatário(s) na lista de protocolo de assinatura(s). Para validar as assinaturas acesse: https://sdocs.sateweb.com.br/portal/Validador?publicid=7b7b56fb-61c9-407a-b07f-7144dfc5a3

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

A autenticação pode ser conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal POLO BRASIL aponte a câmera do celular para o QR Code. Para acessar o site: www.jornalpolobrasil.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

	2025	2024		
Lucro líquido do exercício	5.698	3.079		
Absorção do prejuízo	(4.759)	-		
Lucro líquido ajustado	939	-		
Constituição de reserva legal - 5%	(47)	-		
	<b>892</b>	-		
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	(223)	-		
Lucros retidos	669	-		
<b>d. Reserva de lucros</b> - A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada. <b>e. Lucro básico e diluído</b> - Não há diluição de ações ordinárias para o cálculo de lucro diluído. O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.				
	2025	2024		
Lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias (básico e diluído)	5.698	3.079		
Ações ordinárias (básico e diluído)	73.088	73.088		
Resultado por ação ordinária (básico e diluído)	0,0780	0,0421		
<b>16 Receita líquida de venda de energia</b>				
	2025	2024		
Receita bruta venda de energia	27.021	24.576		
Ressarcimento de energia (1)	15	(10)		
(-) PIS / COFINS	(886)	(896)		
	<b>26.050</b>	<b>23.670</b>		
(1) Vide nota explicativa 12(i).				
<b>17 Gastos por natureza</b>				
	2025	2024		
Custo da geração de energia	(12.139)	(11.139)		
Despesas gerais e administrativas	(625)	(606)		
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	19	25		
	<b>(13.400)</b>	<b>(11.720)</b>		
Encargos de transmissão e conexão	(1.446)	(1.416)		
Compra de energia	(792)	(332)		
Liquidação financeira negativa - CCEE	(1.014)	(534)		
Despesa com pessoal	(702)	(616)		
Serviço de terceiros	(122)	(69)		
Depreciação	(6.063)	(8.122)		
Amendado	(357)	(324)		
Manutenção	(2.637)	(2.035)		
Materiais	-	(1)		
Outras despesas administrativas	(236)	(253)		
Outros	(31)	(18)		
	<b>(13.400)</b>	<b>(11.720)</b>		
<b>18 Resultado financeiro</b>				
	2025	2024		
Despesas bancárias	(64)	(62)		
IOF	(17)	-		
Juros de financiamentos	(6.912)	(7.380)		
Amortização do custo de captação	(118)	(118)		
Custo da estruturação da dívida	(568)	(1.332)		
Outras despesas financeiras	(403)	(227)		
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(8.082)</b>	<b>(9.119)</b>		
Juros recebidos	2	-		
Receitas de aplicações financeiras	2.404	1.496		
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>2.406</b>	<b>1.496</b>		
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(5.676)</b>	<b>(7.623)</b>		
<b>19 Imposto de renda e contribuição social</b> - A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:				
	2025	2024		
Receita com venda de energia (*)	26.766	24.513		
Outras receitas	1.102	1.496		
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	3.262	3.480		
Base de cálculo CSLL 12% (*)	4.330	4.457		
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	879	923		
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	302	324		
<b>Imposto de renda e contribuição social correntes</b>	<b>1.181</b>	<b>1.247</b>		
Taxa efetiva	15,56%	15,71%		
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)</b>	<b>95</b>	<b>2</b>		
(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões de receita registradas dentro de suas devidas competências. (**) O saldo refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento.				
<b>20 Instrumentos financeiros</b> - A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros. <b>a. Classificação contábil e valores justos de instrumentos financeiros</b> - Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecimento. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil nas rubricas de caixa e bancos, contas a receber de clientes, partes relacionadas, financiamentos e fornecedores.				
	2025	2024		
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros</b>				
<b>Circulante</b>				
Caixa e bancos	92	-	11	-
Aplicações financeiras	-	20.354	-	15.519
Contas a receber de clientes	2.856	-	2.855	-
<b>Não circulante</b>				
Aplicações financeiras vinculadas	-	757	-	678
<b>Passivos financeiros</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	58	-	59	-
Financiamentos (nota 14)	10.437	-	10.503	-
Partes relacionadas (nota 9)	298	-	67	-
<b>Não circulante</b>				
Financiamentos (nota 14)	71.503	-	76.717	-

(\*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo. • **Caixa e bancos:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. • **Aplicações financeiras:** elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais. • **Aplicações financeiras vinculadas:** referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. • **Financiamentos:** referem-se a passivos financeiros, para fins de divulgação, estimados mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue: • **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem prontos e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. • **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/ apreamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com inserção de interesses motivada por considerações do negócio. • **Nível 3. Sem mercado ativo:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria. **21 Gerenciamento integrado de riscos** - A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia. (i) **Risco operacional** - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico. (ii) **Risco de crédito** - Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	2025	2024
Aplicações financeiras	20.354	15.519
Aplicações financeiras vinculadas	757	678
Contas a receber de clientes	2.856	2.655

iii) **Risco de liquidez** - Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	2025	2024
Fornecedores	58	59
Financiamentos	81.940	87.220

(iv) **Risco de mercado** - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. **Exposição ao risco de taxa de juros** - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	2025	2024
<b>Ativo</b>		
Aplicações financeiras	20.354	15.519
Aplicações financeiras vinculadas	757	678
	<b>21.111</b>	<b>16.198</b>
<b>Passivo</b>		
Financiamentos	81.940	87.220

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e do IPCA, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Em 31 de dezembro de 2025				
Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	21.111	Redução do CDI (*)	2.350	1.573
Financiamentos	20.089	Aumento do IPCA (**)	1.070	1.284

(\*) Os índices de CDI considerados foram de 14,90% a.a.  
 (\*\*) Os índices de IPCA considerados foram de 4,26% a.a.

Em 31 de dezembro de 2024				
Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	16.198	Redução do CDI (*)	1.476	984
Financiamentos	21.725	Aumento do IPCA (**)	1.312	1.574

(\*) Os índices de CDI considerados foram de 12,15% a.a.  
 (\*\*) Os índices de IPCA considerados foram de 4,83% a.a.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Lagoa do Barro V Energias Renováveis S. A. São Paulo - SP

**Opinião** - Examinamos as demonstrações financeiras da Lagoa do Barro V Energias Renováveis S. A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lagoa do Barro V Energias Renováveis S. A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base de opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 27 de março de 2026.

<b>KPMG</b>	KPMG Auditores Independentes Ltda.	
	CRC SP-014428/O-6 F-PR	Almir Eduardo Bertoncello Contador CRC PR-052082/O
<b>DIRETORIA</b>		
Sílvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora		
Yu Guan - Diretor		
Raffael Ubarana Mohamed - Contador CRC RJ - 077398/O		

Este documento foi assinado digitalmente pelo(s) signatário(s) na lista de protocolo de assinatura(s). Para validar as assinaturas acesse: <https://sdocs.safeweb.com.br/portal/Validador?publicid=7b7b56fb-61c9-407a-b07-7144defc5a3>

Lagoa Do Barro VI Energias Renováveis S.A.  
CNPJ Nº 21.959.389/0001-77

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	7	20.799	14.563	Fornecedores		502	121
Contas a receber de clientes	8	3.908	3.003	Provisões	12	14.448	17.075
Despesas antecipadas		96	100	Financiamentos	13	11.481	11.474
Adiantamentos a fornecedores		13	3	Obrigações sociais e trabalhistas		59	80
Tributos e contribuições a compensar		488	182	Contas a pagar à partes relacionadas	9	84	75
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>25.304</b>	<b>17.850</b>	Obrigações fiscais		221	114
Despesas antecipadas		2	-	Imposto de renda e contribuição social a pagar		229	261
Aplicações financeiras vinculadas	10	1.013	909	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>27.025</b>	<b>29.200</b>
Imobilizado	11	142.894	151.197	Provisões	12	4.232	2.606
Intangível		0	-	Financiamentos	13	83.038	88.514
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>143.909</b>	<b>152.107</b>	Tributos diferidos		286	194
<b>Total do ativo</b>		<b>169.213</b>	<b>169.957</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>87.556</b>	<b>91.314</b>
				Capital social		82.554	82.554
				Prejuízos acumulados		(27.922)	(33.111)
				<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>14</b>	<b>54.632</b>	<b>49.443</b>
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>169.213</b>	<b>169.957</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**1 Contexto operacional**  
A Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S.A. ("LDB VI" ou "Companhia"), com sede na Avenida das Nações Unidas 14.171, em São Paulo-SP, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 12 de fevereiro de 2015 e tem como objeto social a geração de energia elétrica, mediante exploração do Parque Eólico Aura Lagoa do Barro 06, na cidade de Lagoa do Barro do Piauí-PI, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A LDB VI foi vencedora do Leilão de Energia A-5/2014 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos e assinou contrato de fornecimento de energia em 01 de janeiro de 2019 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em 18 de dezembro de 2018 com a produção anual estimada de 11,9 MWh (não auditado). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Companhia	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga	Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWm]	Garantia Física solicitada alteração [MWm]	Garantia Física outorgada [MWm]
Lagoa do Barro VI	27	A-5 2014	AW3000-3MW-HH120m	314	03/07/2015	02/07/2050	11,9	14,8	14,8

**2 Base de preparação**  
**Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 27 de março de 2026. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **Continuidade operacional e dependência econômica:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de financiamentos conforme os prazos divulgados na nota explicativa 13. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconhecceu um lucro líquido de R\$ 5.189 (prejuízo de R\$ 4.044 em 2024) e os passivos circulantes excedem os ativos circulantes em R\$ 1.721 (R\$ 11.350 em 2024). Considerando esse contexto e o papel estratégico que a Companhia possui para o Grupo CGN Brasil, que leva em consideração aspectos tais como os contratos regulados de venda de energia por 20 anos, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro do seu controlador o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

**3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**4 Uso de estimativas críticas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 11 - Imobilizado (*Impairment* do ativo imobilizado);
- Nota explicativa nº 12 - Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

**5 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

**6 Resumo das políticas contábeis materiais:** O Grupo aplicou às políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário. **a. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente:** A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabeleceu um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas: (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 12 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS, COFINS e Ressarcimento. **b. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados. **c. Impostos**

Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Receita líquida de venda de energia	15	25.428	21.845
Custo da geração de energia	16	(16.403)	(15.141)
<b>Lucro bruto</b>		<b>9.025</b>	<b>6.704</b>
Despesas gerais e administrativas	16	(678)	(671)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	5.036	27
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<b>13.383</b>	<b>6.060</b>
Despesas financeiras	17	(9.162)	(10.282)
Receitas financeiras	17	2.163	1.523
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(6.998)</b>	<b>(8.758)</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>6.385</b>	<b>(2.698)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(1.116)	(1.340)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(80)	(6)
<b>Lucro líquido (Prejuízo) do exercício</b>		<b>5.189</b>	<b>(4.044)</b>
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0609	(0,0474)

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	5.189	(4.044)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	5.189	(4.044)

Demonstrações das mudanças do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Prejuízo acum.	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>82.554</b>	<b>(29.067)</b>	<b>53.487</b>
Prejuízo do exercício		-	(4.044)	(4.044)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>82.554</b>	<b>(33.111)</b>	<b>49.443</b>
Lucro líquido do exercício		-	5.189	5.189
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>82.554</b>	<b>(27.922)</b>	<b>54.632</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
<b>Lucro líquido (Prejuízo) do exercício</b>		<b>5.189</b>	<b>(4.044)</b>
<b>Ajustes para:</b>			
Depreciação e amortização	11	8.303	8.348
Provisão ressarcimento de energia	12	3.829	4.585
Juros e variações monetárias	13	7.871	8.570
Amortização de custos de transação	13	138	138
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	1.116	1.340
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	80	6
		<b>26.526</b>	<b>18.743</b>
<b>Variações em:</b>			
Contas a receber de clientes		(904)	206
Despesas antecipadas		1	(10)
Adiantamentos a fornecedores		(11)	(2)
Tributos e contribuições a compensar		(306)	-
Partes relacionadas	9	9	(693)
Fornecedores		381	(135)
Provisões	12	(4.829)	(928)
Obrigações sociais e trabalhistas		(20)	(20)
Obrigações fiscais		(69)	(274)
Tributos diferidos		13	7
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>		<b>20.790</b>	<b>16.894</b>
Impostos pagos sobre o lucro		(972)	(966)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>19.818</b>	<b>15.928</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento:</b>			
Aquisição de imobilizado	11	(0)	(13)
Aquisição de intangível		(0)	-
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>		<b>(0)</b>	<b>(13)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento:</b>			
Aplicações financeiras vinculadas		(103)	520
Pagamento de principal sobre financiamentos	13	(5.233)	(4.906)
Pagamento de juros sobre financiamentos	13	(8.245)	(8.687)
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>		<b>(13.581)</b>	<b>(13.073)</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>6.236</b>	<b>2.842</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>		<b>14.563</b>	<b>11.721</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>		<b>20.799</b>	<b>14.563</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Contratação Regulada (ACR) e/ou no Ambiente de Contratação Livre (ACL). A Companhia também detém uma carteira de títulos de dívida corporativa com o objetivo de manter um perfil de taxa de juros amplamente fixo para gerenciar sua exposição ao risco de taxa de juros.

**Mantido para recebimento e venda**  
A Companhia mantém uma carteira de títulos de dívida corporativa para fins de gerenciamento de liquidez.

**Mantido para negociação**  
A Companhia não possui ativos financeiros mantidos para negociação.

**Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são SPPI - A**  
Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e, • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento presente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável e rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. A Companhia não tinha ativos financeiros mantidos fora dos modelos de negócios comerciais que não passaram na avaliação do SPPI.

**Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:**  
**Ativos financeiros a VJR**  
Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

**Ativos financeiros a custo amortizado**  
Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

**Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA**  
**Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas** - Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal do JORNAL POLO BRASIL aponte a câmera do celular para o QR Code. Para acessar o site: www.jornalpolobrasil.com.br



Este documento foi assinado digitalmente pelo(s) signatário(s) na lista de protocolo de assinatura(s). Para validar as assinaturas acesse: https://sdocs.safweb.com.br/portal/Validador?publicId=7b7b56fb-61c9-407a-b07-7144dfc5a3

NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despeza de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado. **Desreconhecimento:** Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **i. Valor recuperável de ativos (impairment) - (i) Ativos financeiros não derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: **i.** Inadimplência ou atrasos do devedor; **ii.** Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais; **iii.** Indicações de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; **iv.** Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; **v.** O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou **vi.** Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro. **(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. **(iii) Ativos não financeiros:** A Companhia tem com política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa - UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, incluindo depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **J. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: **a.** As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará; **b.** As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras; **c.** Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente em relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **Outras Normas Contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: **a.** Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 48 e CPC 40); **b.** Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

10 Aplicações financeiras vinculadas					
	2025	2024			
		1.013	909		
Aplicações financeiras vinculadas		1.013	909		
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta reserva de O&M (Operação e Manutenção) com restrição de movimento para atendimento aos covenant e a garantia de pagamento das prestações conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNB (nota explicativa 13). Tais montantes não possuem liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco BNB e podem ser movimentados somente mediante autorização expressa do BNB. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.					
11 Imobilizado					
(i) Composição do saldo					
	2025		2024		
	Custo	Depre. acumulada líquido	Saldo líquido	Saldo líquido	
Equipamentos de informática	20	(9)	11	15	
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.828	(544)	2.285	2.366	
Sistema de geração	118.904	(27.492)	91.412	95.396	
Sistemas de transmissão e conexão	77.632	(28.445)	49.187	53.421	
	199.384	(56.490)	142.894	151.197	
(ii) Movimentação do custo					
Movimentação em 2025					
	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2024
Equipamentos de informática	20	-	-	-	20
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.828	-	-	-	2.828
Sistema de geração	118.904	-	-	-	118.904
Sistemas de transmissão e conexão	77.632	-	-	-	77.632
	199.384	-	-	-	199.384
Movimentação em 2024					
	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2024
Equipamentos de informática	20	-	-	-	20
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.828	-	-	-	2.828
Sistema de geração	118.991	13	-	-	118.904
Sistemas de transmissão e conexão	77.632	-	-	-	77.632
	199.371	13	-	-	199.384
(iii) Movimentação da depreciação					
Movimentação em 2025					
	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2025
Equipamentos de informática	(5)	(4)	-	-	(9)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(463)	(81)	-	-	(544)
Sistema de geração	(23.508)	(3.984)	-	-	(27.492)
Sistemas de transmissão e conexão	(24.210)	(4.235)	-	-	(28.445)
	(48.187)	(8.303)	-	-	(56.490)
Movimentação em 2024					
	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2024
Equipamentos de informática	(1)	(4)	-	-	(5)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(382)	(81)	-	-	(463)
Sistema de geração	(19.490)	(4.018)	-	-	(23.508)
Sistemas de transmissão e conexão	(19.965)	(4.245)	-	-	(24.210)
	(39.839)	(8.348)	-	-	(48.187)

**a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)** - A Administração anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados do Complexo Lagoa do Barro, o qual a Companhia faz parte e que representa sua Unidade Geradora de Caixa - UGC. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados. O fluxo de caixa projetado levava em consideração fatores internos e externos, ajustando fatores como o volume de vendas, preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 10,20% a.a. (9,34% a.a. em 2024), elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC). O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

**12 Provisões - (i) Provisão ressarcimento** - A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratada. Esta provisão é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE, relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida ("constrained-off"), em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. Ressarcimento anual à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrienal à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), tem as seguintes características: (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia fixa preestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadriennais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadriennais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

Cenários	Geração x Contratado		Resultados
	Montante	Resultado	
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual à CCEE	
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal	
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal	
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual	

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Com o encerramento do ciclo do ressarcimento quadrienal, o saldo é transferido do longo prazo para o curto prazo. Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores de energia restringida ("constrained-off") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. O cálculo é realizado com base na metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de "constrained-off" de usinas elétricas objeto de CCEAR e CER disponibilizado pela CCEE conforme estabelecido no art. 8º da Resolução Normativa supracitada. Este componente é contido como abatimento nos valores de ressarcimento. O "curtailment", conforme classificação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), corresponde à restrição de geração e pode ocorrer por três razões: (i) Energética, quando há impossibilidade de alocação da geração na carga do sistema; (ii) Confiabilidade Elétrica, relacionada à confiabilidade de equipamentos externos às usinas; e (iii) Indisponibilidade Externa, decorrente de indisponibilidades em instalações externas às usinas. A Lei nº 15.269, sancionada em novembro de 2025, instituiu mecanismo de compensação para cortes classificados como Confiabilidade Elétrica e Indisponibilidade Externa, aplicável ao período de setembro de 2023 a novembro de 2025, conforme regulamentação. Em conformidade com a legislação aplicável, a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras a compensação referente aos cortes ocorridos no período elegível, mensurado com base em dados históricos do ONS e na sistemática de ressarcimento prevista na legislação. A apuração e liquidação dos valores serão conduzidas pelas entidades responsáveis, com atualização pela variação do IPCA. A composição do saldo de provisões é como segue:

	2025	2024
Saldo em 31 de dezembro de 2023		16.024
Constituição		4.565
Baixa		(928)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		19.661
Constituição		3.829
Baixa		(4.829)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		18.660
	2025	2024
Provisão para ressarcimento curto prazo	14.448	17.075
Provisão para ressarcimento longo prazo	4.232	2.606
	18.680	19.681

**(ii) Provisão para desmantelamento** - Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização

de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados. Adicionalmente, será facultado à SPE apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constituía assim, um evento de significativa materialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitar-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19º, "são reconhecidas como provisões apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras da entidade", o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura da Companhia e, por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida. **(iii) Provisão para contingências** - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação.

13 Financiamentos					
Operações (moeda nacional)		Índice e taxas anuais de juros	Vencimento final	2025	2024
BNB (a)		10,14% (taxa fixa)	28/04/2037	70.670	75.053
BNB (b)		IPCA + 2,40%	15/08/2037	25.209	26.633
Custo com captação				(1.560)	(1.697)
				94.519	99.989
Passivo circulante				11.481	11.474
Passivo não circulante				83.038	88.514

(a) Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 100.502, com vencimento final para abril de 2037. (b) Em 26 de julho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 32.232, com vencimento final para junho de 2037. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

	2025	2024
2026	11.481	-
2027 a 2029	18.319	-
2030 a 2032	22.385	-
2033 a 2035	27.405	-
2036 a 2038	14.929	-
Total	94.519	-

13.1 Movimentação		2025	2024
Saldo inicial		99.989	105.074
Pagamento de juros		(8.245)	(8.687)
Pagamento de principal		(5.233)	(4.906)
Despesas com juros		7.871	8.370
Custos de captação amortizados		138	138
Saldo final		94.519	99.989

**13.2 Covenants** - A Companhia contratou financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNB, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, onerosos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. **13.2.1 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNB** - A Companhia possui covenants financeiros em contrato junto ao BNB, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida superior a 1,30, contudo esse índice deverá ser considerado somente na conclusão física e financeira (completion). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 todas as condições foram atendidas referente às Cláusulas Restritivas do referido contrato. **13.3 Outras garantias** - As garantias referem-se a: **a.** Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

14 Patrimônio líquido		
a. Capital social - O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 82.554 dividido em 85.247.460 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:		
Acionistas	2025	2024
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A. ("Holding")	82.554	82.554

**Controladora e controlador final** - As ações da entidade são 100% do Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A., controlada pela Atlantica Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. ("Grupo CGN Brasil"). **b. Reserva legal** - A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social. **c. Dividendos** - Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. **d. Reserva de lucros** - A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada. **e. Lucro básico e diluído** - Não há diluição de ações ordinárias para o cálculo de lucro líquido. O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.

	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias (básico e diluído)	5.189	(4.044)
Ações ordinárias (básico e diluído)	85.247	85.247
Resultado por ação ordinária (básico e diluído)	0,0609	(0,0474)

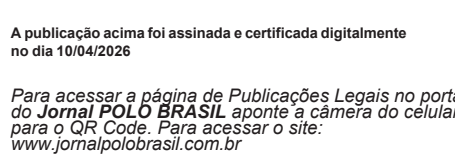
15 Receita líquida de venda de energia		
	2025	2024
Receita bruta venda de energia	30.395	27.431
Ressarcimento de energia (1)	(3.829)	(4.585)
(-) PIS / COFINS	(1.108)	(1.001)
	25.428	21.845

(1) Vide nota explicativa 12(i).

16 Gastos por natureza		
	2025	2024
Custo da geração de energia	(16.403)	(15.141)
Despesas gerais e administrativas	(678)	(671)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	5.036	27
	(12.045)	(15.785)
Encargos de transmissão e conexão	(1.622)	(1.603)
Compra de energia	(845)	(419)
Liquidação financeira negativa - CCEE	(1.298)	(1.327)
Despesa com pessoal	(790)	(693)
Serviço de terceiros	(547)	(441)
Depreciação	(8.303)	(8.348)
Amendamento	(369)	(361)
Manutenção	(2.989)	(2.290)
Materiais	-	(4)
Outras despesas administrativas	(269)	(278)
Outros	4.988	(21)
	(12.045)	(15.785)

17 Resultado financeiro		
	2025	2024
Despesas bancárias	(64)	(62)
IOF	(21)	-
Juros de financiamentos	(7.871)	(8.370)
Amortização do custo de captação	(138)	(138)
Custo da estruturação da dívida	(644)	(1.519)
Outras despesas financeiras	(423)	(193)
Total das despesas financeiras	(9.162)	(10.282)
Juros recebidos	2	1
Receitas de aplicações financeiras	2.161	1.522
Total das receitas financeiras	2.163	1.523
Resultado financeiro	(6.998)	(8.758)

**18 Imposto de renda e contribuição social** - A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:



NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO				RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS																																																																																					
<b>Regime de tributação pelo lucro presumido</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria. <b>20 Gerenciamento integrado de riscos</b> - A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia. <b>(i) Risco operacional</b> - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico. <b>(ii) Risco de crédito</b> - Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia.																																																																																						
Receita com venda de energia (*)	30.023	27.248	<p><b>Valor contábil</b></p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>20.617</td> <td>14.513</td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras vinculadas</td> <td>1.013</td> <td>909</td> </tr> <tr> <td>Contas a receber de clientes</td> <td>3.908</td> <td>3.003</td> </tr> </tbody> </table> <p><b>(iii) Risco de liquidez</b> - Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>502</td> <td>121</td> </tr> <tr> <td>Financiamentos</td> <td>94.519</td> <td>99.989</td> </tr> </tbody> </table> <p><b>(iv) Risco de mercado</b> - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. <b>Exposição ao risco de taxa de juros</b> - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>Ativo</b></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>20.617</td> <td>14.513</td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras vinculadas</td> <td>1.013</td> <td>909</td> </tr> <tr> <td></td> <td><b>21.630</b></td> <td><b>15.422</b></td> </tr> <tr> <td><b>Passivo</b></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Financiamentos</td> <td>94.519</td> <td>99.989</td> </tr> </tbody> </table> <p>A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e do IPCA, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.</p> <p><b>Em 31 de dezembro de 2025</b></p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Operação</th> <th>Valor exposto</th> <th>Risco</th> <th>25%</th> <th>50%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>21.630</td> <td>Redução do CDI (*)</td> <td>2.417</td> <td>1.611</td> </tr> <tr> <td>Financiamentos</td> <td>25.209</td> <td>Aumento do IPCA (**)</td> <td>1.342</td> <td>1.611</td> </tr> </tbody> </table> <p>(*) Os índices de CDI considerados foram de 14,90% a.a. (**) Os índices de IPCA considerados foram de 4,26% a.a.</p> <p><b>Em 31 de dezembro de 2024</b></p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Operação</th> <th>Valor exposto</th> <th>Risco</th> <th>25%</th> <th>50%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>15.422</td> <td>Redução do CDI (*)</td> <td>1.405</td> <td>837</td> </tr> <tr> <td>Financiamentos</td> <td>26.633</td> <td>Aumento do IPCA (**)</td> <td>1.808</td> <td>1.930</td> </tr> </tbody> </table> <p>(*) Os índices de CDI considerados foram de 12,15% a.a. (**) Os índices de IPCA considerados foram de 4,83% a.a.</p>				2025	2024	Aplicações financeiras	20.617	14.513	Aplicações financeiras vinculadas	1.013	909	Contas a receber de clientes	3.908	3.003		2025	2024	Fornecedores	502	121	Financiamentos	94.519	99.989		2025	2024	<b>Ativo</b>			Aplicações financeiras	20.617	14.513	Aplicações financeiras vinculadas	1.013	909		<b>21.630</b>	<b>15.422</b>	<b>Passivo</b>			Financiamentos	94.519	99.989	Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%	Aplicações financeiras	21.630	Redução do CDI (*)	2.417	1.611	Financiamentos	25.209	Aumento do IPCA (**)	1.342	1.611	Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%	Aplicações financeiras	15.422	Redução do CDI (*)	1.405	837	Financiamentos	26.633	Aumento do IPCA (**)	1.808	1.930												
	2025	2024																																																																																							
Aplicações financeiras	20.617	14.513																																																																																							
Aplicações financeiras vinculadas	1.013	909																																																																																							
Contas a receber de clientes	3.908	3.003																																																																																							
	2025	2024																																																																																							
Fornecedores	502	121																																																																																							
Financiamentos	94.519	99.989																																																																																							
	2025	2024																																																																																							
<b>Ativo</b>																																																																																									
Aplicações financeiras	20.617	14.513																																																																																							
Aplicações financeiras vinculadas	1.013	909																																																																																							
	<b>21.630</b>	<b>15.422</b>																																																																																							
<b>Passivo</b>																																																																																									
Financiamentos	94.519	99.989																																																																																							
Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%																																																																																					
Aplicações financeiras	21.630	Redução do CDI (*)	2.417	1.611																																																																																					
Financiamentos	25.209	Aumento do IPCA (**)	1.342	1.611																																																																																					
Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%																																																																																					
Aplicações financeiras	15.422	Redução do CDI (*)	1.405	837																																																																																					
Financiamentos	26.633	Aumento do IPCA (**)	1.808	1.930																																																																																					
Outras receitas	617	1.523																																																																																							
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	3.035	3.724																																																																																							
Base de cálculo CSLL 12% (*)	4.233	4.811																																																																																							
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	836	992																																																																																							
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	279	348																																																																																							
<b>Imposto de renda e contribuição social correntes</b>	<b>1.116</b>	<b>1.340</b>																																																																																							
Taxa efetiva	15,35%	15,70%																																																																																							
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)</b>	<b>80</b>	<b>6</b>																																																																																							
(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões de receita registradas dentro de suas devidas competências. (**) O saldo refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento.																																																																																									
<b>19 Instrumentos financeiros</b> - A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros. <b>a. Classificação contábil e valores justos de instrumentos financeiros</b> - Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil nas rubricas de caixa e bancos, contas a receber de clientes, partes relacionadas, financiamentos e fornecedores.																																																																																									
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Descrição</th> <th colspan="2">2025</th> <th colspan="2">2024</th> </tr> <tr> <th>Valor contábil</th> <th>Valor justo</th> <th>Valor contábil</th> <th>Valor justo</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td>Custo amortizado(*)</td> <td>Nível 2</td> <td>Custo amortizado(*)</td> <td>Nível 2</td> </tr> <tr> <td><b>Ativos financeiros</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Circulante</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Caixa e bancos</td> <td>182</td> <td>-</td> <td>50</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>-</td> <td>20.617</td> <td>-</td> <td>14.513</td> </tr> <tr> <td>Contas a receber de clientes</td> <td>3.908</td> <td>-</td> <td>3.003</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td><b>Não circulante</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras vinculadas</td> <td>-</td> <td>1.013</td> <td>-</td> <td>909</td> </tr> <tr> <td><b>Passivos financeiros</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Circulante</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>502</td> <td>-</td> <td>121</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Financiamentos (nota 13)</td> <td>11.461</td> <td>-</td> <td>11.474</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Partes relacionadas (nota 9)</td> <td>84</td> <td>-</td> <td>75</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td><b>Não circulante</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Financiamentos (nota 13)</td> <td>83.038</td> <td>-</td> <td>88.514</td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table>						Descrição	2025		2024		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		Custo amortizado(*)	Nível 2	Custo amortizado(*)	Nível 2	<b>Ativos financeiros</b>					<b>Circulante</b>					Caixa e bancos	182	-	50	-	Aplicações financeiras	-	20.617	-	14.513	Contas a receber de clientes	3.908	-	3.003	-	<b>Não circulante</b>					Aplicações financeiras vinculadas	-	1.013	-	909	<b>Passivos financeiros</b>					<b>Circulante</b>					Fornecedores	502	-	121	-	Financiamentos (nota 13)	11.461	-	11.474	-	Partes relacionadas (nota 9)	84	-	75	-	<b>Não circulante</b>					Financiamentos (nota 13)	83.038	-	88.514	-
Descrição	2025		2024																																																																																						
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo																																																																																					
	Custo amortizado(*)	Nível 2	Custo amortizado(*)	Nível 2																																																																																					
<b>Ativos financeiros</b>																																																																																									
<b>Circulante</b>																																																																																									
Caixa e bancos	182	-	50	-																																																																																					
Aplicações financeiras	-	20.617	-	14.513																																																																																					
Contas a receber de clientes	3.908	-	3.003	-																																																																																					
<b>Não circulante</b>																																																																																									
Aplicações financeiras vinculadas	-	1.013	-	909																																																																																					
<b>Passivos financeiros</b>																																																																																									
<b>Circulante</b>																																																																																									
Fornecedores	502	-	121	-																																																																																					
Financiamentos (nota 13)	11.461	-	11.474	-																																																																																					
Partes relacionadas (nota 9)	84	-	75	-																																																																																					
<b>Não circulante</b>																																																																																									
Financiamentos (nota 13)	83.038	-	88.514	-																																																																																					
(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo. <b>Caixa e bancos</b> são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. <b>Aplicações financeiras</b> : elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais. <b>Aplicações financeiras vinculadas</b> : referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. <b>Financiamentos</b> : referem-se a passivos financeiros, para fins de divulgação, estimados mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue: <b>Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado</b> - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem prontos e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. <b>Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de Avaliação</b> - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio. <b>Nível 3. Sem mercado ativo</b> : Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em																																																																																									
<p>Aos Administradores e Acionistas da Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S. A. São Paulo - SP</p> <p><b>Opinião</b> - Examinamos as demonstrações financeiras da Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S. A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lagoa do Barro VI Energias Renováveis S. A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. <b>Base de opinião</b> - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras</b> - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. <b>Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras</b> - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p> <p>Curitiba, 27 de março de 2026.</p> <p><b>KPMG</b></p> <p>KPMG Auditores Independentes Ltda. Almir Eduardo Bertoneiro CRC SP-014428/O-6 F-PR Contador CRC PR-052082/O</p> <p><b>DIRETORIA</b></p> <p>Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora Yu Guan - Diretor</p> <p>Rafael Ubarana Mohamed - Contador CRC RJ - 077398/O</p>																																																																																									

https://sdocs.sateweb.com.br/portal/Validador?publicId=7b7b56fb-61c9-407a-b07-7144defc5a3  
Este documento foi assinado digitalmente pelo(s) signatário(s) na lista de protocolo de assinatura(s). Para validar as assinaturas acesse:



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal do JORNAL POLO BRASIL aponte a câmera do celular para o QR Code. Para acessar o site: www.jornalpolobrasil.com.br



# Lagoa Do Barro VII Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 21.959.329/0001-54

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)							
	Nota	2025	2024	Nota	2025	2024	
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	7	23.408	15.381	Fornecedores	1.088	1.065	
Contas a receber de clientes	8	3.450	3.337	Provisões	12	17.917	18.325
Despesas antecipadas		96	116	Financiamentos	13	11.235	11.144
Adiantamento a fornecedores		13	3	Obrigações sociais e trabalhistas		73	84
Tributos e contribuições a compensar		510	184	Contas a pagar à partes relacionadas	9	103	92
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>27.477</b>	<b>19.021</b>	Obrigações fiscais		137	119
Despesas antecipadas		2	-	Imposto de renda e contribuição social a pagar		176	226
Depósitos judiciais		3.995	3.995	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>30.727</b>	<b>31.054</b>
Aplicações financeiras vinculadas	10	1.134	1.018	Provisões	12	2.867	3.008
Imobilizado	11	189.518	197.605	Financiamentos	13	83.843	89.294
Intangível		0	-	Tributos diferidos		330	215
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>194.650</b>	<b>202.619</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>87.040</b>	<b>92.517</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>222.127</b>	<b>221.640</b>	Capital social		120.840	120.840
				Prejuízos acumulados		(16.279)	(22.571)
				<b>Total do patrimônio líquido</b>	14	<b>104.361</b>	<b>98.070</b>
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>222.127</b>	<b>221.640</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional			
Companhia	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero
Lagoa do Barro VII	33	A-5 2014	HH120mGWH171-6.0

2 Base de preparação		
Declarado	31/12/2025	
Recebido	31/12/2024	

**3 Moeda funcional e moeda de apresentação** - As demonstrações financeiras são preparadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**4 Uso de estimativas críticas e julgamentos** - Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 11 - Imobilizado (Impairment do ativo imobilizado);
- Nota explicativa nº 12 - Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

**5 Base de mensuração** - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

**6 Resumo das políticas contábeis materiais** - O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário.

- Reconhecimento da receita de contrato com o cliente** - A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas: (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda a vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 12 - e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS, COFINS e Ressarcimento.
- Receitas financeiras e despesas financeiras** - As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados.
- Impostos** - (i) **Impostos e contribuições sobre as receitas**: As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica. (ii) **Impostos e contribuições sobre o lucro**: Em 2025 e 2024, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (iii) **Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar ou a receber reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflète as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. d. **Imobilizado** - (i) **Reconhecimento e mensuração** - Bens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável (impairment). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Empresa inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. (ii) **Custos subsequentes** - Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia. (iii) **Depreciação** - A depreciação, reconhecida no resultado, é calculada para amortizar o custo do ativo imobilizado baseada na vida útil estimada dos itens utilizando o método linear.

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Equipamentos de informática	20%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%
Sistema de geração	3%
Sistemas de transmissão e conexão	4%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. e. **Provisões** - As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconto no reconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **Ressarcimento** - Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia é inferior a garantia física prestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes. f. **Benefícios a empregados** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. g. **Capital social** - As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. h. **Instrumentos financeiros** - **Reconhecimento e mensuração inicial** - O contas a receber de clientes partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tomar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente** - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. - Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. - Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio** - A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os modelos de negócios são os seguintes:

**Mantido para recebimento** - A Companhia detém ativos financeiros decorrentes de seu negócio de geração de energia elétrica. O objetivo do modelo de negócios para esses instrumentos financeiros é obter receita através dos contratos de venda de energia no Ambiente de

**Mantido para negociação** - A Companhia mantém uma carteira de títulos de dívida corporativa para fins de gerenciamento de liquidez. A Companhia não possui ativos financeiros mantidos para negociação.


**Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são SPPI** - A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: - Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; - Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; - O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e - Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. A Companhia não tinha ativos financeiros mantidos fora dos modelos de negócios comerciais que não passaram na avaliação do SPPI.


**Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:**

**Ativos financeiros a VJR** - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

**Ativos financeiros a custo amortizado** - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)				
	Nota	2025	2024	
Receita líquida de venda de energia	15	31.212	23.609	
Custo da geração de energia	16	(16.481)	(13.450)	
<b>Lucro bruto</b>		<b>14.731</b>	<b>10.159</b>	
Despesas gerais e administrativas	16	(819)	(923)	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	23	27	
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<b>13.935</b>	<b>9.263</b>	
Despesas financeiras	17	(9.166)	(10.124)	
Receitas financeiras	17	2.674	375	
Resultado financeiro		(6.491)	(9.750)	
Resultado antes dos impostos		7.464	(487)	
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(1.066)	(1.003)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(107)	(5)	
<b>Lucro líquido (Prejuízo) do exercício</b>		<b>6.291</b>	<b>(1.495)</b>	
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0519	(0,0123)	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				
Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)				
	Nota	2025	2024	
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		6.291	(1.495)	
Outros resultados abrangentes		-	-	
Resultado abrangente total		6.291	(1.495)	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)				
	Nota	Capital social	Prejuízo acum. Total	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>78.661</b>	<b>(21.076)</b>	<b>57.585</b>
Integralização de capital	14	41.980	-	41.980
Prejuízo do exercício		-	(1.495)	(1.495)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>120.641</b>	<b>(22.571)</b>	<b>98.070</b>
Lucro líquido do exercício		-	6.291	6.291
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>120.641</b>	<b>(16.279)</b>	<b>104.361</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)				
	Nota	2025	2024	
<b>Lucro líquido (Prejuízo) do exercício</b>		<b>6.291</b>	<b>(1.495)</b>	
<b>Ajustes para:</b>				
Depreciação e amortização	11	8.087	6.932	
Provisão ressarcimento de energia	12	(37)	4.465	
Juros e variações monetárias	13	7.858	8.343	
Amortização de custos de transação	13	144	144	
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	1.066	1.003	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	107	5	
		<b>23.516</b>	<b>19.397</b>	
<b>Variações em:</b>				
Contas a receber de clientes	(113)	335		
Despesas antecipadas	18	(27)		
Adiantamentos a fornecedores	(11)	2.782		
Tributos e contribuições a compensar	(326)	(74)		
Depósitos judiciais	-	(3.995)		
Partes relacionadas	9	11	(676)	
Fornecedores		23	297	
Provisões	12	(512)	(2.799)	
Obrigações sociais e trabalhistas		(12)	(16)	
Obrigações fiscais	(113)	(22)		
Tributos diferidos		8	5	
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>		<b>22.488</b>	<b>15.207</b>	
Impostos pagos sobre o lucro		(985)	(887)	
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>21.503</b>	<b>14.320</b>	
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento:</b>				
Aquisição de imobilizado	11	(0)	(36.319)	
Aquisição de intangível		(0)	4	
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>		<b>(0)</b>	<b>(36.315)</b>	
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento:</b>				
Integralização de capital	14	-	41.980	
Aplicações financeiras vinculadas		(116)	584	
Pagamento de principal sobre financiamentos	13	(5.151)	(4.769)	
Pagamento de juros sobre financiamentos	13	(8.210)	(8.637)	
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento</b>		<b>(13.476)</b>	<b>29.158</b>	
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>8.027</b>	<b>7.163</b>	
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>		<b>15.381</b>	<b>9.219</b>	
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>		<b>23.408</b>	<b>16.382</b>	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado 

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/04/2026 

Para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal POLO BRASIL aponte a câmera do celular para o QR Code. Para acessar o site: [www.jornalpolobrasil.com.br](http://www.jornalpolobrasil.com.br)

https://sdocs.safeweb.com.br/portal/Validador?publicId=7b7b5b6f-61c9-407a-b0f7-7144defc5a3 Este documento foi assinado digitalmente pelo(s) signatário(s) na lista de protocolo de assinatura(s). Para validar as assinaturas acesse:

NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no reconhecimento também são reconhecidos no resultado. **Desreconhecimento:** Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é extinta, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação** - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **i. Valor recuperável de ativos (impairment) - (i) Ativos financeiros não derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiro. **(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto a perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baseados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. **(iii) Ativos não financeiros:** A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado anualmente, independentemente de haver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa - UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **j. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará; • As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras; • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMS. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **Outras Normas Contábeis** - Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 48 e CPC 40); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

**7. Caixa e equivalentes de caixa**

	2025	2026
Caixa e bancos	60	38
Aplicações financeiras (i)	23.348	15.343
	<b>23.408</b>	<b>15.381</b>

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. (i) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco BTG Pactual, Banco do Nordeste - BNB, Banco Santander, Banco Bradesco e Banco da China Brasil, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média de remuneração da aplicação no Banco BTG Pactual, Banco do Nordeste - BNB, Banco Santander, Banco Bradesco e Banco da China Brasil foi de 95% do CDI nos dois exercícios.

**8. Contas a receber de clientes**

	2025	2024
Contas a receber	3.450	3.337
	<b>3.450</b>	<b>3.337</b>

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2025 e com vencimento em janeiro de 2026. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

**9. Partes relacionadas** - A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

**Passivo circulante**

	2025	2024
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S/A (a)	103	92
	<b>103</b>	<b>92</b>

(a) Os saldos de contas a pagar à partes relacionadas de curto prazo referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as companhias e a controladora direta. As transações entre partes relacionadas, são realizadas de acordo com os termos e condições acordados entre as partes, conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazo definidos preestabelecidos. As contas a receber/pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros. **Remuneração do pessoal-chave da Administração** - Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2025, foi aprovado o montante máximo global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2025, no valor de até R\$ 7.500, a ser distribuído entre os membros da Administração conforme deliberação interna e de acordo com o Estatuto Social da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram reconhecidas despesas com remuneração dos membros-chave da Administração no montante de R\$ 5.862 (R\$ 6.363 em 2024). A Companhia não possui planos de benefícios pós-

emprego, remuneração baseada em ações ou outras participações societárias.

**10. Aplicações financeiras vinculadas**

	2025	2024
Aplicações financeiras vinculadas	1.134	1.018

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta Reserva de O&M (Operação e Manutenção) com restrição de movimento para atendimento aos covenants e a garantia de pagamento das prestações conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNB (nota explicativa 13). Tais montantes não possuem liquidez e estão autorizados em moeda nacional junto ao Banco BNB e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNB. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

**11. Imobilizado**

**(i) Composição do saldo**

	2025		2024	
	Custo acumulado	Saldo líquido	Custo acumulado	Saldo líquido
Equipamentos de informática	104	90	104	96
Edificações, obras civis e benfeitorias	12.682	10.304	10.667	10.667
Sistema de geração	218.674	175.205	182.572	182.572
Sistemas de transmissão e conexão	6.266	3.918	4.268	4.268
	<b>237.726</b>	<b>189.518</b>	<b>197.605</b>	<b>197.605</b>

**(ii) Movimentação do custo**

Movimentação em 2025					
	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2025
Equipamentos de informática	104	-	-	-	104
Edificações, obras civis e benfeitorias	12.682	-	-	-	12.682
Sistema de geração	218.674	-	-	-	218.674
Sistemas de transmissão e conexão	6.266	-	-	-	6.266
	<b>237.726</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>237.726</b>
Movimentação em 2024					
	2023	Adições	Baixas	Transf.	2024
Equipamentos de informática	20	-	-	84	104
Edificações, obras civis e benfeitorias	12.312	370	-	-	12.682
Sistema de geração	179.048	13	39.612	-	218.674
Sistemas de transmissão e conexão	6.266	-	-	-	6.266
Imobilizado em andamento	3.760	35.936	-	(39.697)	-
	<b>201.407</b>	<b>36.319</b>	<b>-</b>	<b>(40.121)</b>	<b>237.726</b>

**(iii) Movimentação da depreciação**

Movimentação em 2025					
	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2025
Equipamentos de informática	(6)	(8)	-	-	(14)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(2.015)	(362)	-	-	(2.378)
Sistema de geração	(36.101)	(7.367)	-	-	(43.468)
Sistemas de transmissão e conexão	(1.998)	(350)	-	-	(2.348)
	<b>(40.121)</b>	<b>(8.087)</b>	<b>-</b>	<b>(48.208)</b>	<b>(48.208)</b>
Movimentação em 2024					
	2023	Adições	Baixas	Transf.	2024
Equipamentos de informática	(1)	(4)	-	-	(6)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(1.661)	(354)	-	-	(2.015)
Sistema de geração	(29.878)	(6.224)	-	-	(36.101)
Sistemas de transmissão e conexão	(1.648)	(350)	-	-	(1.998)
	<b>(33.189)</b>	<b>(6.932)</b>	<b>-</b>	<b>(40.121)</b>	<b>(40.121)</b>

**a. Valor recuperável de ativo imobilizado (impairment)** - A Administração anualmente efetua cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados do Complexo Lagoa do Barro, o qual a Companhia faz parte e que representa sua Unidade Geradora de Caixa - UGC. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração estimou os valores recuperáveis de sua UGC baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados. O fluxo de caixa projetado levou em consideração fatores internos e externos, ajustando fatores como o volume de vendas, preços estimados para os próximos anos e elevação de despesas em linha com a expectativa de aumento no nível de operações da Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 10,20% a.a. (9,34% a.a. em 2024), elaborada levando em consideração o custo médio do capital (WACC). O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, por esse motivo, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável do ativo imobilizado foi contabilizada.

**12 Provisões - (i) Provisão ressarcimento** - A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratada. Esta provisão é mensurada considerando os valores apurados nos relatórios emitidos pela CCEE, relatórios internos de geração de energia da Companhia, além de considerar os abatimentos dos valores de energia restringida ("constrained-off"), em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. Ressarcimento anual à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia inferior ao compromisso contratual, neste caso, ficando abaixo de 90%. Ressarcimento Quadrinial à CCEE, o registro de ressarcimento ocorreu devido a geração de energia dentro do regime de tolerância de 10%, permanecendo entre 100% e 90% ao compromisso contratual. Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), tem as seguintes características: (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física prestabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, conforme segue:

2025	2024	
<b>15 Receita líquida de venda de energia</b>	<b>23.556</b>	<b>29.138</b>
Receita bruta venda de energia	37	4.465
Ressarcimento de energia (1)	(1.180)	(1.082)
(-) PIS / CCFINS	<b>31.212</b>	<b>23.609</b>

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Com o encerramento do ciclo do ressarcimento quadrienal, o saldo é transferido do longo prazo para o curto prazo. Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restringida ("constrained-off") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. O cálculo é realizado com base na metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de "constrained-off" de usinas edicadas objeto de CCEAR e CER disponibilizado pela CCEE conforme estabelecido no art. 8º da Resolução Normativa supracitada. Este componente é contido como abatimento nos valores de ressarcimento. O "curtailment", conforme classificação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), corresponde à restrição de geração e pode ocorrer por três razões: (i) Energética, quando há impossibilidade de alocação da geração na carga do sistema; (ii) Confiabilidade Elétrica, relacionada à confiabilidade de equipamentos externos às usinas; e (iii) Indisponibilidade Externa, decorrente de indisponibilidades em instalações externas às usinas. A Lei nº 15.269, sancionada em novembro de 2025, instituiu mecanismo de compensação para cortes classificados como Confiabilidade Elétrica e Indisponibilidade Externa, aplicável ao período de setembro de 2023 a novembro de 2025, conforme regulamentação. Em conformidade com a legislação aplicável, a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras a compensação referente aos cortes ocorridos no período elegível, mensurado com base em dados históricos do ONS e na sistemática de ressarcimento prevista na legislação. A apuração e liquidação dos valores serão conduzidas pelas entidades responsáveis, com atualização pela variação do IPCA. A composição do saldo de provisões é como segue:

	2025	2024
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>19.666</b>	<b>19.666</b>
Constituição	4.465	4.465
Baixa	(2.799)	(2.799)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>21.333</b>	<b>21.333</b>
Reversão	(37)	(37)
Baixa	(5.12)	(5.12)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>20.784</b>	<b>20.784</b>
Provisão para ressarcimento curto prazo	17.917	18.325
Provisão ressarcimento para longo prazo	2.867	3.006
	<b>20.784</b>	<b>21.333</b>

**(ii) Provisão para desmontelamento** - Provisões para desmontelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual de restauração do ativo (terreno) ou ainda de desmobilização

de edificações (obras civis), fundações de qualquer natureza ou ainda vias de acesso realizadas no ativo durante o período de cessão. A Companhia não possui tais obrigações nos contratos de arrendamento firmados. Adicionalmente, será facultado à SPE apenas o uso do direito de retirada dos aerogeradores e da respectiva rede elétrica interna. Entretanto, a retirada dos aerogeradores constitua assim, um evento de significativa imaterialidade em comparação aos potenciais custos de desmobilização de obras civis edificadas e vias de acesso nos imóveis e, neste contexto limitá-se-ia à utilização de horas de guindaste e mão-de-obra. Desta forma, segundo o CPC 25, parágrafo 19º, "são reconhecidas como provisões apenas as obrigações que surgem de eventos passados que existam independentemente de ações futuras da entidade", o que não se aplica neste caso, uma vez que é facultativa a retirada dos aerogeradores e rede elétrica interna, o que depende de uma tomada de decisão futura da Companhia e, por esse motivo não há obrigação presente relativa aos gastos futuro e nenhuma provisão deve ser reconhecida. **(iii) Provisão para contingências** - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existem contingências prováveis ou possíveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração e com base no parecer de seus assessores jurídicos, que impliquem registro de provisões e/ou divulgação.

**13. Financiamentos**

Operações (moeda nacional)	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2025		2024	
			2025	2024	2025	2024
BNB (a)	10,14% (taxa fixa)	28/04/2037	71.763	75.861	-	-
BNB (b)	IPCA + 2,08%	15/05/2037	24.942	26.348	-	-
Custo com captação			<b>(1.827)</b>	<b>(1.771)</b>	<b>95.078</b>	<b>100.438</b>
Passivo circulante			11.235	11.144		
Passivo não circulante			83.843	89.294		

(a) Em 28 de abril de 2017 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emiteinte) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 101.743, com vencimento final para abril de 2037. (b) Em 29 de junho de 2018 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emiteinte) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor total de R\$ 32.204, com vencimento final para maio de 2037. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

	2025	2024
2026	11.235	
2027 a 2029	18.444	
2030 a 2032	22.597	
2033 a 2035	27.944	
2036 a 2038	14.859	
<b>Total</b>	<b>95.078</b>	<b>100.438</b>

**13.1 Movimentação**

	2025	2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>100.438</b>	<b>105.357</b>
Pagamento de juros	(8.210)	(8.637)
Pagamento de principal	(5.151)	(4.760)
Despesas com juros	7.858	8.343
Custos de captação amortizados	144	144
<b>Saldo final</b>	<b>95.078</b>	<b>100.438</b>

**13.2 Covenants** - A Companhia contratou financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNB, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. **13.2.1 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNB** - A Companhia possui covenants financeiros em contrato junto ao BNB, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida superior a 1,30, contudo esse índice deverá ser considerado somente na conclusão física e financeira (compleição). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 todas as condições foram atendidas referente às Cláusulas Restritivas do referido contrato. **13.3 Outras garantias** - As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

**14. Patrimônio líquido**

**a. Capital social** - O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 120.640, dividido em 121.278.072 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

	2025	2024
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A. ("Holding")	120.640	120.640

Em 11 de junho de 2024, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 41.980, na proporção das respectivas participações acionárias vigentes naquela data. **Controladora e controlador final** - As ações da entidade são 100% do Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A., controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. ("Grupo CGN Brasil"). **b. Reserva legal** - A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social. **c. Dividendos** - Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. **d. Reserva de lucros** - A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada. **e. Lucro básico e diluído** - Não há diluição de ações ordinárias para o cálculo de lucro líquido. O cálculo do lucro líquido por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.

	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias (básico e diluído)	6.291	(1.495)
Ações ordinárias (básico e diluído)	121.278	121.278
Resultado por ação ordinária (básico e diluído)	0,0519	(0,0123)

**15. Receitas líquidas de venda de energia**

	2025	2024
Receita bruta venda de energia	32.355	29.138
Ressarcimento de energia (1)	37	4.465
(-) PIS / CCFINS	(1.180)	(1.082)
	<b>31.212</b>	<b>23.609</b>

(1) Vide nota explicativa 12(i).

**16. Gastos por natureza**

	2025	2024
Custo da geração de energia	(16.461)	(13.450)
Despesas gerais e administrativas	(819)	(923)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	27
	<b>(17.256)</b>	<b>(14.345)</b>
Encargos de transmissão e conexão	(1.868)	

NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO																																																																				
<b>18 Imposto de renda e contribuição social</b> - A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:																																																																				
<b>Regime de tributação pelo lucro presumido</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>																																																																		
Receita com venda de energia (*)	32.142	28.986																																																																		
Outras receitas	271	377																																																																		
Base de cálculo IRPJ 8% (**)	2.867	2.716																																																																		
Base de cálculo CSLL 12% (**)	4.149	3.872																																																																		
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	803	758																																																																		
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	263	248																																																																		
<b>Imposto de renda e contribuição social correntes</b>	<b>1.066</b>	<b>1.003</b>																																																																		
Taxa efetiva	15,20%	15,23%																																																																		
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)</b>	<b>107</b>	<b>5</b>																																																																		
(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões de receita registradas dentro de suas devidas competências. (**) O saldo refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento.																																																																				
<b>19 Instrumentos financeiros</b> - A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros. <b>a. Classificação contábil e valores justos de instrumentos financeiros</b> - Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil nas rubricas de caixa e bancos, contas a receber de clientes, partes relacionadas, financiamentos e fornecedores.																																																																				
	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">2025</th> <th colspan="2">2024</th> </tr> <tr> <th>Valor contábil</th> <th>Valor justo</th> <th>Valor contábil</th> <th>Valor justo</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="4"><b>Ativos financeiros</b></td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Circulante</b></td> </tr> <tr> <td>Caixa e bancos</td> <td>60</td> <td>-</td> <td>38</td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>-</td> <td>23.348</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Contas a receber de clientes</td> <td>3.450</td> <td>-</td> <td>3.337</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Não circulante</b></td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras vinculadas</td> <td>-</td> <td>1.134</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Passivos financeiros</b></td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Circulante</b></td> </tr> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>1.088</td> <td>-</td> <td>1.065</td> </tr> <tr> <td>Financiamentos (nota 13)</td> <td>11.235</td> <td>-</td> <td>11.144</td> </tr> <tr> <td>Partes relacionadas (nota 9)</td> <td>103</td> <td>-</td> <td>82</td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Não circulante</b></td> </tr> <tr> <td>Financiamentos (nota 13)</td> <td>83.843</td> <td>-</td> <td>80.294</td> </tr> </tbody> </table>		2025		2024		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	<b>Ativos financeiros</b>				<b>Circulante</b>				Caixa e bancos	60	-	38	Aplicações financeiras	-	23.348	-	Contas a receber de clientes	3.450	-	3.337	<b>Não circulante</b>				Aplicações financeiras vinculadas	-	1.134	-	<b>Passivos financeiros</b>				<b>Circulante</b>				Fornecedores	1.088	-	1.065	Financiamentos (nota 13)	11.235	-	11.144	Partes relacionadas (nota 9)	103	-	82	<b>Não circulante</b>				Financiamentos (nota 13)	83.843	-	80.294		
2025		2024																																																																		
Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo																																																																	
<b>Ativos financeiros</b>																																																																				
<b>Circulante</b>																																																																				
Caixa e bancos	60	-	38																																																																	
Aplicações financeiras	-	23.348	-																																																																	
Contas a receber de clientes	3.450	-	3.337																																																																	
<b>Não circulante</b>																																																																				
Aplicações financeiras vinculadas	-	1.134	-																																																																	
<b>Passivos financeiros</b>																																																																				
<b>Circulante</b>																																																																				
Fornecedores	1.088	-	1.065																																																																	
Financiamentos (nota 13)	11.235	-	11.144																																																																	
Partes relacionadas (nota 9)	103	-	82																																																																	
<b>Não circulante</b>																																																																				
Financiamentos (nota 13)	83.843	-	80.294																																																																	
(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo. • <b>Caixa e bancos</b> são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. • <b>Aplicações financeiras:</b> elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais. • <b>Aplicações financeiras vinculadas:</b> referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. • <b>Financiamentos:</b> referem-se a passivos financeiros, para fins de divulgação, estimados mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue: • <b>Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado</b> - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem prontos e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. • <b>Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de Avaliação</b> - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses																																																																				
motivada por considerações do negócio. • <b>Nível 3. Sem mercado ativo:</b> Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria. <b>20 Gerenciamento integrado de riscos</b> - A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia. <b>(i) Risco operacional</b> - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico. <b>(ii) Risco de crédito</b> - Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:																																																																				
	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Valor contábil</th> </tr> <tr> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>23.348</td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras vinculadas</td> <td>1.134</td> </tr> <tr> <td>Contas a receber de clientes</td> <td>3.450</td> </tr> </tbody> </table>		Valor contábil		2025	2024	Aplicações financeiras	23.348	Aplicações financeiras vinculadas	1.134	Contas a receber de clientes	3.450																																																								
Valor contábil																																																																				
2025	2024																																																																			
Aplicações financeiras	23.348																																																																			
Aplicações financeiras vinculadas	1.134																																																																			
Contas a receber de clientes	3.450																																																																			
<b>(iii) Risco de liquidez</b> - Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:																																																																				
	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">Valor contábil</th> </tr> <tr> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>1.088</td> </tr> <tr> <td>Financiamentos</td> <td>95.078</td> </tr> </tbody> </table>		Valor contábil		2025	2024	Fornecedores	1.088	Financiamentos	95.078																																																										
Valor contábil																																																																				
2025	2024																																																																			
Fornecedores	1.088																																																																			
Financiamentos	95.078																																																																			
<b>(iv) Risco de mercado</b> - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. <b>Exposição ao risco de taxa de juros</b> - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:																																																																				
	<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="2">2025</th> <th colspan="2">2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="4"><b>Ativo</b></td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>23.348</td> <td>15.343</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras vinculadas</td> <td>1.134</td> <td>1.018</td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td><b>24.482</b></td> <td><b>16.361</b></td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Passivo</b></td> </tr> <tr> <td>Financiamentos</td> <td>95.078</td> <td>100.438</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>		2025		2024		<b>Ativo</b>				Aplicações financeiras	23.348	15.343		Aplicações financeiras vinculadas	1.134	1.018			<b>24.482</b>	<b>16.361</b>		<b>Passivo</b>				Financiamentos	95.078	100.438																																							
2025		2024																																																																		
<b>Ativo</b>																																																																				
Aplicações financeiras	23.348	15.343																																																																		
Aplicações financeiras vinculadas	1.134	1.018																																																																		
	<b>24.482</b>	<b>16.361</b>																																																																		
<b>Passivo</b>																																																																				
Financiamentos	95.078	100.438																																																																		
A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e do IPCA, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.																																																																				
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>																																																																				
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Operação</th> <th>Valor exposto</th> <th>Risco</th> <th>25%</th> <th>50%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>24.482</td> <td>Redução do CDI (**)</td> <td>2.736</td> <td>1.824</td> </tr> <tr> <td>Financiamentos</td> <td>24.942</td> <td>Aumento do IPCA (**)</td> <td>1.328</td> <td>1.594</td> </tr> </tbody> </table>		Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%	Aplicações financeiras	24.482	Redução do CDI (**)	2.736	1.824	Financiamentos	24.942	Aumento do IPCA (**)	1.328	1.594																																																			
Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%																																																																
Aplicações financeiras	24.482	Redução do CDI (**)	2.736	1.824																																																																
Financiamentos	24.942	Aumento do IPCA (**)	1.328	1.594																																																																
(*) Os índices de CDI considerados foram de 14,90% a.a. (**) Os índices de IPCA considerados foram de 4,26% a.a.																																																																				
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>																																																																				
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Operação</th> <th>Valor exposto</th> <th>Risco</th> <th>25%</th> <th>50%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>16.361</td> <td>Redução do CDI (**)</td> <td>1.491</td> <td>994</td> </tr> <tr> <td>Financiamentos</td> <td>26.348</td> <td>Aumento do IPCA (**)</td> <td>1.591</td> <td>1.909</td> </tr> </tbody> </table>		Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%	Aplicações financeiras	16.361	Redução do CDI (**)	1.491	994	Financiamentos	26.348	Aumento do IPCA (**)	1.591	1.909																																																			
Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%																																																																
Aplicações financeiras	16.361	Redução do CDI (**)	1.491	994																																																																
Financiamentos	26.348	Aumento do IPCA (**)	1.591	1.909																																																																
(*) Os índices de CDI considerados foram de 12,15% a.a. (**) Os índices de IPCA considerados foram de 4,83% a.a.																																																																				

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S. A. São Paulo - SP

**Opinião** - Examinamos as demonstrações financeiras da Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S. A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lagoa do Barro VII Energias Renováveis S. A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base de opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 27 de março de 2026.



KPMG Auditores Independentes Ltda. Almir Eduardo Bertoncello  
CRC SP-D14428/O-6 F-PR Contador CRC PR-052082/O

DIRETORIA

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora  
Yu Guan - Diretor  
Raffael Ubarana Mohamed - Contador CRC RJ - 077398/O

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal do **Jornal POLO BRASIL** aponte a câmera do celular para o QR Code. Para acessar o site: [www.jornalpolo.com.br](http://www.jornalpolo.com.br)







NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO				
<b>Regime de tributação pelo lucro presumido</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>		
Receita com venda de energia (*)	10.662	9.863		
Outras receitas	292	683		
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	1.148	1.479		
Base de cálculo CSLL 12% (*)	1.574	1.873		
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	314	390		
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	91	124		
<b>Imposto de renda e contribuição social correntes</b>	<b>405</b>	<b>514</b>		
Taxa efetiva	14,87%	15,35%		
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)</b>	<b>41</b>	<b>2</b>		
(*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões de receita registradas dentro de suas devidas competências. (**) O saldo refere-se ao imposto diferido sobre a provisão do faturamento.				
<b>19 Instrumentos financeiros</b> - A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros. <b>a. Classificação contábil e valores justos de instrumentos financeiros</b> - Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil nas rubricas de caixa e bancos, contas a receber de clientes, partes relacionadas, financiamentos e fornecedores.				
	<b>2025</b>	<b>2024</b>		
<b>Descrição</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>
	<b>Custo</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Custo</b>	<b>Nível 2</b>
	<b>amortizado(*)</b>		<b>amortizado(*)</b>	
<b>Ativos financeiros</b>				
<b>Circulante</b>				
Caixa e bancos	26	-	21	-
Aplicações financeiras	-	8.835	-	6.805
Contas a receber de clientes	1.225	-	1.102	-
<b>Não circulante</b>				
Aplicações financeiras vinculadas	-	374	-	336
<b>Passivos financeiros</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	31	-	51	-
Financiamentos (nota 13)	3.786	-	3.786	-
Partes relacionadas (nota 9)	28	-	25	-
<b>Não circulante</b>				
Financiamentos (nota 13)	27.475	-	29.315	-
(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo. • <b>Caixa e bancos</b> são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. • <b>Aplicações financeiras:</b> elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e o câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais. • <b>Aplicações financeiras vinculadas:</b> referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. • <b>Financiamentos:</b> referem-se a passivos financeiros, para fins de divulgação, estimados mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue: • <b>Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado</b> - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem prontos e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. • <b>Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de Avaliação</b> - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio. • <b>Nível 3. Sem mercado ativo:</b> inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria. <b>20 Gerenciamento integrado de riscos</b> - A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia. <b>(i) Risco operacional</b> - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico. <b>(ii) Risco de crédito</b> - Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia.				
	<b>Valor contábil</b>			
	<b>2025</b>	<b>2024</b>		
Aplicações financeiras	8.835	6.805		
Aplicações financeiras vinculadas	374	336		
Contas a receber de clientes	1.225	1.102		
<b>(iii) Risco de liquidez</b> - Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, para mitigar o risco de liquidez, a Companhia monitora os níveis de endividamento e o cumprimento de índices ( <i>covenants</i> ) previstos em contratos de financiamentos. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia.				
	<b>Valor contábil</b>			
	<b>2025</b>	<b>2024</b>		
Fornecedores	31	51		
Financiamentos	31.261	33.101		
<b>(iv) Risco de mercado</b> - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. <b>Exposição ao risco de taxa de juros</b> - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:				
	<b>2025</b>	<b>2024</b>		
<b>Ativo</b>				
Aplicações financeiras	8.835	6.805		
Aplicações financeiras vinculadas	374	336		
	<b>9.209</b>	<b>7.141</b>		
<b>Passivo</b>				
Financiamentos	31.261	33.101		
A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e do IPCA, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.				
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>				
<b>Operação</b>	<b>Valor exposto</b>	<b>Risco</b>	<b>25%</b>	<b>50%</b>
Aplicações financeiras	9.209	Redução do CDI (*)	1.029	686
Financiamentos	8.139	Aumento do IPCA (**)	433	520
(*) Os índices de CDI considerados foram de 14,90% a.a. (**) Os índices de IPCA considerados foram de 4,26% a.a.				
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>				
<b>Operação</b>	<b>Valor exposto</b>	<b>Risco</b>	<b>25%</b>	<b>50%</b>
Aplicações financeiras	7.141	Redução do CDI (*)	651	434
Financiamentos	8.633	Aumento do IPCA (**)	521	625
(*) Os índices de CDI considerados foram de 12,15% a.a. (**) Os índices de IPCA considerados foram de 4,83% a.a.				

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas da Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S. A. São Paulo - SP

**Opinião** - Examinamos as demonstrações financeiras da Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S. A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e demais informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lagoa do Barro VIII Energias Renováveis S. A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base de opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou encerrar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 27 de março de 2026.



KPMG Auditores Independentes Ltda. Almir Eduardo Bertoncelo  
CRC SP-014428/O-6 F-PR Contador CRC PR-052082/O

**DIRETORIA**

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora  
Yu Guan - Diretor

Raffael Ubarana Mohamed - Contador CRC RJ - 077398/O

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal POLO BRASIL aponte a câmera do celular para o QR Code. Para acessar o site: [www.jornalpolobrasil.com.br](http://www.jornalpolobrasil.com.br)



## Lagoa Do Barro IX Energias Renováveis S.A.

CNPJ Nº 35.572.851/0001-93

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)				
	Nota	2025	2024	
<b>Ativo</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	7	49.516	40.886	
Contas a receber de clientes	8	2.857	2.246	
Provisões	12	1.567	-	
Despesas antecipadas		78	83	
Adiantamentos a fornecedores		65	59	
Tributos e contribuições a compensar		639	148	
Outros ativos		1	1	
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>54.723</b>	<b>43.223</b>	
Aplicações financeiras vinculadas	10	2.270	1.958	
Imobilizado	11	143.746	148.636	
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>146.016</b>	<b>150.594</b>	
<b>Total do ativo</b>		<b>200.739</b>	<b>193.817</b>	
		<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>		
		<i>Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)</i>		

### 1 Contexto operacional

A Lagoa do Barro IX Energias Renováveis S.A. ("LDB IX" ou "Companhia"), com sede na Avenida das Nações Unidas 14.171, em São Paulo-SP, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 07 de novembro de 2019 e tem como objeto social a geração de energia elétrica, mediante exploração do Parque Eólico Aura Queimada Nova 01, na cidade de Lagoa do Barro do Piauí-PI, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A LDB IX foi vencedora do Leilão de Energia A-6/2019 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos e assinou contrato de fornecimento de energia em 05 de maio de 2019 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em 08 de dezembro de 2021 com a produção anual estimada de 3,4 MWh (não auditado). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.

Companhia	Potência [MW]	Leilão	Modelo Aero	Outorga
Lagoa do Barro IX	32,2	A-6/2019	GW155-4.5 MW-HH110m	208

### 2 Base de preparação

**Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 27 de março de 2026. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

**3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**4 Uso de estimativas críticas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

**• Nota Explicativa nº 11 - Imobilizado (Impairment do ativo imobilizado);**  
**• Nota Explicativa nº 12 - Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).**

**5 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

**6 Resumo das políticas contábeis materiais:** O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário.

**a. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente:** A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada obrigação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas: (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 12 - i e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS, COFINS e Ressarcimento.

**b. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados.

**c. Impostos - (i) Impostos e contribuições sobre as receitas:** As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica. **(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro:** Em 2025 e 2024, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados

abrangentes. **(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**d. Imobilizado - (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo inclui

Início da Outorga	Fim da Outorga	Garantia Física Comercializada [MWh]	Garantia Física solicitada alteração [MWh]	Garantia Física outorgada [MWh]
05/05/2020	05/05/2055	3,4	16,7	11,3

gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Empresa inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

**(ii) Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia.

**(iii) Depreciação:** A depreciação, reconhecida no resultado, é calculada para amortizar o custo do ativo imobilizado baseada na vida útil estimada dos itens utilizando o método linear.

*Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados*

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Equipamentos de informática	20%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%
Sistema de geração	3%
Sistemas de transmissão e conexão	4%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

**e. Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

**f. Ressarcimento:** Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia é inferior a garantia física preestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes.

**g. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**g. Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. **h. Instrumentos financeiros - Reconhecimento e mensuração inicial:** O contante a receber de clientes partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contante a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contante a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

**Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • E mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • E mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

**Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os modelos de negócios são os seguintes:

<b>Mantido para recebimento</b>	A Companhia detém ativos financeiros decorrentes de seu negócio de geração de energia elétrica. O objetivo do modelo de negócios para esses instrumentos financeiros é obter receita através dos contratos de venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e/ou no Ambiente de Contratação Livre (ACL). A Companhia também detém uma carteira de títulos de dívida corporativa com o objetivo de manter um perfil de taxa de juros amplamente fixo para gerenciar sua exposição ao risco de taxa de juros.
<b>Mantido para recebimento e venda</b>	A Companhia mantém uma carteira de títulos de dívida corporativa para fins de gerenciamento de liquidez.
<b>Mantido para negociação</b>	A Companhia não possui ativos financeiros mantidos para negociação.

**Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são SPPI:** A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são

Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)				
	Nota	2025	2024	
Receita líquida de venda de energia	15	29.492	26.761	
Custo da geração de energia	16	(15.190)	(13.628)	
<b>Lucro bruto</b>		<b>14.302</b>	<b>13.132</b>	
Despesas gerais e administrativas	16	(694)	(642)	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	41	38	
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<b>13.649</b>	<b>12.528</b>	
Despesas financeiras	17	(7.071)	(7.185)	
Receitas financeiras	17	5.946	4.223	
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(1.125)</b>	<b>(2.963)</b>	
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>12.523</b>	<b>9.565</b>	
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(2.766)	(2.278)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(186)	11	
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>9.571</b>	<b>7.298</b>	
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,1078	0,0822	
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>				
<b>Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)</b>				
		2025	2024	
Lucro líquido do exercício		9.571	7.298	
Outros resultados abrangentes		-	-	
Resultado abrangente total		9.571	7.298	
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>				

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Reservas de Lucro	Lucros Acum.	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	88.800	1.398	19.915	-	110.113
Lucro líquido do exercício	-	-	-	7.298	7.298
Constituição da reserva legal	14b	365	-	(365)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14c	-	-	(1.733)	(1.733)
Retenção de lucros	14d	-	5.200	(5.200)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	88.800	1.763	25.115	-	115.678
Lucro líquido do exercício	-	-	9.571	9.571	-
Constituição da reserva legal	14b	479	-	(479)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14c	-	-	(2.273)	(2.273)
Retenção de lucros	14d	-	6.820	(6.820)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	88.800	2.241	31.935	-	122.976

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

### Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>9.571</b>	<b>7.298</b>
<b>Ajustes para:</b>			
Depreciação e amortização	11	4.912	4.936
Provisão ressarcimento de energia	12	(1.567)	-
Juros e variações monetárias	13	6.264	6.096
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	2.766	2.278
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	186	(11)
		<b>22.132</b>	<b>20.597</b>
<b>Variações em:</b>			
Contas a receber de clientes		(611)	341
Despesas antecipadas		5	(10)
Adiantamentos a fornecedores		(6)	-
Outros ativos		-	1
Tributos e contribuições a compensar		(491)	(110)
Partes relacionadas	9	15	(799)
Fornecedores		1.334	(68)
Obrigações sociais e trabalhistas		(24)	(24)
Obrigações fiscais		(696)	(594)
Tributos diferidos		10	(12)
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>		<b>21.668</b>	<b>19.322</b>
Impostos pagos sobre o lucro		(1.196)	(2.041)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>20.472</b>	<b>17.281</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento:</b>			
Aquisição de imobilizado	11	(22)	(32)
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>		<b>(22)</b>	<b>(32)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento:</b>			
Aplicações financeiras vinculadas		(312)	86
Dividendos pagos	9	(1.733)	(2.964)
Pagamento de principal sobre financiamentos	13	(3.288)	(3.479)
Pagamento de juros sobre financiamentos	13	(6.286)	(6.032)
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>		<b>(11.620)</b>	<b>(12.390)</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>8.830</b>	<b>4.859</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>		<b>40.686</b>	<b>35.827</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>		<b>49.516</b>	<b>40.686</b>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados no desempenho de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. A Companhia não tinha ativos financeiros mantidos fora dos modelos de negócios comerciais que não passaram na avaliação do SPPI.

**Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:**

**Ativos financeiros a VJR** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

**Ativos financeiros a custo amortizado** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

**Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado. **Desreconhecimento:** • **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos

Documento assinado e  
certificado digitalmente  
Conforme MP nº 2.200-2  
de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser  
conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente  
no dia 10/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal  
do Jornal POLO BRASIL aponte a câmera do celular  
para o QR Code. Para acessar o site:  
[www.jornalpolo.com.br](http://www.jornalpolo.com.br)



NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro...

liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco BNB e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNB.

11 Imobilizado (i) Composição do saldo

Table with columns: 2025, 2024, Depre. acumulada, Saldo líquido, Saldo em 2025, Saldo em 2024. Rows include Equipamentos de informática, Edificações, etc.

(ii) Movimentação do custo

Table showing movement in cost for 2025 and 2024. Columns: Saldo em 2024, Adições, Baixas, Transf., Saldo em 2025.

Table showing movement in cost for 2024. Columns: Saldo em 2023, Adições, Baixas, Transf., Saldo em 2024.

(iii) Movimentação da depreciação

Table showing movement in depreciation for 2025. Columns: Saldo em 2024, Adições, Baixas, Transf., Saldo em 2025.

Table showing movement in depreciation for 2024. Columns: Saldo em 2023, Adições, Baixas, Transf., Saldo em 2024.

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment) - A Administração anualmente efetua o cálculo de recuperabilidade dos ativos imobilizados do Complexo Lagoa do Barro...

12 Provisões - (i) Provisão ressarcimento - A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir a energia contratada...

Table with columns: Cenários, Montante Contratado, Resultados. Rows include Abaixo de 90%, Entre 90% a 100%, etc.

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior...

Estes montantes e transações não afetam o caixa e consequentemente as demonstrações do fluxo de caixa no exercício em 31 de dezembro de 2025 e 2024. (ii) Provisão para contingências - Suportada pelos advogados que assessoram a Companhia...

Table with columns: 2025, 2024. Rows include Ativo, Provisão para ressarcimento curto prazo.

13 Financiamentos Operações (moeda nacional) - BNB (a) IPCA + 6,15% 15/04/2042

Table with columns: 2025, 2024. Rows include Operações, BNB (a), Passivo circulante.

(a) Em 31 de março de 2023 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor de R\$ 78.537...

Table with columns: 2025, 2024. Rows include Saldo inicial, Pagamento de juros, Saldo final.

13.1 Movimentação

Table showing movement for 2025 and 2024. Columns: Saldo inicial, Pagamento de juros, Saldo final.

13.2 Covenants - A Companhia contratou financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNB, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos...

14 Patrimônio líquido

a. Capital social - O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 88.800, dividido em 88.800.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal...

Table with columns: 2025, 2024. Rows include Lucro líquido do exercício, Constituição de reserva legal - 5%.

b. Reservas de lucros - A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada...

Table with columns: 2025, 2024. Rows include Dividendo mínimo obrigatório - 25%, Lucros retidos.

Table with columns: 2025, 2024. Rows include Lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias (básico e diluído).

15 Receita líquida de venda de energia - Receita bruta venda de energia, Ressarcimento de energia (1) (-) PIS / COFINS.

Table with columns: 2025, 2024. Rows include Receita bruta venda de energia, Ressarcimento de energia (1).

Table with columns: 2025, 2024. Rows include Custo da geração de energia, Despesas gerais e administrativas.

Table with columns: 2025, 2024. Rows include Encargos de transmissão e conexão, Compra de energia.

Table with columns: 2025, 2024. Rows include Despesa com pessoal, Serviços de terceiros.

Table with columns: 2025, 2024. Rows include Depreciação, Amortamento, Manutenção.

Table with columns: 2025, 2024. Rows include Regime de tributação pelo lucro presumido, Receita com venda de energia.

19 Instrumentos financeiros - A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Este documento foi assinado digitalmente pelo(s) signatário(s) na lista de protocolo de assinatura(s). Para validar as assinaturas acesse: https://sdocs.sateweb.com.br/portal/Validador?publicId=7b7b56fb-61c9-407a-b07-7144defc5a3



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/04/2026



Para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal POLO BRASIL aponte a câmera do celular para o QR Code. Para acessar o site: www.jornalpolobrasil.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

futuros. **a. Classificação contábil e valores justos de instrumentos financeiros** - Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil nas rubricas de caixa e bancos, contas a receber de clientes, partes relacionadas, financiamentos e fornecedores.

Descrição	2025		2024	
	Valor contábil Custo amortizado(*)	Valor justo Nível 2	Valor contábil Custo amortizado(*)	Valor justo Nível 2
<b>Ativos financeiros</b>				
<b>Circulante</b>				
Caixa e bancos	1.080	-	139	-
Aplicações financeiras	-	48.436	-	40.547
Contas a receber de clientes	2.857	-	2.246	-
<b>Circulante</b>				
Aplicações financeiras vinculadas	-	2.270	-	1.958
<b>Passivos financeiros</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	2.389	-	1.055	-
Financiamentos (nota 13)	3.467	-	3.578	-
Partes relacionadas (nota 9)	2.375	-	1.819	-
<b>Circulante</b>				
Financiamentos (nota 13)	67.974	-	71.174	-

(\*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo. • **Caixa e bancos** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. • **Aplicações financeiras**: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e o câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais. • **Aplicações financeiras vinculadas**: referem-se, substancialmente, aos saldos das contas reserva constituídas de acordo com os respectivos contratos de financiamento, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos. Os instrumentos financeiros relativos a essas contas reserva são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. • **Financiamentos**: referem-se a passivos financeiros, para fins de divulgação, estimados mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue: • **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem prontos e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. • **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio. • **Nível 3. Sem mercado ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis)**. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria. **20 Gerenciamento integrado de riscos** - A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

(\*) Os índices de CDI considerados foram de 14,90% a.a.  
 (\*\*) Os índices de IPCA considerados foram de 4,26% a.a.

**Em 31 de dezembro de 2025**

Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	50.706	Redução do CDI (**)	5.666	3.778
Financiamentos	71.441	Aumento do IPCA (**)	3.804	4.565

(\*) Os índices de CDI considerados foram de 12,15% a.a.  
 (\*\*) Os índices de IPCA considerados foram de 4,83% a.a.

**Em 31 de dezembro de 2024**

Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	42.505	Redução do CDI (**)	3.873	2.582
Financiamentos	74.752	Aumento do IPCA (**)	4.513	5.416

(\*) Os índices de CDI considerados foram de 14,90% a.a.  
 (\*\*) Os índices de IPCA considerados foram de 4,26% a.a.

com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	Valor contábil	
	2025	2024
Aplicações financeiras	48.436	40.547
Aplicações financeiras vinculadas	2.270	1.958
Contas a receber de clientes	2.857	2.246

iii) **Risco de liquidez** - Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil	
	2025	2024
Fornecedores	2.389	1.055
Financiamentos	71.441	74.752

(iv) **Risco de mercado** - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. **Exposição ao risco de taxa de juros** - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

Ativo	2025		2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Aplicações financeiras	48.436	40.547	48.436	40.547
Aplicações financeiras vinculadas	2.270	1.958	2.270	1.958
<b>Ativo</b>	<b>50.706</b>	<b>42.505</b>	<b>50.706</b>	<b>42.505</b>
Passivo				
Financiamentos	71.441	74.752	71.441	74.752

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e do IPCA, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Em 31 de dezembro de 2025				
Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	50.706	Redução do CDI (**)	5.666	3.778
Financiamentos	71.441	Aumento do IPCA (**)	3.804	4.565

(\*) Os índices de CDI considerados foram de 14,90% a.a.  
 (\*\*) Os índices de IPCA considerados foram de 4,26% a.a.

**Em 31 de dezembro de 2024**

Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%
Aplicações financeiras	42.505	Redução do CDI (**)	3.873	2.582
Financiamentos	74.752	Aumento do IPCA (**)	4.513	5.416

(\*) Os índices de CDI considerados foram de 12,15% a.a.  
 (\*\*) Os índices de IPCA considerados foram de 4,83% a.a.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Lagoa do Barro IX Energias Renováveis S. A. São Paulo - SP  
**Opinião** - Examinamos as demonstrações financeiras da Lagoa do Barro IX Energias Renováveis S. A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lagoa do Barro IX

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Energias Renováveis S. A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base de opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** - A Administração é responsável pela elaboração e adequação da apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Cunitiba, 27 de março de 2026.



KPMG Auditores Independentes Ltda. Almir Eduardo Bertoneiro  
 CRC SP-014428/O-6 F-PR Contador CRC PR-052062/O

DIRETORIA

Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora

Yu Guan - Diretor

Raffael Ubarana Mohamed - Contador CRC RJ - 077398/O

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal do **Jornal POLO BRASIL** aponte a câmera do celular para o QR Code. Para acessar o site: [www.jornalpolobrasil.com.br](http://www.jornalpolobrasil.com.br)



### Lagoa Do Barro X Energias Renováveis S.A. CNPJ Nº 35.603.267/0001-58

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)				
	Nota	2025	2024	
<b>Ativo</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	7	45.654	33.661	
Contas a receber de clientes	8	2.902	3.316	
Provisões	12	2.397	-	
Despesas antecipadas		78	123	
Adiantamentos a fornecedores		58	66	
Tributos e contribuições a compensar		328	29	
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>51.417</b>	<b>37.195</b>	
Aplicações financeiras vinculadas	10	3.570	3.081	
Imobilizado	11	247.057	255.499	
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>250.627</b>	<b>258.580</b>	
<b>Total do ativo</b>		<b>302.044</b>	<b>295.775</b>	
<b>Passivo</b>				
Fornecedores		2.267	1.801	
Financiamentos	13	5.434	5.568	
Obrigações sociais e trabalhistas		111	150	
Contas a pagar à partes relacionadas	9	158	136	
Dividendos a pagar	9	2.697	1.126	
Obrigações fiscais		139	125	
Imposto de renda e contribuição social a pagar		897	312	
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>11.704</b>	<b>9.217</b>	
Financiamentos	13	107.077	112.091	
Tributos diferidos		358	221	
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>107.435</b>	<b>112.312</b>	
Capital social		139.500	139.500	
Reserva legal		2.846	2.278	
Reserva de lucros		40.559	32.467	
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>14</b>	<b>182.905</b>	<b>174.246</b>	
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>302.044</b>	<b>295.775</b>	

Demonstrações de Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2025	2024
Receita líquida de venda de energia	15	44.174	39.878
Custo da geração de energia	16	(22.847)	(24.100)
<b>Lucro bruto</b>		<b>21.327</b>	<b>15.778</b>
Despesas gerais e administrativas	16	(1.016)	(1.049)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	16	64	70
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<b>20.376</b>	<b>14.799</b>
Despesas financeiras	17	(11.123)	(11.301)
Receitas financeiras	17	5.298	3.780
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(5.825)</b>	<b>(7.521)</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>14.551</b>	<b>7.278</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(3.037)	(2.563)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(157)	27
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>11.357</b>	<b>4.742</b>
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0814	0,0340

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)			
	2025	2024	
Lucro líquido do exercício	11.357	4.742	
Outros resultados abrangentes	-	-	
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>11.357</b>	<b>4.742</b>	

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)					
	Capital Social	Reserva Legal	Reservas de lucro	Lucros Acum.	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>139.500</b>	<b>2.041</b>	<b>29.089</b>	<b>-</b>	<b>170.630</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	4.742	4.742
Constituição da reserva legal	14b.	237	-	(237)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14c.	-	-	(1.126)	(1.126)
Retenção de lucros	14d.	-	3.379	(3.379)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>139.500</b>	<b>2.278</b>	<b>32.467</b>	<b>-</b>	<b>174.246</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	11.357	11.357
Constituição da reserva legal	14b.	568	-	(568)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14c.	-	-	(2.697)	(2.697)
Retenção de lucros	14d.	-	8.092	(8.092)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>139.500</b>	<b>2.846</b>	<b>40.559</b>	<b>-</b>	<b>182.905</b>

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)					
	Nota	2025	2024		
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>11.357</b>	<b>4.742</b>		
Ajustes para:					
Depreciação e amortização	11	8.442	8.485		
Provisão ressarcimento de energia	12	(2.397)	-		
Juros e variações monetárias	13	9.862	9.589		
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	3.037	2.563		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(157)	(27)		
<b>Total dos ajustes</b>		<b>30.458</b>	<b>25.352</b>		
<b>Variáveis em:</b>					
Contas a receber de clientes		414	872		
Despesas antecipadas		44	(16)		
Adiantamentos a fornecedores		8	1		
Tributos e contribuições a compensar		(299)	-		
Partes relacionadas	9	23	(1.256)		
Fornecedores		466	36		
Obrigações sociais e trabalhistas		(38)	(38)		
Obrigações fiscais		(718)	(621)		
Tributos diferidos		(19)	(32)		
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>		<b>30.339</b>	<b>24.300</b>		
Impostos pagos sobre o lucro		(1.721)	(2.290)		
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>28.618</b>	<b>22.010</b>		
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento:</b>					
Aquisição de imobilizado	11	-	-		
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>		<b>-</b>	<b>-</b>		
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento:</b>					
Aplicações financeiras vinculadas		(489)	131		
Dividendos pagos	9	(1.126)	(4.447)		
Pagamento de principal sobre financiamentos	13	(5.112)	(5.318)		
Pagamento de juros sobre financiamentos	13	(9.898)	(9.489)		
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>		<b>(16.625)</b>	<b>(19.123)</b>		
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>11.993</b>	<b>2.887</b>		
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>		<b>33.661</b>	<b>30.774</b>		
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>		<b>45.654</b>	<b>33.661</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)				
<b>1 Contexto operacional</b>				
A Lagoa do Barro X Energias Renováveis S.A. ("LDB X" ou "Companhia"), com sede na Avenida das Nações Unidas 14.171, em São Paulo-SP, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 07 de novembro de 2019 e tem como objeto social a geração de energia elétrica, mediante exploração do Parque Eólico Aura Queimada Nova 02, na cidade de Lagoa do Barro do Piauí-PI, e destina-se à comercialização na modalidade de produtor independente de energia. A LDB X foi vencedora do Leilão de Energia A-6/2019 promovido pela ANEEL, com a autorização do projeto por 35 anos e assinou contrato de fornecimento de energia em 05 de maio de 2019 por um período de 20 anos. A Companhia entrou em operação comercial em 08 de dezembro de 2021 com a produção anual estimada de 4,0 MWm (não auditado). A vigência do prazo de autorização inicia-se a partir da data de assinatura do contrato.				

Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)				
<b>2 Base de preparação</b>				
<b>Declaração de conformidade:</b> As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 27 de março de 2026. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.				
<b>3 Moeda funcional e moeda de apresentação:</b> As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.				
<b>4 Uso de estimativas críticas e julgamentos:</b> Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas. As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:				
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Nota Explicativa nº 11 - Imobilizado (Impairment do ativo imobilizado);</b></li> <li>• <b>Nota explicativa nº 12 - Provisão para ressarcimento (probabilidade e magnitude das saídas de recursos).</b></li> </ul>				
<b>5 Base de mensuração:</b> As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.				
<b>6 Resumo das políticas contábeis materiais</b> - O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário. <p><b>a. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente:</b> A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas: (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre - ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica). Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. O efeito na contabilização das receitas são consequência da garantia física de cada unidade. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas por cláusulas contratuais entre as partes, quando a entrega é inferior a garantia física, ocorre o ressarcimento descrito na nota explicativa 12 - e quando é superior a diferença é recebida de acordo com o contrato entre as partes. A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS, COFINS e Ressarcimento.                 <p><b>b. Receitas financeiras e despesas financeiras</b> - As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre os financiamentos contratados.                 <p><b>c. Impostos - (i) Impostos e contribuições sobre as receitas:</b> As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e à COFINS, pelas alíquotas vigentes de 0,65% e 3%, respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.                 <p><b>(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro:</b> Em 2025 e 2024, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido foram calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados</p> </p></p></p>				

abrangentes. (iii) **Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente** - A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.
 

**d. Imobilizado - (i) Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Empresa inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.
 

**(ii) Custos subsequentes** - Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com gastos serão auferidos pela Companhia.
 

**(iii) Depreciação** - A depreciação, reconhecida no resultado, é calculada para amortizar o custo do ativo imobilizado baseada na vida útil estimada dos itens utilizando o método linear.
 

**Taxas médias de depreciação para os dois exercícios apresentados**

Classe de imobilizado	Taxa anual de depreciação
Equipamentos de informática	20%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2%
Sistema de geração	3%
Sistemas de transmissão e conexão	4%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.
 

**Provisões** - As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.
 

**Ressarcimento** - Uma provisão para ressarcimento é reconhecida quando a entrega de energia é inferior a garantia física prestabelecida nos contratos de fornecimento de energia, de acordo com as regras estabelecidas nos contratos de comercialização de energia firmados entre as partes.
 

**f. Benefícios a empregados** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.
 

**g. Capital social** - As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.
 

**h. Instrumentos financeiros** - **Reconhecimento e mensuração inicial** - O contas a receber de clientes partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.
 

**Classificação emensuração subsequente** - No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (valor justo através do resultado abrangente) - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo através do resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
 

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
  - É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros;
  - Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

**Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio** - A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os modelos de negócios são os seguintes:

**Mantido para recebimento** - A Companhia detém ativos financeiros decorrentes de seu negócio de geração de energia elétrica. O objetivo do modelo de negócios para esses instrumentos financeiros é obter receita através dos contratos de venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e/ou no Ambiente de Contratação Livre (ACL). A Companhia também detém uma carteira de títulos de dívida corporativa com o objetivo de manter um perfil de taxa de juros amplamente fixo para gerenciar sua exposição ao risco de taxa de juros.

**Mantido para recebimento e venda** - A Companhia mantém uma carteira de títulos de dívida corporativa para fins de gerenciamento de liquidez.

**Mantido para negociação** - A Companhia não possui ativos financeiros mantidos para negociação.

**Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são SPPI** - A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são

NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO

os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** A Companhia reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retratada, cancelada ou expira. A Companhia também reconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No reconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação** - Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **I. Valor recuperável de ativos (impairment)** - (i) **Ativos financeiros não derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à companhia em condições não consideradas em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. (ii) **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. (iii) **Ativos não financeiros:** A Companhia tem como política contábil efetuar o teste de redução ao valor recuperável do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **J. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis** O CPC 51 substituirá o CPC 28 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional reclassificado. O lucro líquido das entidades não mudará; • As medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras; • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar um subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **Outras Normas Contábeis** - Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Controles de efetividade relacionados à natureza (alterações CPC 48 e CPC 40); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

	2025	2024
Caixa e bancos	490	244
Aplicações financeiras (f)	45.194	33.417
	<b>45.684</b>	<b>33.661</b>

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa. (f) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco do Nordeste - BNB, Banco Santander e Banco da China Brasil, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média de remuneração da aplicação no Banco do Nordeste - BNB, Banco Santander e Banco da China Brasil foi de 95% do CDI nos dois exercícios.

	2025	2024
Contas a receber	2.902	3.316
	<b>2.902</b>	<b>3.316</b>

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2025 e com vencimento em janeiro de 2026. Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

**9 Partes relacionadas** - A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

	2025	2024
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S/A. (a)	158	136
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S/A. (b)	2.697	1.126
	<b>2.855</b>	<b>1.261</b>

(a) Os saldos de contas a pagar à partes relacionadas de curto prazo referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta. (b) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a pagar. Para fins de demonstração de fluxo de caixa, os dividendos recebidos e pagos são apresentados nas atividades de investimento e financiamento, respectivamente. As transações entre partes relacionadas, são realizadas de acordo com os termos e condições acordadas entre as partes, conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazos definidos preestabelecidos. As contas a receber/pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros. **Remuneração do pessoal chave da Administração** - Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2025, foi aprovado o montante máximo global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2025, no valor de até R\$ 7.500, a ser distribuído entre os membros da Administração conforme deliberação interna e de acordo com o Estatuto Social da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram reconhecidas despesas com remuneração dos membros-chave da Administração no montante de R\$ 5.862 (R\$ 6.363 em 2024). A Companhia não possui planos de benefícios pós-emprego, remuneração baseada em ações ou outras participações societárias.

	2025	2024
Aplicações financeiras vinculadas	3.570	3.081
	<b>3.570</b>	<b>3.081</b>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de aplicações financeiras vinculadas referem-se a saldo da conta Reserva do Serviço da Dívida com restrição de movimento para atendimento aos covenants e a garantia de pagamento das prestações conforme definido no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNB (nota explicativa 13). Tais montantes não possuem

liquidez e estão aplicados em moeda nacional junto ao Banco BNB e podem ser movimentadas somente mediante autorização expressa do BNB. As aplicações financeiras vinculadas são lastreadas em títulos públicos e indexadas pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI.

11 Imobilizado				
(i) Composição do saldo				
	2025		2024	
	Custo	Depre. acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Equipamentos de informática	20	(1)	19	19
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.208	(143)	1.065	1.102
Sistemas de geração	277.912	(32.851)	245.061	253.435
Sistemas de transmissão e conexão	1.035	(122)	912	943
	<b>280.174</b>	<b>(33.117)</b>	<b>247.057</b>	<b>255.499</b>

(ii) Movimentação do custo					
Movimentação em 2025					
	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2025
Equipamentos de informática	20	-	-	-	20
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.208	-	-	-	1.208
Sistemas de geração	277.912	-	-	-	277.912
Sistemas de transmissão e conexão	1.035	-	-	-	1.035
	<b>280.174</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>280.174</b>

Movimentação em 2024					
	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2024
Equipamentos de informática	20	-	-	-	20
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.208	-	-	-	1.208
Sistemas de geração	277.912	-	-	-	277.912
Sistemas de transmissão e conexão	1.035	-	-	-	1.035
	<b>280.174</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>280.174</b>

(iii) Movimentação da depreciação					
Movimentação em 2025					
	Saldo em 2024	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2025
Equipamentos de informática	(1)	(1)	-	-	(1)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(106)	(36)	-	-	(143)
Sistemas de geração	(24.477)	(8.374)	-	-	(32.851)
Sistemas de transmissão e conexão	(91)	(31)	-	-	(122)
	<b>(24.675)</b>	<b>(8.442)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(33.117)</b>

Movimentação em 2024					
	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em 2024
Equipamentos de informática	-	(1)	-	-	(1)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(70)	(37)	-	-	(106)
Sistemas de geração	(16.080)	(8.417)	-	-	(24.477)
Sistemas de transmissão e conexão	(60)	(31)	-	-	(91)
	<b>(16.190)</b>	<b>(8.485)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(24.675)</b>

a. Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)		
Enxertos	Geração x Montante Contratado	Resultados
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Ressarcimento Quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) no Mercado de Curto Prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do com promessa contratual

O pagamento do ressarcimento anual ocorre no primeiro ano subsequente à apuração da energia entregue relativo ao ano anterior, e o ressarcimento quadrienal, apurado a cada 4 anos e deve ser amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Com o encerramento do ciclo de ressarcimento quadrienal, o saldo é transferido do longo prazo para o curto prazo. Em 22 de março de 2021 a ANEEL publicou no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 927 que regulamenta o abatimento dos valores energia restrita ("constrained-off") em função do não cumprimento da entrega de energia que é ocasionado por restrições de produção advindas do Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS. O cálculo é realizado com base na metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de "constrained-off" de usinas eólicas objeto de CCEAR e CER disponibilizado pela CCEE conforme estabelecido no art. 8º da Resolução Normativa supracitada. Este componente é contido como abatimento nos valores de ressarcimento. O "curtailment", conforme classificação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), corresponde à restrição de geração e pode ocorrer por três razões: (i) Energética, quando há impossibilidade de alocação da geração na carga do sistema; (ii) Confiabilidade Elétrica, relacionada à confiabilidade de equipamentos externos às usinas; e (iii) indisponibilidade externa, decorrente de indisponibilidades em instalações externas às usinas. A Lei nº 15.269, sancionada em novembro de 2025, instituiu mecanismo de compensação para cortes classificados como Confiabilidade Elétrica e Indisponibilidade Externa, aplicável ao período de setembro de 2023 a novembro de 2025, conforme regulamentação. Em conformidade com a legislação aplicável, a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras a compensação referente aos cortes ocorridos no período elegível, mensurado com base em dados históricos do ONS e na sistemática de ressarcimento prevista na legislação. A apuração e liquidação dos valores serão conduzidas pelas entidades responsáveis, com atualização pela variação do IPCA. A composição do saldo de provisões é como segue:

	Saldo em 31 de dezembro de 2024	2025	2024
Constituição	-	(2.397)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	<b>(2.397)</b>	-

	2025	2024
Ativo	2.397	-
Provisão para ressarcimento curto prazo	<b>2.397</b>	-

	Indexador e taxas anuais de juros	Vencimento final	2025	2024
BNB (a)	IPCA + 6,15%	15/04/2042	112.511	117.658
			<b>112.511</b>	<b>117.658</b>

Passivo circulante	5.434	5.568
Passivo não circulante	107.077	112.091

(a) Em 31 de março de 2023 foi assinado o Contrato de Financiamento entre a Companhia (emitente) e o Banco do Nordeste do Brasil - BNB (credor) no valor de R\$ 123.414, com vencimento final para

abril de 2042. Garantias: Garantia fidejussória deste Contrato é a fiança, formalizada mediante Cartas de Fiança e aplicações financeiras vinculadas (nota explicativa 10). A Companhia mantém sua previsibilidade de pagamento dos financiamentos conforme o fluxo de caixa como segue:

2026	5.434
2027 a 2029	15.001
2030 a 2032	17.251
2033 a 2035	20.316
2036 a 2038	24.141
2039 a 2041	27.297
2042 a 2044	3.071
<b>Total</b>	<b>112.511</b>

13.1 Movimentação		
	2025	2024
Saldo inicial	117.658	122.876
Pagamento de juros	(9.898)	(9.489)
Pagamento de principal	(5.112)	(5.318)
Despesas com juros	9.862	9.589
<b>Saldo final</b>	<b>112.511</b>	<b>117.658</b>

**13.2 Covenants** - A Companhia contratou financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de determinadas condições a serem observadas, tais como: constituição, sem a prévia autorização do BNB, de penhor ou gravame sobre quaisquer direitos, inclusive creditórios, oriundos do projeto financiado, além de desempenho satisfatório em relação a determinados indicadores financeiros. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar no vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. **13.2.1 Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - BNB** - A Companhia possui covenants financeiros em contrato junto ao Banco Santander como fiador, de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida superior a 1,20. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 todas as condições foram atendidas referentes às Cláusulas Restritivas do referido contrato. **13.3 Outras garantias** - As garantias referem-se a: Garantia fidejussória do contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, formalizada através de carta fiança e garantia financeira dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

**14 Patrimônio líquido**  
**a. Capital social** - O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 139.500, dividido em 139.500.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

Acionistas		2025	2024
Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A. ("Holding")		139.500	139.500
Controladora e controlador final - As ações da entidade são 100% do Complexo Lagoa do Barro Energias Renováveis S.A., controlada pela Atlantic Energias Renováveis S.A., a qual o controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. ("Grupo CGN Brasil")		-	-
<b>b. Reserva legal</b> - A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.		-	-
Lucro líquido do exercício		11.357	4.742
Constituição de reserva legal - 5%		568	237
<b>c. Dividendos</b> - Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.		-	-
		<b>2025</b>	<b>2024</b>
Lucro líquido do exercício		11.357	4.742
Constituição de reserva legal - 5%		(568)	(237)
		<b>10.789</b>	<b>4.505</b>

Dividendo mínimo obrigatório - 25%	(2.697)	(1.126)
<b>Lucros retidos</b>	<b>8.092</b>	<b>3.379</b>

**d. Reserva de lucros** - A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.  
**e. Lucro básico e diluído** - Não há diluição de ações ordinárias para o cálculo de lucro diluído. O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.

	2025	2024
Lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias (básico e diluído)	11.357	4.742
Ações ordinárias (básico e diluído)	139.500	139.500
Resultado por ação ordinária (básico e diluído)	0,0814	0,0340

15 Receita líquida de venda de energia		
	2025	2024
Receita bruta venda de energia	43.360	41.388
Ressarcimento de energia (1)	2.397	-
(-) PIS / COFINS	(1.583)	(1.510)
	<b>44.174</b>	<b>39.878</b>

(1) Vide nota explicativa 12(i).  
**16 Gastos por natureza**

	2025	2024
Custo da geração de energia	(22.847)	(24.100)
Despesas gerais e administrativas	(1.016)	(1.049)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	64	70
	<b>(23.799)</b>	<b>(25.079)</b>
Encargos de transmissão e conexão	(3.434)	(3.303)
Compra de energia	(1.240)	(3.958)
Liquidação financeira negativa - CCEE	(3.996)	(2.825)
Despesa com pessoal	(1.480)	(1.298)
Serviços de terceiros	(161)	(169)
Depreciação	(8.442)	(8.485)
Amendado	(856)	(649)
Manutenção	(4.091)	(4.126)
Matérias	-	(2)
Outras despesas administrativas	(308)	(324)
Outros	9	61
	<b>(23.799)</b>	<b>(25.079)</b>

17 Resultado financeiro		
	2025	2024
Despesas bancárias	(3)	(4)
IOF	(16)	-
Amortização do custo de captação	(9.862)	(9.589)
Custo da estruturação da dívida	(1.242)	(1.707)
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(11.123)</b>	<b>(11.301)</b>
Receita de aplicação financeira	5.298	3.780
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>5.298</b>	<b>3.780</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(5.825)</b>	<b>(7.521)</b>

**18 Imposto de renda e contribuição social** - A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

	2025	2024
<b>Regime de tributação pelo lucro presumido</b>		
Receita com venda de energia (*)	43.893	42.260
Outras receitas	5.020	3.780
Base de cálculo IRPJ 8% (*)	8.540	7.161
Base de cálculo CSLL 12% (*)	10.294	8.851
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	2.207	1.871
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	830	692
<b>Imposto de renda e contribuição social correntes</b>	<b>3.037</b>	<b>2.563</b>
Taxa efetiva	16,13%	16,01%
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos (**)</b>	<b>157</b>	<b>(27)</b>

(\*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto presumido calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões de receita registradas dentro de suas devidas competências.

**19 Instrumentos financeiros** - A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser conferida ao lado



NOTAS EXPLICATIVAS - CONTINUAÇÃO					RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS																																																																																											
<p>futuros. a. <b>Classificação contábil e valores justos de instrumentos financeiros</b> - Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil nas rubricas de caixa e bancos, contas a receber de clientes, partes relacionadas e fornecedores.</p>					<p>instrumentos financeiros ativos da Companhia. Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:</p>																																																																																											
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Descrição</th> <th colspan="2">2025</th> <th colspan="2">2024</th> </tr> <tr> <th>Valor contábil Custo amortizado(*)</th> <th>Valor justo Nível 2</th> <th>Valor contábil Custo amortizado(*)</th> <th>Valor justo Nível 2</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><b>Ativos financeiros</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Circulante</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Caixa e bancos</td> <td>460</td> <td>-</td> <td>244</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>-</td> <td>45.194</td> <td>-</td> <td>33.417</td> </tr> <tr> <td>Contas a receber de clientes</td> <td>2.902</td> <td>-</td> <td>3.316</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td><b>Não circulante</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras vinculadas</td> <td>-</td> <td>3.570</td> <td>-</td> <td>3.081</td> </tr> <tr> <td><b>Passivos financeiros</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td><b>Circulante</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>2.267</td> <td>-</td> <td>1.801</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Financiamentos (nota 13)</td> <td>5.434</td> <td>-</td> <td>5.598</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Partes relacionadas (nota 9)</td> <td>2.855</td> <td>-</td> <td>1.261</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td><b>Não circulante</b></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Financiamentos (nota 13)</td> <td>107.077</td> <td>-</td> <td>112.091</td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table>					Descrição	2025		2024		Valor contábil Custo amortizado(*)	Valor justo Nível 2	Valor contábil Custo amortizado(*)	Valor justo Nível 2	<b>Ativos financeiros</b>					<b>Circulante</b>					Caixa e bancos	460	-	244	-	Aplicações financeiras	-	45.194	-	33.417	Contas a receber de clientes	2.902	-	3.316	-	<b>Não circulante</b>					Aplicações financeiras vinculadas	-	3.570	-	3.081	<b>Passivos financeiros</b>					<b>Circulante</b>					Fornecedores	2.267	-	1.801	-	Financiamentos (nota 13)	5.434	-	5.598	-	Partes relacionadas (nota 9)	2.855	-	1.261	-	<b>Não circulante</b>					Financiamentos (nota 13)	107.077	-	112.091	-	<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Aplicações financeiras</th> <th colspan="2">Valor contábil</th> </tr> <tr> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Aplicações financeiras vinculadas</td> <td>45.194</td> <td>33.417</td> </tr> <tr> <td>Contas a receber de clientes</td> <td>2.902</td> <td>3.316</td> </tr> </tbody> </table>		Aplicações financeiras	Valor contábil		2025	2024	Aplicações financeiras vinculadas	45.194	33.417	Contas a receber de clientes	2.902	3.316
Descrição	2025		2024																																																																																													
	Valor contábil Custo amortizado(*)	Valor justo Nível 2	Valor contábil Custo amortizado(*)	Valor justo Nível 2																																																																																												
<b>Ativos financeiros</b>																																																																																																
<b>Circulante</b>																																																																																																
Caixa e bancos	460	-	244	-																																																																																												
Aplicações financeiras	-	45.194	-	33.417																																																																																												
Contas a receber de clientes	2.902	-	3.316	-																																																																																												
<b>Não circulante</b>																																																																																																
Aplicações financeiras vinculadas	-	3.570	-	3.081																																																																																												
<b>Passivos financeiros</b>																																																																																																
<b>Circulante</b>																																																																																																
Fornecedores	2.267	-	1.801	-																																																																																												
Financiamentos (nota 13)	5.434	-	5.598	-																																																																																												
Partes relacionadas (nota 9)	2.855	-	1.261	-																																																																																												
<b>Não circulante</b>																																																																																																
Financiamentos (nota 13)	107.077	-	112.091	-																																																																																												
Aplicações financeiras	Valor contábil																																																																																															
	2025	2024																																																																																														
Aplicações financeiras vinculadas	45.194	33.417																																																																																														
Contas a receber de clientes	2.902	3.316																																																																																														
<p>iii) <b>Risco de liquidez</b> - Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:</p>					<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Fornecedores</th> <th colspan="2">Valor contábil</th> </tr> <tr> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>2.267</td> <td>1.801</td> </tr> <tr> <td>Financiamentos</td> <td>112.511</td> <td>117.658</td> </tr> </tbody> </table>		Fornecedores	Valor contábil		2025	2024	Fornecedores	2.267	1.801	Financiamentos	112.511	117.658																																																																															
Fornecedores	Valor contábil																																																																																															
	2025	2024																																																																																														
Fornecedores	2.267	1.801																																																																																														
Financiamentos	112.511	117.658																																																																																														
<p>(iv) <b>Risco de mercado</b> - Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. <b>Exposição ao risco de taxa de juros</b> - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco. O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:</p>					<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Ativo</th> <th colspan="2">2025</th> <th colspan="2">2024</th> </tr> <tr> <th>Valor exposto</th> <th>Risco</th> <th>25%</th> <th>50%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>48.764</td> <td>Redução do CDI (**)</td> <td>5.449</td> <td>3.633</td> </tr> <tr> <td>Financiamentos</td> <td>112.511</td> <td>Aumento do IPCA (**)</td> <td>5.991</td> <td>7.189</td> </tr> </tbody> </table>		Ativo	2025		2024		Valor exposto	Risco	25%	50%	Aplicações financeiras	48.764	Redução do CDI (**)	5.449	3.633	Financiamentos	112.511	Aumento do IPCA (**)	5.991	7.189																																																																							
Ativo	2025		2024																																																																																													
	Valor exposto	Risco	25%	50%																																																																																												
Aplicações financeiras	48.764	Redução do CDI (**)	5.449	3.633																																																																																												
Financiamentos	112.511	Aumento do IPCA (**)	5.991	7.189																																																																																												
<p>A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e do IPCA, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.</p>					<p>(*) Os índices de CDI considerados foram de 14,90% a.a. (**) Os índices de IPCA considerados foram de 4,26% a.a.</p>																																																																																											
<p><b>Em 31 de dezembro de 2025</b></p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Operação</th> <th>Valor exposto</th> <th>Risco</th> <th>25%</th> <th>50%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>48.764</td> <td>Redução do CDI (**)</td> <td>5.449</td> <td>3.633</td> </tr> <tr> <td>Financiamentos</td> <td>112.511</td> <td>Aumento do IPCA (**)</td> <td>5.991</td> <td>7.189</td> </tr> </tbody> </table>					Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%	Aplicações financeiras	48.764	Redução do CDI (**)	5.449	3.633	Financiamentos	112.511	Aumento do IPCA (**)	5.991	7.189	<p>(*) Os índices de CDI considerados foram de 12,15% a.a. (**) Os índices de IPCA considerados foram de 4,83% a.a.</p>																																																																												
Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%																																																																																												
Aplicações financeiras	48.764	Redução do CDI (**)	5.449	3.633																																																																																												
Financiamentos	112.511	Aumento do IPCA (**)	5.991	7.189																																																																																												
<p><b>Em 31 de dezembro de 2024</b></p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Operação</th> <th>Valor exposto</th> <th>Risco</th> <th>25%</th> <th>50%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Aplicações financeiras</td> <td>36.497</td> <td>Redução do CDI (**)</td> <td>3.326</td> <td>2.217</td> </tr> <tr> <td>Financiamentos</td> <td>117.658</td> <td>Aumento do IPCA (**)</td> <td>7.104</td> <td>8.524</td> </tr> </tbody> </table>					Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%	Aplicações financeiras	36.497	Redução do CDI (**)	3.326	2.217	Financiamentos	117.658	Aumento do IPCA (**)	7.104	8.524	<p>(*) Os índices de CDI considerados foram de 12,15% a.a. (**) Os índices de IPCA considerados foram de 4,83% a.a.</p>																																																																												
Operação	Valor exposto	Risco	25%	50%																																																																																												
Aplicações financeiras	36.497	Redução do CDI (**)	3.326	2.217																																																																																												
Financiamentos	117.658	Aumento do IPCA (**)	7.104	8.524																																																																																												
<p><b>Gerenciamento integrado de riscos</b> - A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites. A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia. (i) <b>Risco operacional</b> - O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado do parque eólico. Como parte do plano de contingência para o risco operacional, a Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais em seu parque eólico. (ii) <b>Risco de crédito</b> - Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais</p>					<p>desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. <b>Base de opinião</b> - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras</b> - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. <b>Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras</b> - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p>																																																																																											
<p>Curitiba, 27 de março de 2026.</p>					<p>KPMG KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/O-6 F-PR</p>																																																																																											
<p><b>RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b></p>					<p>Almir Eduardo Bertoncello Contador CRC PR-052082/O</p>																																																																																											
<p>Aos Administradores e Acionistas da Lagoa do Barro X Energias Renováveis S. A. São Paulo - SP</p>					<p><b>DIRETORIA</b></p>																																																																																											
<p><b>Opinião</b> - Examinamos as demonstrações financeiras da Lagoa do Barro X Energias Renováveis S. A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lagoa do Barro X Energias Renováveis S. A. em 31 de dezembro de 2025, o</p>					<p>Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha - Diretora</p> <p>Yu Guan - Diretor</p>																																																																																											
<p>Raffael Ubarana Mohamed - Contador CRC RJ - 077398/O</p>					<p>Raffael Ubarana Mohamed - Contador CRC RJ - 077398/O</p>																																																																																											

https://sdocs.safeweb.com.br/portal/Validador?publicId=7b7b56fb-61c9-407a-b07-7144defc5a3  
Este documento foi assinado digitalmente pelo(s) signatário(s) na lista de protocolo de assinatura(s). Para validar as assinaturas acesse:

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

A autenticidade pode ser conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/04/2026

Para acessar a página de Publicações Legais no portal do JORNAL POLO BRASIL aponte a câmera do celular para o QR Code. Para acessar o site: www.jornalpolobrasil.com.br



## RELATÓRIO DE ASSINATURAS

Este documento foi assinado de forma digital ou eletrônica na plataforma Portal de Assinaturas sDoc. Certificação digital da autenticidade dos documentos mantidos na página própria, emitida por uma autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil).

Verifique as assinaturas em:

<https://sdocs.safeweb.com.br/portal/Validador?publicID=7b7b56fb-61c9-407a-b0f7-7144defdc5a3>

Chave de acesso: 7b7b56fb-61c9-407a-b0f7-7144defdc5a3



Hash do documento

517f4221f923b646cfb04e8fff1d35cfe47b9cc8c1261c2b3a58dd57fc84d5ef

Documento disponível em



**Documento(s) gerado(s) em 10-04-2026, com o(s) seguinte(s) participante(s):**

POLO BRASIL EDITORA E AGENCIA DE NOTICIA - 60.172.497/0001-57 em  
10/04/2026 16:04:54 UTC-03:00

Tipo de Participante: Assinatura Digital

Identificação: Por e-mail: jadete@jornalpolobrasil.com.br

Geolocalização: Latitude: Longitude:

IP: 201.43.42.28



Documento eletrônico assinado digitalmente.  
Validade jurídica assegurada conforme  
MP 2.200-2/2001, que instituiu a ICP-Brasil.